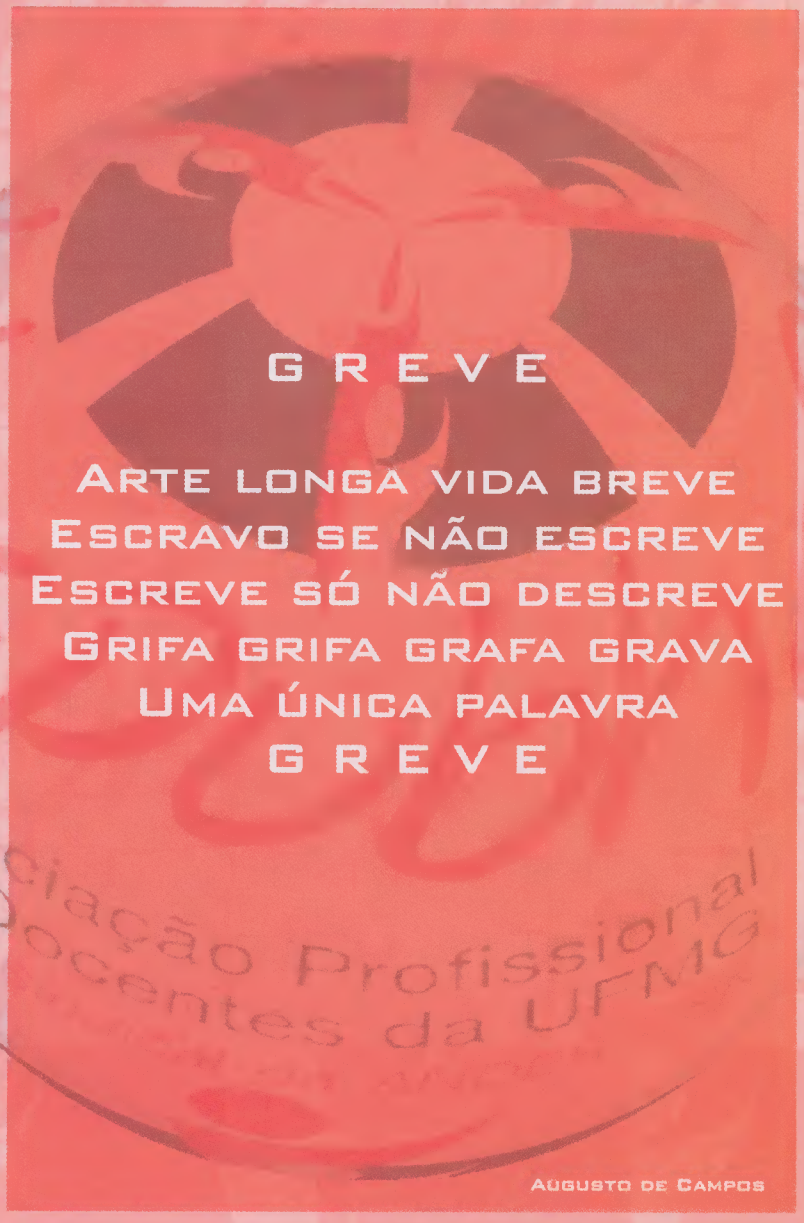
Caminhos

ESPECIAL GREVE 2001



21

ISSN - 1517-3038

Caminhos

Especial Greve 2001

Revista da Associação Profissional dos Docentes
da Universidade Federal de Minas Gerais

Nº 21 - dezembro de 2002

A P U B H
Belo Horizonte
Publicação anual
Especial greve 2001
ISSN - 1517-3038

ISSN - 1517-3038

A revista Caminhos é uma publicação da Associação Profissional dos Docentes da UFMG (APUBH) - Seção Sindical da ANDES-SN. Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores. Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte. Contribuições para publicação na próxima edição: veja página final.

Conselho Editorial
Lucília Machado
Tomáz Aroldo da Mota Santos
Laura Stella Miccoli
Beatriz Alencar d'Araújo Couto
Ronald Claver

Coordenação e edição
Janete Gonçalves Evangelista

Bibliotecária
Vânia Regina Peres Drumond

Revisão
Ricardo Arreguy Maia

Projeto gráfico, editoração e ilustrações
Leonardo Vilar Costa

Impressão
SEGRAC

DIRETORIA EXECUTIVA - 2002/2004

Presidente: Fernando Fidalgo
1° Vice-Presidente: Rosângela Carrusca Alvim
2° Vice-Presidente: Bruno Rabelo Versiani
1ª Secretária: Otávia Fernandes S. Rodrigues
2ª Secretária: Marta Pinheiro Aun
1° Tesoureiro: José Antônio Armanelli
2° Tesoureiro: Celso Pereira Fonseca
1ª Suplente: Vera Lúcia Fernandes
2ª Suplente: Tânia Lúcia Hirochi

DEPARTAMENTOS

Política Educacional
Lízia Maria P. Ramos
Maria Inêz M. Toledo
Paulo Roberto A . Aranha

Ciência e Tecnologia
Giovane Azevedo
Maria Salete de A. Castro

Seguridade Social
Délcio Vieira Salomon
Irmgard de Assis

Saúde e Hospital Universitário
Débora Torres M. Oliveira
Helena Facury Barbosa
Zídia R. Magalhães

Financiamento da Educação e Salários
Armando Gil M. Neves
Elias Jorge
Túlio Jorge dos Santos

Cultura
Fabíola Martins M. Azevedo
Ivana Versiani

Carreira e Trabalho Docente
Beatriz Couto
Lucília Machado

CAMINHOS. - v.1, n.1, (jun.) 1990 -
Belo Horizonte: Associação Profissional dos Docentes da UFMG - APUBH, 2002

Especial Greve 2001
ISSN: 1517-3038

1.Docentes Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Periódicos. I. Título

Editorial 5

A greve de 2001: entre o local e o nacional
Diretoria da APUBH (1999-2002) 9

Regulação da produtividade do trabalho do professor: o debate sindical nas instituições federais de ensino brasileiras
Lucília Machado 23

Trabalho docente, greve e cidadania produtiva na universidade da modernização crítica
William Rosa Alves 39

A GREVE NA MÍDIA

Três greves numa só
Délcio Vieira Salomon 47

A greve de 2001
Giovane Azevedo 55

Os ideais da universidade pública
Rogério Parentoni 59

Artigos publicados
Fernando Massote 65

Documentos que circularam durante a greve e artigos publicados na mídia 79

Orçamento e Salário 97

Regime de Emprego Público 109

A Crise na Educação e na Saúde 117

Maria José Cabral Grillo Caldeira Brant 127

Beatriz Couto 131

Walter Ernesto Ude Marques 135

Poemas e fotografias 139

editorial

Este número da Revista Caminhos resgata o compromisso da APUBH em contribuir com a preservação da memória do movimento docente na UFMG. Optamos pela organização desta edição ESPECIAL GREVE 2001, tendo em vista a necessidade de colocar em relevo a forte mobilização que perdurou cento e três dias. Foram dias de muita luta contra a intransigência do Governo Federal, dias nos quais nós, professores, conseguimos superar as barreiras do individualismo impetrado pela lógica produtivista, construindo uma forte corrente de solidariedade e de união, expressa nas Assembléias de Greve que sempre contaram com grande participação, nas Assembléias Temáticas, momentos, que nos permitimos, no meio da batalha, dar uma pausa e debater com profundidade uma série de questões, nas reuniões incansáveis do Comando Local de Greve e nas atividades de mobilização, sempre contagiantes pela criatividade e alegria. Durante os cento e três dias de GREVE fomos capazes de avançar costurando consensos no seio de nossa categoria, nem sempre fáceis, pois os desafios eram muitos e as divergências por vezes pareciam intransponíveis, sobretudo encontrar caminhos para garantir que as expectativas de professores recém-contratados pudessem não se tornar contraditórias com os "antigos" e aposentados e vice-versa. Em muitos momentos, os ricos debates e propostas alinhavados nas nossas Assembléias e por nosso Comando Local de Greve não encontravam eco no Comando Nacional de Greve instalado em Brasília na ANDES-SN, mais uma vez, os professores da UFMG demonstraram sua capacidade de discernimento e de compreensão da importância da manutenção da unidade, buscando sempre alternativas que fortalecesse o movimento nacional.

Nesta edição, ESPECIAL GREVE 2001, procuramos retratar este momento e analisar seus desdobramentos, para isto ela está organizada da seguinte forma:

SEÇÕES

Artigos - É composta por textos que visam analisar o movimento docente durante a GREVE 2001 e artigos veiculados na mídia, naquele;

Arquivos Contém documentos e depoimentos que circularam no período da greve, além de notas e artigos publicados em jornais;

Temas em Debate - Seção criada para publicar principais pontos tratados nas Assembléias Temáticas, promovidas pela Apubh, realizadas durante a Greve de 2001;

Pontos de Vista - Expõe considerações de docentes que participaram ativamente do movimento grevista;

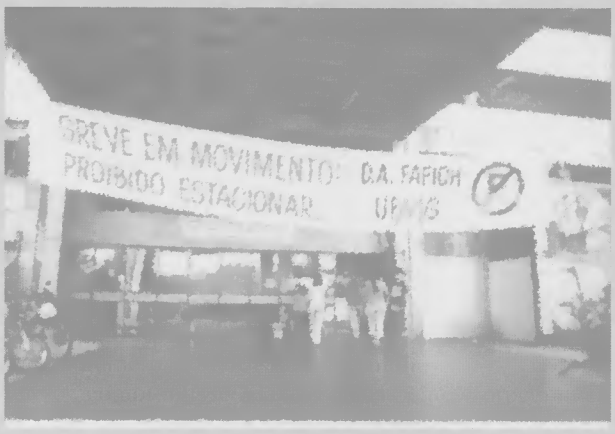
Cultural - Apresenta produções culturais como poemas, contos, fotografias e letras de música relacionados à temática da greve.

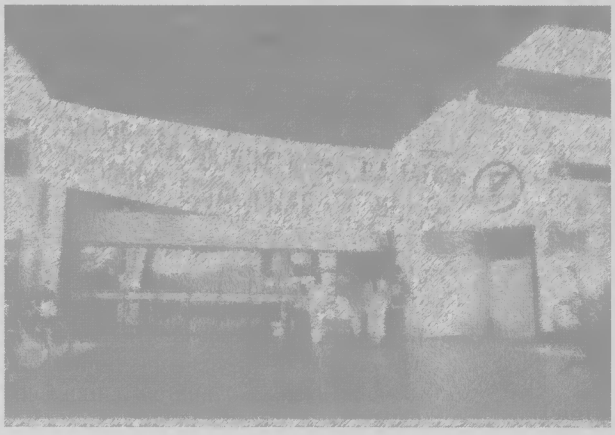
Acreditamos que este dossiê sobre a Greve de 2001 pode ser um registro de fundamental importância para a história da luta do movimento docente, da universidade e da categoria profissional dos seus professores.

Prof. FERNANDO FIDALGO

Presidente da APUBH

Gestão 2002-2004


GREVE EM MOVIMENTO
PROIBIDO ESTACIONAR
D.A. FAPICH
UFMG




GREVE EM MOVIMENTO
PROIBIDO ESTACIONAR
D.A. FAPICH
UFMG

ARTIGOS



*Com pequenas alterações, este texto de avaliação foi apresentado ao 21° Congresso da ANDES-SN em Rio Grande/RS.

Diretoria da APUBH (1999-2002)

A greve de 2001: entre o local e o nacional*

Diretoria da APUBH (1999-2002):

Beatriz Couto

Ciomara Perez Nunes

Rodney Saldanha

Délcio Vieira Salomon

José Antônio Armanelli

Otávia Fernandes Rodrigues

Rosângela Carrusca

Maria Inez Toledo

Juliana Vilela Bastos



iversos são os ângulos possíveis, prováveis e defensáveis de análise da greve de 2001. Cada um deles enfatizará alguma das muitas questões mutuamente postas ao Movimento Docente (MD) e à sociedade. A posição da universidade no que se pode chamar de capitalismo do conhecimento - forma hegemônica atual que extrai sua mais-valia do trabalho intelectual na produção de conhecimento - é o ângulo que melhor nos instrui a respeito dos desafios que enfrentamos em nossa inserção específica na luta de classes. Os efeitos deste capitalismo do conhecimento se expressam na relação da universidade com o governo, com a sociedade em geral, com as outras classes trabalhadoras e em nossas próprias relações internas. A greve é um momento agudo de manifestação dos conflitos e contradições que surgem no bojo dessas relações e, portanto, uma oportunidade privilegiada de observação e aprendizado a seu respeito.

No Brasil, a opção conservadora por aprofundar a divisão internacional de trabalho intelectual, política oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI) que destina aos países subdesenvolvidos a tarefa de adaptar ciência e tecnologia produzida no Primeiro Mundo em detrimento da produção autônoma e independente, tem o apoio do MEC e de setores da academia que adquiriram peso político a partir da reforma empreendida por Margaret Thatcher nas universidades inglesas. A posição do governo tenta reverter entre nós a perspectiva nacionalista do período da ditadura, de garantir desenvolvimento autóctone da ciência e tecnologia. Por oposição à universidade latino-americana que se centrou no ensino, a universidade pública brasileira desenvolveu, além do ensino, uma forte tradição de pesquisa, o que tem lhe dado grande legitimidade cultural e social para se opor eficazmente a tal política através da atuação de frentes diferenciadas, seja das associações de pesquisadores, seja do MD. A recente posição manifesta no Livro Verde do Ministério da Ciência e Tecnologia, com sua ênfase em inovação, ou seja, a transformação do resultado da pesquisa básica e dos avanços tecnológicos em produtos finais para o mercado, se não tem por que ser questionada em seus objetivos, pode com toda a facilidade ser utilizada para a implementação de fato desta proposta, sem obrigar a um ataque frontal ao *ethos* da pesquisa autônoma na universidade brasileira, repetindo aqui a estratégia conservadora vitoriosa na Inglaterra. Além disto, na cena global, as opiniões a favor dos pobres no recente Fórum Econômico de Nova York são meros recuos táticos para diminuir as tensões e evitar maior aglutinação de forças de oposição ao neoliberalismo.

Nesse sentido, tem sido desenvolvido esforço consistente de alterar nossas relações de produção - a forma como se expressa a nova divisão do trabalho na universidade e nossas relações de trabalho expressas em nosso contrato jurídico de trabalho e de carreira - quando o governo toma a frente na condução da modernização subalterna que sistematicamente tem promovido. O grupo GERES, a Emenda Constitucional nº 19, a proposta do MEC para a Autonomia Universitária e Regime de Emprego Público; as políticas de financiamento da pesquisa, capacitação docente e de avaliação da universidade, a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) são referenciais que delineiam o trabalho de modernização conservadora que apóia e adota a política do Banco Mundial para as universidades.

Que, para implementar sua proposta, o governo necessite de apoio interno nas universidades, não é novidade. O importante, neste caso, é observar como o campo conservador acadêmico se movimenta em uma política que tende a restringir a própria autonomia e a liberdade acadêmicas. De fato, o viés privatista do governo fez vítimas em suas próprias hostes, quando a Profª Eunice Durham, em julho de 2001, entendendo que o governo havia levado longe demais sua opção pelo

ensino privado, retirou-se do Conselho Nacional de Educação (CNE). A saída da Profª Eunice ecoa dilemas para o ativismo conservador na universidade que dizem respeito ao conflito entre o desprestígio da atividade docente no receituário neoliberal -afinal seríamos os coitados, de acordo com o Presidente Fernando Henrique e a posição pessoal de sua própria *intelligentsia*, que fica na mais que incômoda situação de defender mudança que implica em sua autodesmoralização[1]. Situação que praticamente repetiu aquela de 1997, quando da saída do Prof. Giannotti do mesmo CNE.

Esta foi uma das manifestações explícitas das divisões internas no governo relativas ao impacto do monetarismo estrito em suas políticas públicas. De uma forma mais central, estará também presente nas ambições sucessórias que se manifestam no plano político mais amplo, em que o Ministro da Educação Paulo Renato de Souza jogou um papel menor, sustentando enquanto pôde os conflitos no PSDB na definição do candidato à sucessão presidencial que superasse as divergências internas, questão a esta altura resolvida, ainda que formalmente, com o lançamento do candidato Ministro José Serra. Discretamente, parte da burocracia governamental ligada ao MEC apoiou a greve como forma de se opor aos monetaristas hegemônicos no governo que impõem uma política salarial ultra-restritiva e o ataque aos direitos trabalhistas, defendendo ênfase maior na retomada de políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico como base para desenvolver um discurso mais propositivo que facilite a campanha sucessória.

Na conjuntura prévia à greve, o manifesto da ANDIFES, lido na abertura da 53ª Reunião da SBPC de Salvador, já apontava o desacordo entre o governo e os reitores das universidades públicas brasileiras pelo descumprimento por parte do MEC de suas responsabilidades financeiras relativas ao protocolo entre eles acordado, questão ainda mais grave frente ao pano de fundo do arrocho orçamentário das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Os reitores, em atitude inédita, enfatizaram a possibilidade de as universidades não iniciarem suas atividades no segundo semestre, como último recurso para retirá-las da penúria em que se encontram. O mais recente corte das receitas para assinaturas de revistas, desta vez envolvendo cerca de 2/3 da atual verba destinada para este fim, apenas sublinha a política de corte de despesas a qualquer custo.

Na época, a decisão do Ministro Marco Aurélio de Mello, alardeada nas redes de televisão, reiterando a inadimplência do governo em conceder reajuste salarial para recomposição de perdas inflacionárias aos servidores federais, deu legitimidade pública à insatisfação dos professores com sua situação salarial. Tal foi o número de autoridades dando declarações legitimatórias a respeito das demandas salariais que, no dizer de um professor em Assembléia na UFMG, esta foi uma "greve autorizada".

Mas é preciso considerar também as inabilidades do governo para entender a força inicial do movimento. O anúncio do governo, que se seguiu à declaração do ministro Marco Aurélio, arbitrando o valor do reajuste anual relativo às perdas inflacionárias desde 1995 em 3,5% a partir de 1° de janeiro de 2002, por sua gritante insuficiência, reconhecida pela mídia, ajudou a eclodir o movimento com força e amplitude nacionais inauditas. Situação que repetiu a inabilidade governamental já manifesta em 1998, quando a proposta do Plano de Incentivo à Docência (PID) levou a reação similar. Tal inabilidade foi apenas reforçada quando o governo, já iniciada a greve dos professores, chegou a implementar, embora tenha recuado a seguir, dada a força do movimento dos servidores técnicos e administrativos, a transformação da GED dos funcionários em um tipo de gratificação por produtividade (Gratificação de Desempenho de Atividades Executivas-GDAE), de brutal e imediata conseqüência sobre o valor das aposentadorias em curso, o que obrigou o Departamento de Pessoal a suspender processos já em trâmite final para evitar atribuir um benefício que chegava a 1/3 da expectativa inicial. Isto reforçou a percepção dos professores quanto aos objetivos reais do governo no

1 - De passagem, pode-se anotar que a justificativa ideológica vem da divisão que eles próprios fazem da comunidade universitária em alto e baixo cleros, o que lhes permite racionalizar sua própria posição subalterna no arcabouço do projeto neoliberal.

que diz respeito ao seu interesse em transformar a Gratificação de Atividade Executiva (GAE), que todos, até com o apoio da legislação atual, já consideram incorporada a seus ganhos, em mais um adicional de produtividade.

Em contrapartida, é preciso lembrar que, em reunião do Setor das Federais dias 4 e 5 de agosto, a ANDES não previa clima de greve e apontava, no máximo, para paralisação de uma semana em setembro. Contribuiu para esta avaliação a melancólica greve de 2000, de deflagração e condução desastrosas, que, repisando na tecla da greve unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF) que nunca se materializou, envolveu metade das universidades públicas numa aventura sem conquistas, situação que, repetida, poderia arrastar o movimento a uma letargia de superação muito difícil, desacreditando a direção sindical e potencializando as possibilidades políticas para as investidas do governo contra a universidade e o sindicato. Sabemos que não foi isto que aconteceu em 2001, posto que esta foi uma greve deflagrada e sustentada pelos próprios professores que, seguidas vezes, pressionaram a condução do movimento a tomar atitudes propositivas.

A força espontânea do movimento, decisões impacientes em diversas assembléias no Brasil que dispensaram a discussão da pauta de greve, apontam para uma especificidade deste movimento que, já no momento anterior à sua deflagração, parece ter elegido os atores institucionais formais como interlocutores de seu mal-estar. Esta característica, apropriada diferentemente por distintas visões dentro do movimento docente, também teve conseqüências importantes sobre a condução das negociações e a conjuntura de saída de greve. Na UFMG, teve expressão local própria e ajudou a aflorar conflitos internos latentes.

A primeira conseqüência da adesão imediata e maciça dos professores ao movimento em todo o Brasil é que não houve a etapa de ampliação e consolidação do movimento que caracteriza os inícios de greve. Instalou-se, de pronto, um vácuo de atividades e de negociações efetivas. Foi característica, embora com as exceções de praxe, a pouca disposição dos professores para grandes manifestações de rua, situação no mínimo compatível com o fato de que os docentes pareciam não atribuir seu mal-estar à sociedade como um todo, mas sim, conforme já dito, às instituições acadêmicas formais. Vale lembrar que em 1998 os professores reagiram de forma diferenciada ao tom também distinto do acosso deslegitimatório com que o governo pretendeu nos acuar, quando lançou mão de acusações do tipo que a gente fingia que ensinava e os estudantes fingiam que aprendiam. À época, o governo pretendia deslocar o pólo da legitimidade cultural do setor público para o privado, escorado na perspectiva de resultados confirmatórios do Provão. Desfeita esta possibilidade pela qualidade constatada do ensino superior público, o empenho do governo em ganhar a luta pelo ensino privado com o apoio ou, pelo menos, sem a resistência interna das universidades, se expressa, entre outras frentes, na escolha de reitores em 2° e 3° lugares na lista de consulta. Esses seriam, assim, mais dependentes do apoio político e, portanto, melhor sintonizados com o MEC. Esta postura, somada à possibilidade nova de reeleição de reitores, tendeu a levar a ANDIFES para posições conciliadoras que esperavam entendimento em propostas negociadas em comum, como no caso do protocolo não honrado. Desfeita a ilusão, a posição da ANDIFES passou de um apoio discreto à iniciativa cautelosa, ainda que esta tenha sido maior que na greve de 1998, em que houve até hostilidade aberta do Comando Nacional de Greve (CNG) em relação aos reitores.

Outra questão de relevo foi que a greve dos docentes já encontrou o movimento dos funcionários consolidado e, em alguns casos, já invibializando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os funcionários também conseguiram, em 23 de agosto, um dia depois que os professores entraram em greve, que o governo recuasse de sua proposta de emprego público e que abrisse concursos públicos pelo RJU. Vale lembrar que o governo já se encontrava em posição cautelosa, em vista da incerteza do resultado da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) já

interposta junto ao Supremo Tribunal Federal, por partidos de oposição contra a Reforma Administrativa que lhe dá suporte jurídico. Se devemos aos funcionários o marco inicial desta conquista, a unanimidade contra o projeto expressa pelos servidores das universidades, técnicos-administrativos e professores, serviu pelo menos para firmar neste momento um ponto que sabemos não estar definitivamente encerrado.

A posição dos estudantes foi importante na conjuntura da deflagração. Na UFMG, sua importância e organicidade cresceram ao longo dos anos 1990 e a atuação rápida das lideranças na convocação de assembléias no início da greve, tanto garantiu a suspensão das atividades docentes daqueles professores mais recalcitrantes como, ao fim da greve, tornou a reposição no novo calendário uma obrigação da universidade com o aluno que não houvesse freqüentado curso o qual, não obstante, tenha sido ministrado durante a greve. O prolongamento do movimento, no entanto, é muito menos suportável pelos estudantes, até por questões de apoio financeiro familiar, e o movimento rapidamente caminhou para a participação quase exclusiva das lideranças. O episódio do espancamento de estudantes e funcionários que faziam manifestação pacífica nas imediações do campus da Pampulha relembrou-nos a todos o quão frágil ainda é a nossa democracia.

A pauta da greve, objeto de disputa no interior das instâncias do movimento, era virtualmente desconhecida pela grande maioria dos professores e sua formulação baseia-se na convicção da direção nacional do movimento de que a luta das universidades é idêntica à de todos os demais servidores públicos federais. A argumentação legitimatória para tanto costuma ser a de que temos todos o mesmo patrão. Em nenhum outro lugar da atividade produtiva tal argumento seria suficiente para justificar uma greve unificada, se levarmos a sério o entendimento que os conflitos que motivam um movimento são de ordem salarial, de relações de trabalho e de produção e, portanto, um mesmo patrão, atuando em diferentes ramos da produção, atuará como se diferentes patrões fosse, ao sabor de impactos que a conjuntura dificilmente fará sentir da mesma forma e ao mesmo tempo, não só para firmas em setores distintos como para firmas do mesmo setor[2]. É preciso enfrentar o fato que o governo até atua como *quasi* patrão no Banco do Brasil ou na Receita Federal, mas não nas universidades e a nós importa garantir a autonomia universitária e a liberdade acadêmica que se opõem a tal possibilidade. O que não nos impede de compreender que este é o objetivo do governo que repudiamos e que ele trata de implementar através de propostas do tipo lei de emprego público, que visam aproximar as relações de trabalho do serviço público àquelas do setor privado.

Esta é uma das vertentes que divide o MD. Colocam-se aí em jogo questões de solidariedade sindical no serviço público que precisam e devem ser enfrentadas. Opõe-se a este enfrentamento, muito diferentemente do que prega a ideologia, a concepção elitista, porque anacrônica, da direção nacional do movimento, quando entende os intelectuais como a consciência externa do proletariado ou, quando menos, dos demais servidores públicos federais[3]. Neste entendimento, a pauta centrada no reajuste linear de 75,48%, que cobriria as perdas salariais desde 1995, é a única que unificaria o conjunto dos SPF. Resta constatar que só seria política e economicamente justificada se de fato houvesse uma greve unificada dos SPF. A posição principista da direção do movimento se revela quando, mesmo após a saída da FASUBRA da greve, portanto quando sequer se configurava uma greve do setor da educação, o CNG continuou insistindo na tese da greve unificada dos SPF. A diferente dinâmica interna de cada setor do funcionalismo, decorrente de distintas relações de produção, torna a coincidência da oportunidade de greve um acaso da conjuntura ou uma sobredeterminação política, como a que ocorre agora na Argentina, nunca um pressuposto abstrato de análise.

As dificuldades criadas pela posição principista em torno da greve conjunta impuseram um custo importante quando foram, finalmente, admitidas pela direção do movimento. Como resultado, no

2 - Assim fosse, toda greve do setor automotivo haveria de ser uma greve de todas as empresas montadoras do setor e quiçá de todas as fornecedoras de autopeças. Na verdade, tal coincidência, só ocorrerá no ponto mítico da revolução.

3 - A formulação dos intelectuais como consciência externa do proletariado entende que estes são majoritariamente trabalho improdutivo, questão que as mudanças no capitalismo depois da 2ª guerra sepultaram, tornando, assim, orgânicas as relações entre o trabalho manual e intelectual. O elitismo implícito na manutenção de tal visão anacrônica sustenta uma suposta superiori-dade do trabalho inte-lectual sobre o manual que requereria a luz projetada pelos intelectuais para sustentar sua luta.

momento das negociações, a pressão de tempo impediu rodadas de assembléias para avaliação de propostas, trazendo à tona feições antidemocráticas na condução do movimento e explicitando também as divisões internas do MD. Pois, no momento de negociar no Congresso e já sob a pressão de uma greve em refluxo com indicativo de saída em discussão ou até aprovado em diversas assembléias; já sob pressão cerrada dos parlamentares por uma saída negociada, incluindo-se aí aqueles que nos apoiavam; e face à perda da oportunidade política de reivindicar a ampliação dos recursos definidos pelo governo, o CNG abriu mão das reivindicações da pauta, inclusive do reajuste linear. Inesperadamente, sua comissão de sistematização e a de negociação encaminharam uma alternativa decidida fora do âmbito do CNG que havia mantido a decisão de montar tabela com base em reajuste linear, em que o reajuste variaria entre 12 e 13%, como forma de burlar as conseqüências legais da proposta original que passaria a ser, se aprovada em lei, necessariamente extensível a todos os outros servidores públicos do executivo que não fizeram greve, posição politicamente insustentável. No final, a amplitude da diferença acabou sendo muito maior que o 1% inicialmente usado para contornar o impasse legal.

Um entre tantos, o caso da UFMG pode servir de apoio para a análise do desenvolvimento local da greve. Pelo menos duas unidades já não tinham tido condições de iniciar o segundo semestre letivo em conseqüência da greve dos funcionários. Uma assembléia bastante expressiva deflagrou o movimento, que contou ainda com o apoio dos estudantes pressionando professores que permaneciam em sala de aula. Em menos de uma semana, e com poucas e até históricas exceções de unidades ou departamentos, toda a graduação estava paralisada na UFMG. A situação na pós-graduação permaneceu mais dividida durante todo o movimento: houve unidades que pararam o ensino, mas a pesquisa, de regra, manteve-se durante toda a greve. De fato, o produtivismo que se introduziu insidiosamente na universidade durante a década de 1980, fortemente apoiado pelas normas de avaliação da CAPES e do CNPq e que encontrou sua expressão legal com a GED e a GID em 1998/2000, já significa um dado de realidade que pauta a possibilidade de entrada, permanência e saída de greve. Se salários baseados em ganhos extras podem dificultar a entrada em greve, a segmentação de ganhos em bolsas de diversas origens facilita a permanência no movimento em condições adversas e a ausência de paralisação em setores em que a avaliação produtivista é mais rigorosa define os limites da participação efetiva dos docentes no movimento.

A aprovação, na primeira semana da greve, do regimento do CNG, reflete as dificuldades de discussão entre maioria e minoria dentro do MD. O regimento vigente em 1998 rezava que só seriam encaminhadas às assembléias gerais e comandos locais de greve propostas que obtivessem pelo menos 30% dos votos no CNG. A representação no CNG se faz por entidade e não é proporcional ao número de professores associados em cada base. Esta forma iguala a representação de universidades de tamanhos muito distintos, não se pautando pelo princípio de cada cabeça na base, um voto. Quando da reunião de sua instalação, foi estabelecida uma semana para as AG enviassem novas propostas de regimento. Encaminhamento aceito, foi marcada para a semana seguinte a data em que o CNG apreciaria as propostas advindas da base. A UFMG, em vista das conseqüências políticas de tais critérios na mesa de negociações da greve de 1998, que nos obrigou a sair com a GED, produziu projeto de regimento que contemplava o encaminhamento e discussão de todas as propostas apresentadas pelas assembléias, como vigia antes de 1993. A discussão no CNG não ocorreu no dia previsto e nem nos três subseqüentes. Em momento de ausência anunciada e justificada de nosso delegado, foi posta em votação e derrotada por um voto.

A ausência completa de negociações no primeiro mês do movimento levou a assembléia a uma posição de perplexidade e uma professora exprimiu sua dificuldade

com a falta de iniciativa do CNG através da expressão "movimento doente".

Pelo menos uma vantagem este "tempo perdido" trouxe para a UFMG: pudemos aprofundar algumas discussões sobre a universidade e as reações das assembléias jogaram luz sobre o momento que vivemos. Durante os 108 dias de greve, entre 22 de agosto e 7 de dezembro de 2001, foram 25 assembléias gerais e três assembléias temáticas (emprego público, hospitais universitários e orçamento e salário), sempre duas por semana, com uma média de 234 professores participantes, num total de 6550 assinaturas. Incidindo por acaso, nas primeiras semanas de greve, nas terças e sextas. O comportamento do professorado em relação ao movimento começou a revelar-se quando a mesa, avaliando o andamento dos eventos, propôs antecipar uma assembléia para quinta. A reação maciça contra a mudança (que não obstante pôde ser feita posteriormente, quando a pressão política aumentou), indicou com clareza que a regularidade dos dias de assembléia tinha sido incorporada ao cotidiano dos professores, que pautavam as outras atividades que mantinham na academia reservando, à parte, estes dias. Isto, a freqüência com que professores ativistas vinham ao microfone justificar suas ausências porque estavam envolvidos em congressos, seminários e cursos, junto com a notória manutenção da pesquisa, das datas dos editais das agências de fomento, não obstante a carta encaminhada pelo CNG pedindo a suspensão dos prazos, e das consultorias, justificam bastante bem a expressão de uma professora de que esta foi uma "greve com trabalho".

Não obstante as reiteradas propostas de mobilização externa, fossem passeatas, aulas, manifestações específicas ou conjuntas com funcionários, estudantes, demais servidores públicos ou movimentos sociais amplos, a presença de professores foi sempre muito baixa. No entanto, houve questões endereçadas de forma consistente à instituição, fosse por pedido de apoio ao movimento dirigido ao Conselho Universitário, fosse pela suspensão da Semana do Conhecimento, por seguidas demandas à Comissão Permanente do Vestibular - COPEVE no que diz respeito às atividades de adiamento do vestibular, pela discussão sobre o adiamento da eleição do Reitor e pela discussão do calendário de reposição, a instituição foi o principal interlocutor eleito pelo MD nessa greve. É preciso notar que, tanto no episódio da suspensão da Semana do Conhecimento como no do adiamento do vestibular, a iniciativa coube em grande medida aos funcionários, cabendo aos professores sua continuidade. Outra observação que liga o episódio à história das greves na UFMG se refere ao fato de que já houve uma linha de deslegitimação interna aos movimentos de greve que afirmava que esses só seriam sérios quando suspendessem o vestibular e os professores suportassem, sem retorno, um corte nos salários. Esta greve sepultou esta linha de ataque.

A pouca disposição para manifestações públicas, aliada à alta freqüência a um número recorde de assembléias precisa ser associada a uma outra característica desta greve na UFMG, que foi a de baixa freqüência e representação volátil no Comando Local de Greve e a pouca freqüência e baixa representatividade das Assembléias de Unidade, com as exceções ou de unidades mais mobilizadas ou daquelas que chegaram a conseguir um grau maior de mobilização no início da greve. Mesmo considerando o fato de que um bom número dos professores ativistas também estava envolvido na eleição de reitor, o que reduziu as energias disponíveis para o trabalho em comissões de mobilização, dividiu a avaliação das "reais" intenções de seus promotores e até abriu espaço para a denúncia de que tais assembléias estavam sendo desvalorizadas pela Assembléia Geral (AG), as conseqüências disto tudo foram importantes para a condução do movimento e ajudaram também a lançar luz sobre mudanças, por assim dizer, de fundo no comportamento do professorado.

As assembléias por unidade tradicionalmente reúnem-se e votam, mas suas resoluções são encaminhadas às AG que as consideram durante o relato das unidades, tomando-as como subsídio para apoiar as decisões que serão tomadas e

como termômetro da mobilização e disposição de luta dos professores. A freqüência dos representantes de unidade ao Comando Local de Greve (CLG) também o ajuda a avaliar previamente o sentido em que caminhará a assembléia no dia seguinte, facilitando a elaboração de propostas a serem encaminhadas à AG. Assim, a pouca freqüência de Assembléias por unidade e ao CLG torna a condução das AG muito mais imprevisível e difícil, pois reduz drasticamente a possibilidade de avaliar a disposição dos professores e amadurecer propostas. Pode-se, não obstante, especular sobre uma explicação possível para esta mudança de fundo.

A versão acadêmica do darwinismo social, o *"publish or perish"* que apóia a ideologia produtivista, tornou instrumental a participação em fóruns acadêmicos ou políticos, por oposição à participação 'desinteressada' que tendeu a prevalecer até a década de 1970. Tudo isto está associado à prática dos órgão de fomento de apenas financiar a ida a congressos daqueles professores que apresentem trabalhos, deslegitimando a freqüência com objetivos acadêmicos não instrumentais. Esta questão está se tornando ainda mais estrita com a recente ênfase no financiamento apenas daqueles convidados, por oposição àqueles que meramente tiveram seus trabalhos aceitos por comitês científicos. O outro uso acadêmico da ida a congressos, que envolve, por exemplo, o início de uma revisão de literatura, está descartado; a presença para aprofundar laços acadêmicos e políticos cada vez mais reduzida a uma pequena elite que se torna ainda mais selecionada com base neste tipo de critério: esta questão é uma das vertentes da mudança nas relações de produção em curso e pode ser mais desenvolvida em texto específico. Não obstante, outra mudança pode ser apontada. Esta prática tornou a participação ativa nos eventos restrita àqueles que pretendem em outro momento se tornar também participantes nas mesas ou na condução dos trabalhos, numa lógica que pode ser resumida a "eu hoje faço as vezes de sua platéia e amanhã você se tornará minha platéia". Assim, perdeu-se a participação sem vistas a efeitos práticos nos *curricula vitae*, e alguns eventos de importância política ou acadêmica, mesmo quando convocados pelas reitorias, ficarão sem platéia ou com esta composta principalmente por estudantes querendo se situar, com efeitos inclusive no nível acadêmico das discussões. Os professores que incorporam esta prática deixam de comparecer às assembléias de unidade, aos comandos locais e participam da própria greve numa posição muito próxima de espectadores dos acontecimentos, posição esta que a forte presença da mídia na cobertura dos eventos apenas reforça. A nossa característica social de democracia por delegação em oposição à clássica que funciona por representação atua no mesmo sentido.

A relação com o CNG representou um ponto de afloramento de conflitos importantes nas AG. Antes de tudo, os professores da UFMG nunca votaram por adesão à greve dos SPF, ponto de honra do CNG e base da disputa de fundo entre a corrente hegemônica do MD e a assembléia da UFMG, entre outras. De fato, o diagnóstico das questões mais importantes que atravessam as universidades públicas brasileiras e a melhor forma de encaminhar a luta estão em disputa e o MD na UFMG tem sistematicamente defendido que a solidariedade sindical com os SPF não esgota as questões que se apresentam para a universidade brasileira. Cabe-nos, por indeclinável, a discussão de nossas relações de produção no ensino, na pesquisa e na extensão, a defesa das relações de trabalho, algumas das quais, não todas, compartilhamos com os outros servidores públicos, a luta por verbas para a universidade, questões em que certamente contaremos com a solidariedade dos SPF e da sociedade em geral, mas que envolvem iniciativas próprias, contínuas, para as quais a adesão de todos os outros cidadãos e sindicatos se dará na medida de sua própria dinâmica, em função de suas próprias possibilidades. Não podemos nem deixar de nos empenhar pela materialização da situação ideal da luta unificada, nem deixar de lutar por nossas especificidades, que resultam da "síntese de múltiplas determinações" e o

balanço ideal entre estas duas vertentes tem sido fonte inesgotável de conflito interno nas instâncias do MD e também um dos pontos de fragilização da nossa luta. Como antecedente importante, os conflitos que afloraram na disputa eleitoral de 1998 na ANDES, de infeliz coincidência com um movimento grevista importante, marcaram as negociações em sua reta final e deixaram cicatrizes que voltam a doer dentro do MD, dificultando o encaminhamento das soluções.

Outro entrevero ocorreu quando o reitor Francisco César convidou a direção da APUBH e do SINDIFES para uma cerimônia programada anteriormente, mas que, por acaso, coincidiu com o início da greve. Neste momento, apresentamos à bancada federal mineira as demandas dos professores. Desta reunião resultou um convite do deputado mineiro e professor da UFMG, Ronaldo Vasconcellos (PL), para falar em seção especial solicitada por deputados do Congresso Nacional que discutiria a política salarial do funcionalismo público federal. Também convidado, o Comando Nacional Unificado de Greve-CNUG, entidade que nominalmente dirigia a greve dos SPF, montou uma estratégia de participação, distribuindo entre seus membros as falas e o seu conteúdo. Esta posição que, no entender do CNUG, estaria ameaçada com convites que não passassem pelo seu crivo, não foi divulgada nem defendida no CNG, quando nossa delegada lá prestou a informação do convite feito à APUBH, SINDIFES e FASUBRA. Não obstante, a participação da presidente da APUBH, representando a AG-UFMG em reunião pública e televisada no Congresso Nacional, com discurso lido e gravado, foi reiterada e abusivamente interpretada como "negociação em separado", o que deu origem a ataques exacerbados à nossa delegada no CNG.

Tal postura deteriorou-se ainda mais quando da vinda à UFMG da Secretária de Ensino Superior do MEC, a Profª Maria Helena Guimarães de Castro. O Reitor, Prof. Francisco César Sá Barreto, reuniu representantes do CLG e da administração universitária num esforço de retomar entendimento, já que as negociações haviam sido interrompidas em função da suspensão do pagamento de nossos salários pelo MEC. Não apenas o CLG foi questionado, como nossos delegados no CNG e o Reitor. Tal postura ou revela insegurança do CNG sobre a eficácia de sua representação ou, o que é pior, procedimentos pouco democráticos quanto ao direito de cada professor universitário ou líder sindical ao exercício desimpedido da sua cidadania ou mesmo de cada assembléia de base ao exercício de sua autonomia.

Do ponto de vista das discussões internas, as tensões se expressaram sobre o que fazer quanto à diferença entre as gratificação do 1° e 2° graus (GID) e a de 3° grau (GED), herança das dificuldades de negociação no final da greve de 1998, o reajuste linear reivindicado pela pauta dos SPF, a incorporação da GAE, discussões sobre reajuste linear na GAE e a oposição sistemática à oferta do governo de reajuste nas GED e GID. Além da tranqüila legitimidade de tratamento reconhecida entre os professores de 1° e 2° graus e os de 3° graus, pois as AG sistematicamente aprovaram em votações diversas que não poderia haver discrepâncias de tratamento entre professores que se originassem no nível dos cursos ministrados, a situação com maior potencialidade de conflito se expressou na proposta do CNG da incorporação da GAE, questão que os professores batizaram de *novos x velhos*.

Embate geracional associado às aposentadorias precoces da primeira metade da década de 1990; à dificuldade de reposição de vagas; e à sua reposição quase que no atacado, o que trouxe inúmeros professores novos a um só tempo para os departamentos; tudo isto tendeu a produzir alterações repentinas no balanço político interno. A titulação dos novos professores, mais elevada que a dos mais antigos, fez eclodir conflitos de legitimidade propriamente acadêmica entre experiência e graus universitários, exacerbada pelos critérios de avaliação institucional adotados pelo MEC e pelas agências de fomento que priorizam a titulação formal por sua legitimidade e por sua facilidade de tramitação burocrática. Também o acesso rápido e necessário dos novos professores aos escalões iniciais de direção, às vezes sem a maturidade

advinda da introjeção dos valores e práticas acadêmicas, ou até com a expressão de valores novos que postulam a rápida ascensão na carreira, tenderam a exacerbar conflitos em face da manutenção efetiva do controle político pelos professores mais antigos dos cargos mais elevados de direção, apesar das aposentadorias precoces. Não podemos deixar de considerar que, além disto, muitos dos direitos trabalhistas e salariais de que gozam os mais antigos estão negados aos jovens, o que foi uma surpresa desagradável para os novos que os meandros das negociações fizeram ressaltar. Tudo isto encontrou um momento político de expressão na proposta de incorporação da GAE.

Outra questão evidenciada foi a do vínculo dos novos professores com a academia, posto que já a encontraram em situação em que a busca individual por financiamento privado para a extensão e a pesquisa, como forma de complementação salarial, faz parte do cotidiano e até é considerada como parte positiva da avaliação acadêmica. Esses professores portam uma vivência do *ethos* acadêmico distinta da dos antigos que tenderam a construir sua identificação com base na centralidade dos valores do público por oposição ao privado e do desinteressado por oposição ao instrumental. Ainda que estes valores permaneçam em muitas posturas individuais nos novos professores, a situação de fato dos níveis salariais necessariamente mais baixos para eles e a mudança nas relações de produção como uma perspectiva de vida os impulsiona a uma referência maior à sociedade entendida como mercado. A resistência do MD à privatização interna está por produzir resultados práticos relevantes que nos proteja destes constrangimentos.

O ensaio inicial de negociação pelo governo consistiu na oferta de um aumento nas GED e GID. A contraproposta do movimento de incorporar a GAE, bandeira histórica, esbarrou no montante apresentado para atender aos docentes. Inicialmente aceita pela assembléia dos professores da UFMG, instalou-se imediatamente uma cisão interna das assembléias quando os professores novos perceberam que os recursos seriam inteiramente absorvidos pelos professores mais antigos, que ainda recebiam adicional por tempo de serviço ou por aqueles que tinham ganhos na Justiça. Os demais nada receberiam. Isto foi interpretado inicialmente pelos mais novos como uma traição da condução do movimento que estaria reivindicando em causa própria. Também aqui, algo que poderia ter acarretado a desagregação do corpo universitário foi antes uma nova oportunidade de reconciliação, quando a argumentação dos novos foi acolhida pela assembléia, que reverteu decisão anterior que apoiava a incorporação da GAE. Foram produzidas, na seqüência, uma série de alternativas de negociação encaminhadas ao CNG que representavam uma solução melhor, cerca de 20% de reajuste médio, e também mais equânime dos impasses.

As discussões destas propostas que a AG-UFMG encaminhou ao CNG foram outro ponto de conflito e, mais uma vez, questões afloradas em 1998 jogaram um papel importante. Naquele ano, a AG-UFMG foi surpreendida por uma votação no CNG que resolveu não discutir uma proposta de tabela por nós enviada para sua consideração e de outras AD. Desta vez, nossas propostas foram colocadas no "cabide", mas nunca discutidas porque, quando do momento da discussão de tabelas, o CNG entendeu que "aquelas que não atendiam os princípios que o CNG havia estabelecido não seriam consideradas". Dirigentes do CNG posteriormente alegararm que no procedimento havia um cálculo sobre o momento político apropriado para apresentar propostas. Se isto pode ser um argumento de relevo, o não posicionamento em qualquer momento do CNG a respeito de propostas recebidas apenas o afasta das assembléias que deve representar.

Houve um desaponto grande dos professores na Assembléia com a condução do movimento, quando ficou claro que, antes de consultar as AG sobre as alternativas políticas face à retirada unilateral pelo governo da proposta de incorporação da GAE, o CNG lançou a campanha "Assinar o negociado, cumprir

o acordado", perdendo a oportunidade de propor reajuste na malha salarial, num momento em que sequer a condução do movimento falava da hipotética greve dos SPF, o que, segundo a avaliação da AG-UFMG, poderia ter nos conduzido a uma situação de saída de greve claramente vitoriosa do ponto de vista dos impactos no cotidiano dos professores.

Esta questão levantou também discussões importantes nas nossas assembléias, já que alguns professores interpretaram que aqueles que questionaram o procedimento do CNG "não sabiam perder", no que foram respondidos que a derrota só é legítima quando respeita o processo democrático de discussão, sem utilizar manobra de mesa para evitar o debate de mérito de posições minoritárias.

Mas a questão política mais importante que este *imbroglio* evidenciou foi o desconhecimento, pelos professores, da pauta de reivindicações protocolada no MEC. De fato, dadas as idas e vindas da discussão, notadamente duras nessa greve em que pela primeira vez o MD teve que se haver com um montante financeiro e pensar nos critérios de sua distribuição, política sem dúvida divisionista por parte do governo; dado o fato de que até decisões do próprio CNG quanto a reajuste linear foram alteradas por sua comissão de sistematização; e, finalmente, dado que o CNG reiteradamente não só encaminhou propostas próprias sem consulta às bases (que depois apenas as legitimaram) como decretou o fim da greve sem convocar rodada de assembléia para apreciar indicativo de saída (arranhando práticas democráticas longamente estabelecidas no MD), tudo isto reflete o improviso que caracterizou a negociação, já que a pauta inicial se revelou mais uma vez uma quimera política e financeira e fomos deixados sem uma alternativa compartilhada, legitimada e sólida de formulação de contraproposta.

Todas essas dificuldades políticas fizeram aflorar pela primeira vez na assembléia da UFMG questionamentos sérios a respeito do modelo de nosso sindicato e da sua representatividade. Na seqüência, eclodiu um elenco de propostas que iam da ruptura com o sindicato e formação de um outro à transformação da ANDES em uma federação; da negociação em separado até posições que faziam a defesa da representatividade da ANDES; daquelas que arguíam a impropriedade política de levantar tal problema em situação de greve até as que propunham um movimento nacional de conciliação das diferenças. Ainda que a AG da UFMG tenha uma história de oposição dentro do MD, nunca estas tensões se explicitaram de forma tão aberta e propositiva, o que indica a necessidade de enfrentar o problema de forma positiva.

Dentro da UFMG, o momento de descenso da greve pode ser associado à iniciativa abortada da FAFICH de saída unilateral. Esta posição também reflete questões postas desde 1998 que, não obstante, desta vez encontraram o movimento na UFMG mais preparado para o seu enfrentamento local. A resistência interna de professores e estudantes conseguiu isolar a liderança local que defendia a saída da greve e manter a UFMG em consonância com o movimento nacional no momento crucial em que a mídia procurava gancho para esfacelar o movimento em impasse de negociação com o MEC.

Não houve na UFMG, com as exceções de praxe, avaliações ufanistas do resultado da greve. Ganhos salariais modestos, ainda mais resumidos pela exclusão arbitrária feita pelo presidente da República da incorporação dos 3,17% decorrentes de ganhos judiciais na tabela salarial de fevereiro de 2002 foram, não obstante, associados a um ganho político importante. Conseguiu-se barrar por hora a proposta de emprego público e evitar danos maiores às nossas aposentadorias e à autonomia universitária; conseguiu-se também a equiparação GID e GED e fazer justiça relativa aos aposentados de 1° e 2° graus com a extensão parcial da GID, avançando pela luta política, vitória que, não obstante, já estava no horizonte de concessões possíveis em virtude de ações judiciais favoráveis.

O resultado da greve, no episódio da incorporação da GAE, enfatizou a perda real da isonomia entre ativos e aposentados e entre as universidades, questão dolorida na UFMG que nunca

incorporou ganhos judiciais como ocorre em muitas outras, o que configura na prática a perda da isonomia anteriormente conquistada entre as universidades públicas federais e a necessidade de o MD apresentar propostas para a superação dessa divisão. Outra perda foi relativa à saída de greve com base em uma tabela salarial, o que reverte as conquistas da greve de 1987 e posteriores em que saímos com um piso e uma fórmula de cálculo. Assim, perdemos nosso direito a uma malha salarial baseada em uma lógica de ascensão gradual e passamos para uma situação em que esta é fruto de pragmatismo tais como os ganhos efetivos da classe modal, enfraquecendo a solidariedade entre os docentes. Nossa questão salarial continua em aberto e a possibilidade de retomada da isonomia parece mais distanciada.

Outra questão diz respeito ao projeto de lei de regulamentação do direito de greve. Se aprovado, terá que ser contabilizado como uma derrota crucial do movimento, não obstante sua intrínseca relação com um dos ganhos do movimento, que foi o embate com o governo no judiciário, o que inegavelmente fortaleceu as instâncias democráticas e representou um momento em que o judiciário exerceu, instado pelo CNG, seu mandato constitucional de separação entre poderes. Além de tudo isto, há a possibilidade de não serem implementadas as mesas de negociação, o que não nos surpreenderia, dado o histórico do governo quanto a promessas que não foram instituídas em lei.

A discussão do momento histórico em que vivemos e qual o melhor caminho para enfrentar os novos desafios postos à universidade e ao MD, as expectativas da sociedade quanto à educação pública superior, a proposta governamental para o ensino de 1° 2° e 3° graus e a maior visibilidade da posição do MD quanto à questão educacional no Brasil, posta por uma greve que contou com extensa cobertura da mídia, ressaltam, tanto dentro quanto fora da academia, a força relativa e o estado da arte na discussão sobre um tema que, para todo o espectro das forças políticas, está na ordem do dia. Havemos também de nos opor a interpretações redutoras que enfatizam o corporativismo do MD e uma pretensa capacidade intelectual inferior de seus ativistas, forma deslegitimatória pela qual entidades acadêmicas e intelectuais de renome têm marcado distância da luta dos professores por uma universidade pública de qualidade. A grande dificuldade, que decorre de falsas oposições dentro do MD, está em não termos sido capazes de aprofundar a discussão dos impactos do capitalismo do conhecimento na mudança insidiosa das nossas relações de produção e quais as práticas cotidianas devemos adotar para enfrentarmos mudança que envolve o que pôde ser lido nas entrelinhas da discussão dos novos x velhos na UFMG e no questionamento incessante das instâncias formais da instituição, a subsunção da capacidade intelectual de trabalho na universidade pública brasileira, expansão de um movimento que já impôs também derrotas aos intelectuais da academia no Primeiro Mundo.



Lucília Machado

Regulação da produtividade do trabalho do professor: o debate sindical nas instituições federais de ensino brasileiras

Lucília Machado - Socióloga, Pesquisadora do CNPq e membro do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/NETE da Faculdade de Educação - UFMG.
lsmachad@uai.com.br



s Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras compreendem um conjunto formado por 39 universidades, oito faculdades isoladas e cinco centros tecnológicos; ao todo, 52 unidades mantidas e supervisionadas pelo Ministério da Educação[1].

Essas instituições de ensino superior congregam aproximadamente 400 mil estudantes de graduação, 60 mil de mestrado e 30 mil de doutorado. Nelas trabalham 79,1% dos professores com título de doutorado em atuação nesse nível de ensino no Brasil. Em contraste, existem, no país, cerca de 1004 instituições privadas de ensino superior, onde atuam apenas 19,9% do contingente de professores com essa titulação e em atividade nesse nível de ensino. Outro ponto de comparação importante: no sistema federal de ensino superior 85% dos docentes trabalham em regime de tempo integral, mas nessas instituições particulares apenas 16,5% deles têm este tipo de dedicação. Entretanto, são essas últimas que vêm experimentando as taxas mais altas de crescimento de matrícula, cerca de 86,1% entre 1994 e 2000. Trata-se de um movimento que vem mudando a face do ensino superior no Brasil, antes marcado pela hegemonia do setor público. As matrículas nas instituições federais de ensino superior também cresceram significativamente nesse período, mas em ritmo comparativamente bem inferior, 32,7%, (MEC/Inep, 2001). Diferentes, no entanto, têm sido os fatores do crescimento das matrículas entre as instituições particulares e públicas. Nas primeiras, esse advém, fundamentalmente, de criação de novas escolas ou ampliação das já existentes. Nas públicas, esse processo decorre, principalmente, de mudanças administrativas e de gestão das relações de trabalho.

Esse artigo trata da discussão sobre as mudanças na regulação da produtividade da força de trabalho das carreiras docentes do ensino superior e básico (ensino médio e fundamental) das instituições federais de ensino brasileiras, a partir dos anos 90, e o debate sindical dos professores a esse respeito. A partir dessa década, os professores destas instituições passaram a apresentar um padrão de remuneração misto, formado por duas partes.

A primeira parte, que vem se tornando proporcionalmente muito menor, se refere à remuneração pelo tempo de trabalho que os professores colocam à disposição do empregador (Governo Federal), pelo qual recebem um pagamento pré-definido conforme o regime de trabalho, classe e nível na carreira. Essa remuneração constitui o salário e denomina-se vencimento básico (VC).

Uma outra parte, que se tornou a mais importante fonte dos seus rendimentos, é formada pelas gratificações, um complemento que não é incorporado aos salários, que pode ser suspenso ou reduzido a qualquer momento ou manter-se estável no seu valor nominal. Os professores recebem dois tipos de gratificações, um dos quais está diretamente ligado à avaliação individual de desempenho.

As interpretações sobre as razões para a introdução desta forma mista de remuneração são variadas. Para alguns, as gratificações são, fundamentalmente, um expediente que o Governo Federal adotou para aliviar os efeitos da falta de reajustes salariais na impossibilidade financeira de concedê-los. Para outros, entretanto, trata-se, na verdade, de uma nova política de regulação do uso da força de trabalho na esfera estatal, aplicada de forma diferenciada e com importantes conseqüências.

No ano de 2001, os professores das instituições federais de ensino realizaram uma longa greve de 108 dias[2]. Eles reclamavam reajuste salarial[3] (reposição salarial de 75,48%[4]) e fim do sistema de remuneração por gratificações mediante sua incorporação aos salários, proventos e pensões, reafirmando os princípios da isonomia e da paridade. Essa greve contou com a adesão quase integral dos professores dessas instituições e com grande apoio dos estudantes e de parcelas

1 - Existem, ainda, as Instituições Federais de Educação Básica (ensino fundamental e médio): 11 Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFETs, o Colégio Pedro II, seis escolas técnicas e 48 agrotécnicas. São, portanto, ao todo, 118 instituições federais de ensino.

2 - A greve teve início no dia 22 de agosto e fim em 7 de dezembro deste ano.

3 - O cumprimento por parte do Governo Federal da Constituição do País que prevê reajuste anual para os servidores federais.

4 - Defasagem decorrente de sete anos sem reajuste dos salários, pois o último havia sido em 1º de janeiro de 1995, segundo cálculos efetuados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

importantes da sociedade brasileira[5].

Além destas, eram também reivindicações dos grevistas: garantia de aposentadoria sem perdas, reposição de vagas para professores e técnico-administrativos, realização de concursos para admissão dentro do RJU (Regime Jurídico Único)[6], fim do projeto de lei sobre Regime de Emprego Público[7], financiamento dos hospitais universitários, fim da terceirização dos serviços nestes hospitais, repasse de verbas para manutenção das IFES, melhoria das condições para o exercício do trabalho acadêmico, mudança na prioridade concedida pelo Governo Federal ao atendimento das determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e defesa de direitos sindicais.

Grande parte dessas reivindicações não constituía uma novidade. Carregava, porém, as marcas do acirramento das insatisfações dos docentes contra um processo complexo de piora das relações de trabalho, decorrente de dois movimentos simultâneos e articulados: o empobrecimento das condições materiais de trabalho e as mudanças na gestão e regulação do trabalho docente.

O primeiro movimento vem se agravando com a crise fiscal e a reforma do Estado, chegando a acusar uma presença mais forte das formas de trabalho docente precário, decorrentes do uso de contratos de professores temporários, de força de trabalho voluntária e de estagiários.

O segundo refere-se à implementação da gestão do trabalho universitário baseada no princípio de ampla liberdade com relação aos meios, combinado com o princípio de controle dos resultados. Os professores viram nessa estratégia de gestão a influência da lógica do mercado, das políticas neoliberais e a perspectiva de privatização das instituições federais de ensino.

O Governo Federal buscou meios administrativos, políticos e judiciais para se contrapor à greve, mas enfrentou forte resistência. Acenou com a possibilidade de reajuste nas gratificações, mas os professores insistiram que essa não era a reivindicação deles. Mostrou lentidão na abertura de negociações, apostou no cansaço que uma longa greve provoca em todos os que nela se envolvem e na gradual desmobilização dos grevistas. Promoveu o corte de salários e outras retaliações, alegando que a não regulamentação do direito de greve no serviço público permitiria aplicar punições, desrespeitou as decisões da Justiça que não lhe foram favoráveis sobre corte de salários e punições e lançou decretos alterando competências e atribuições, como a de que o único responsável pela liberação de pagamento de servidores seria o próprio presidente da República[8]. O Governo Federal demonstrou, portanto, dificuldades de diálogo com o movimento sindical; no entanto, nunca o Brasil teve ocupando o poder tantos que vieram da carreira de professor universitário: o próprio presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a primeira-dama, Ruth Cardoso e os ministros Pedro Malan, da Fazenda, Francisco Weffort, da Cultura, e Paulo Renato Souza, da Educação.

Essa greve chegou ao fim sem que os professores conseguissem incorporar as gratificações. Eles obtiveram reajustes em percentuais diferenciados, conforme a carreira, classe e nível, todos muito inferiores ao reivindicado pela categoria docente para repor as perdas dos últimos anos[9].

1. As gratificações

As gratificações constituem remuneração complementar, não incorporada aos salários e sujeitas a interrupções, reduções ou estabilizações do seu valor nominal. Elas não são extensivas aos professores contratados por tempo determinado e incidem apenas sobre os vencimentos básicos, desconsiderando os adicionais por tempo de serviço.

Os professores das IFES conhecem, na prática, a vulnerabilidade que essa forma de remuneração apresenta. Em 1985, como resultado da greve que fizeram em 1984, os professores das universidades autárquicas conseguiram, através da Lei 7.333 de 02/07/85, que lhes fosse estendida a Gratificação de Nível Superior (GNS) de 20%, que já era paga aos servidores públicos em geral. Entretanto, essa gratificação deixou de lhes ser paga pouco tempo depois, em 01/04/87.

A partir dos anos 90, foram instituídas

5 - Programada como greve dos servidores públicos em geral, conseguiu ser realizada apenas nos setores da Seguridade Social e da Educação.

6 - O Regime Jurídico Único traduz a gama de direitos e deveres que caracterizam o vínculo dos servidores públicos com o Poder Público. Ele foi instituído pela Lei nº 8.112, de 11/12/90, conforme determinação da Constituição Federal de 1988 (art. 39, caput), que prevê o estabelecimento de regime jurídico único e de planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. Esta determinação está inspirada no princípio da isonomia, significando que os referidos servidores devem estar submetidos, entre si, aos mesmos direitos e obrigações perante a entidade política a que servem.

7 - O Regime de Emprego Público se refere ao anteprojeto do Ministério da Educação referente à carreira de emprego público nas Instituições Federais de Ensino. Ele pretende transformar a vinculação estatutária entre servidor e Estado numa relação com características contratuais. Os servidores deixariam de ser admitidos para um cargo público e através de concurso público. Cargo público é um lugar instituído na organização do funcionalismo, com denominação própria, atribuições específicas e estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular na forma estabelecida em lei. Os servidores passariam a ser admitidos para um emprego público, ocupado por quem presta serviços à entidade pública, sem possuir, no

duas outras formas de gratificação, que repousam sobre o mesmo princípio: um salário-base fixado em nível muito inferior às necessidades de reprodução da força de trabalho docente e aos preços de mercado para categorias ocupacionais de nível técnico e científico correspondente.

Essas duas formas de gratificação são as seguintes:

A primeira chama-se Gratificação de Atividade no Executivo (GAE)[10] devida mensalmente aos servidores em atividade e aposentados do poder Executivo[11] no percentual de 160% (cento e sessenta por cento), calculado sobre o vencimento básico[12]. Atualmente, a GAE constitui a maior parte da remuneração dos professores[13].

A segunda forma de gratificação está vinculada a sistemáticas de avaliação individual de desempenho e faz parte das reformas e transformações do sistema de educação superior pública brasileiro, que ocorreram na década de 90. Ela foi instituída sob a alegação de que seria um instrumento de estímulo individual para uma atitude mais comprometida do professor com as atividades de ensino e com a produtividade docente em geral. Nesse sentido, fórmulas têm surgido no sentido de determinar patamares mínimos de produtividade, a partir dos quais confere-se, aos professores, o direito a receber os tais incentivos, em sua integralidade ou em parte.

Essa segunda forma se desdobra em duas versões:

a) A Gratificação de Estímulo à Docência (GED), concernente ao trabalho dos professores de nível superior, criada pela Lei nº 9.678 de 3 de abril de 1998.

b) A Gratificação de Incentivo à Docência (GID), específica para professores de ensino fundamental e médio em atividade nas instituições federais de ensino, criada pela Lei nº 10.187 de 12 de fevereiro de 2001.

A GED foi instituída durante a greve dos professores de 1998. Ela representou a segunda proposta apresentada pelo Governo Federal em resposta às reivindicações dos professores por reajuste salarial. Na realidade, essa greve foi estimulada pelo próprio governo quando, no início deste ano de 1998, anunciou a criação do Programa de Incentivo à Docência (PID), divulgando-o junto à imprensa como uma importante política de reajuste salarial. Esse programa, entretanto, apenas concedia bolsas a certas categorias de professores e que estivessem em atividade. Dele, estavam excluídos os professores aposentados, os professores da carreira do ensino fundamental e médio, os não portadores de títulos de doutores, mestres e especialistas, os licenciados (inclusive por motivo de saúde ou maternidade) e os contratados temporariamente.

Segundo MACHADO (1998: 32):

As dificuldades crescentes relacionadas ao funcionamento das universidades, a injustiça apresentada no PID e a humilhação à qual o governo submeteu os professores, oferecendo-lhes 'incentivo' para a realização do trabalho que já faziam, acarretaram, por parte daqueles em atividade, a recusa ao programa ofertado.

O PID foi retirado pelo Governo sob forte contestação dos professores, mas a segunda proposta por ele apresentada, a GED, mantinha muitas das suas características. O movimento docente não conseguiu reverter essa política de gratificações, baseada em avaliações individuais de desempenho com periodicidade anual e, ao término da greve de 1998, passou a vigorar uma nova lógica de regulação da produtividade do trabalho docente nas instituições federais de ensino brasileiras.

A GID também é uma gratificação do mesmo tipo da GED, mas apresenta valores pecuniários bem inferiores a ela e, diferentemente, não foi proposta pelo governo durante a greve de 1998. À época, os docentes da carreira de magistério de ensino fundamental e médio receberam apenas o direito a uma bolsa de incentivo à docência, que não contemplou os professores aposentados e foi extinta em janeiro de 2000. Em março deste ano, o Governo Federal, através da Medida Provisória 2.020, instituiu a GID e só em fevereiro do ano seguinte esta gratificação foi aprovada em lei.

A GED e a GID são calculadas a partir do cômputo dos diversos encargos e atividades dos docentes, conforme o que a instituição espera do seu trabalho. Ela deve estabelecer regulamentos próprios para a

entanto, as qualidades precípuas de servidor público, isto é, sem estar incluído no quadro do serviço público. Para o movimento docente, a figura do empregado público enseja uma situação indesejável: remete a um agente público vinculado ao Estado de forma mais precária e com os mesmos deveres e atribuições que são típicos dos servidores públicos estatutários; prevê a demissão por insuficiência de desempenho e tem conseqüências negativas para o papel das universidades públicas como centros de pesquisa: leva a relações mais precárias entre o servidor público e a Administração Pública; favorece o recurso à contratação indiscriminada de professores temporários e o aumento da terceirização nos órgãos administrativos das universidades; flexibiliza as garantias de independência de idéias, pluralidade de entendimentos, liberdade de pesquisa como direitos dos professores que prestam (ou venham prestar) serviços às universidades públicas e inviabiliza o estabelecimento de um projeto nacional de universidade pública.

8 - Pelo Decreto nº 4.010 de 12 de novembro de 2001, do Presidente da República, compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o processamento da folha de pagamentos dos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, após a liberação de recursos para o respectivo pagamento, mediante expressa autorização do Presidente da República.

9 - Os professores de nível superior obtiveram entre 7,8 e 11,7% de reajuste nos vencimentos básicos, segundo o princípio de atribuição dos índices mais eleva-

dos aos estratos inferiores da carreira. A estratificação da carreira obedece à seguinte estrutura: a) classes (Auxiliar, Assistente, Adjunto e Titular); b) níveis (1, 2, 3, 4 e Único no caso de Titular); c) titulação (Graduação, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado) e Regime de Trabalho (20 horas, 40 horas e Dedicação Exclusiva). Existem nas instituições federais de ensino diferenças de valores nos vencimentos básicos em cada um dos segmentos da grade de classificações dos docentes. Na grade em vigor (2002) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os vencimentos básicos (sem gratificações) de 17 segmentos estão inferiores ao Salário Mínimo (R$ 200,00, cerca de US$ 60,00). Essa situação diz respeito a professores em regime

de 20 horas e, dentre eles, todos que se encontram inseridos na classe dos Auxiliares e cerca da metade daqueles que estão classificados como Assistentes. O vencimento básico mais alto é o do profes-sor da classe Titular, com titulação de Douto-rado e regime de traba-lho de Dedicação Ex-clusiva. Esse vencimen-to, na UFMG, é de R$ 1.418,34 (aproximadamente US$ 420,00) (2002). As gratificações somam-se a esses valores do vencimento básico.

10 - Fundamentos legais: Arts. 1º e 11 da Lei Delegada n.º 13, de 27/08/92 (D.O.U. 28/08/92); Arts. 2º e 8º da Lei nº 8.538, de 21/12/92 (D.O.U. 22/12/92); Parecer DRH/SAF n.º 539, de 23/12/92 (D.O.U. 05/01/93) e Art. 4º da Lei nº 8.676, de 13/07/93 (D.O.U.

atribuição dessa gratificação e dar prévio conhecimento destes regulamentos ao Ministério da Educação. São instituídas comissões por local de trabalho e as avaliações são feitas pelos próprios pares a partir das regras definidas centralmente. Os avaliados devem conhecer os resultados da avaliação de seu desempenho e manifestar sua concordância ou discordância em relação a eles.

A partir da instituição dessas gratificações, o cálculo da remuneração de um professor de uma instituição federal de ensino se tornou uma operação não muito simples. Para tanto, os procedimentos seriam os seguintes:

1°) Toma-se o vencimento básico (VB) relativo ao seu regime de trabalho, classe e nível como a referência de base.

2°) Verifica-se a titulação do docente. Se ele apresenta algum título, aplica-se um fator sobre o seu VB, conforme o título que possui (1,05 para quem fez um curso de aperfeiçoamento; 1,12 se o curso for de especialização; 1,25 se for de mestrado e 1,50 se for de doutorado). O valor encontrado será o VB do professor.

3°) Sobre esse valor, acrescenta-se a Gratificação de Atividade no Executivo (GAE): 160% do VB.

4°) Em seguida, acrescenta-se o valor da GED ou GID, se o professor é de nível superior ou da carreira do ensino fundamental ou médio. Essas gratificações têm valores já definidos para cada classe, nível e regime de trabalho e recebê-la em parte ou na totalidade depende da avaliação da produtividade do professor.

5°) A remuneração é, portanto, a soma do VB (que é variável conforme o regime de trabalho, classe e nível), com a GAE e com a GED (nível superior) ou GID (educação básica). No caso do docente aposentado, a GED e a GID são equivalentes a 60% do valor integral.

2. O contexto do surgimento das gratificações

A redefinição do modo de regulação social a partir dos anos 90 tem no caso dos petroleiros (setor produtivo estatal) o exemplo paradigmático, pela forma como foram duramente tratados pelo Governo Federal em suas reivindicações na greve de 1995.

Segundo MELO & CARVALHO NETO (1998: 76),

A greve dos petroleiros em 1995 constituiu uma das últimas "quedas-de-braço" com o governo contra a desregulamentação do monopólio estatal do petróleo. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso parece ter saído "vitorioso" do confronto, no qual teve o claro intuito de quebrar a espinha dorsal da CUT[14] no setor estatal (um paralelo da longa queda-de-braço do governo Thatcher com os mineiros ingleses), embora tenha enfrentado prolongado desgaste político, principalmente após a intervenção do Exército nas refinarias, lembrando o autoritarismo das ditaduras militares.

As negociações de trabalho, nos anos 90, acompanharam algumas tendências que indicam, assim, o caráter de um novo modo de regulação das relações de trabalho (DIEESE-São Paulo, 2001: 202-210):

a) Redirecionamento das garantias negociadas em relação à remuneração: perda da centralidade da negociação sobre a recomposição do poder aquisitivo dos salários, flexibilização salarial com a inserção de um componente variável no total da remuneração condicionado a resultados ou metas como incentivo ao aumento da produtividade e mecanismo de integração do trabalhador aos objetivos patronais e tendência de redução dos patamares salariais.

b) Racionalização do processo produtivo: novas formas de organização e gestão do trabalho, redução dos custos via corte de pessoal, intensificação no uso da força de trabalho, agravamento dos problemas de saúde e segurança do trabalho.

c) Aumento brutal do desemprego, desregulamentação das relações de trabalho através da flexibilização da legislação trabalhista e terceirizações.

d) Adoção de inovações tecnológicas e/ou organizacionais independentes de negociações sobre elas com os trabalhadores e seus sindicatos.

e) Dificuldades para o movimento sindical manter direitos já adquiridos.

f) Gradual descentralização das negociações.

A partir de 1994, foi implementado o Plano Real, plano de estabilização que acabou com a política salarial, que tinha o papel de realizar minimamente a homogeneização da estrutura de salários e de custos setoriais, levando à maior fragmentação da ação sindical (DIEESE-São Paulo, 2001: 209).

No caso dos servidores públicos, estes vêm sofrendo, especialmente, uma acentuada corrosão salarial provocada pela política governamental de tratar os salários como uma das variáveis de ajuste da economia.

As mudanças no padrão de regulação do trabalho na esfera estatal refletem as contradições de uma economia em profunda transformação, que impõe a reforma administrativa do Estado, a flexibilização de direitos trabalhistas e políticas de privatizações.

O sistema de pagamento por rendimento não é uma invenção nova. F. Taylor e sua administração "científica" do trabalho o preconizou no início do século passado, como um importante mecanismo de controle da produtividade do trabalho. Entretanto, ele incide sobre as relações de trabalho nas instituições federais de ensino brasileiras apenas na década de 90. Por que o Governo Federal passou a se interessar por essa forma de regulação e de controle do trabalho docente, mediante avaliação de sua produtividade? O que essa medida tem a ver com a reforma do Estado, com a redução dos investimentos públicos e com a hipótese da progressiva privatização da universidade pública brasileira? Que relações se estabelecem entre a lógica do chamado produtivismo e a racionalidade instrumental do mercado? Essas são questões que vêm fazendo parte do debate sindical docente.

Na década anterior, o movimento dos professores das instituições federais de ensino brasileiras havia conquistado importantes vitórias:

a) No início da década de 80, o Governo Federal pretendeu aprovar o projeto de transformação das universidades federais autárquicas em fundações. Essa intenção foi interpretada pelo movimento docente como um passo em direção à privatização das universidades públicas e não se concretizou, graças a essa resistência.

b) Em meados dos anos 80, o movimento docente dessas instituições conseguiu conquistar um quadro permanente de carreira e expressivos ganhos salariais.

c) Em 1987, os professores conquistam a Lei da Isonomia[15], Lei 7.596, de 10/04/87 e um plano único (PUCRCE)[16], regulamentado pelo Decreto 94.664, de 23/07/87.

No entanto, já no início de 1991, no mês de março, os professores das IFES tomam conhecimento do documento *Proposta para uma nova Política para o Ensino Superior*, do Ministério da Educação, que sinaliza mudanças de rumos. Esse documento define a eficiência das IFES a partir de três dimensões: "1) a gestão ('ganhos de produtividade gerencial nas universidades') (...); 2) 'desempenho' relacionado à produtividade e à qualidade (...); 3) a de busca de recursos extra-orçamentários junto a empresas". (BELLONI, 1991:19).

Verifica-se, então, a partir dos anos 90, a implementação da política do Governo Federal de não atendimento do preceito constitucional de proceder "revisão geral dos salários e no mesmo percentual" para todos os servidores (Art. 37, Inciso X, Constituição Federal) e de autorização de aumentos na remuneração apenas através de reajustes nas gratificações.

3. Os argumentos do Ministro da Educação

O Ministro da Educação, Paulo Renato Souza[17], em artigo intitulado *Universidade e sociedade* e publicado no Globo *Online* e no jornal Folha de São Paulo, em 15/10/01, assim justificou a política adotada pelo Governo Federal:

O maior problema da universidade pública brasileira é seu distanciamento da sociedade, o que alimenta um corporativismo exacerbado que precisa ser combatido para não destruir a própria universidade. Esse corporativismo gerou, ao longo dos anos, um grau de ineficiência e desperdício de recursos públicos realmente escandaloso. (...) Não havia estímulo para o aumento do número de alunos nas universidades federais, pois a distribuição dos recursos de custeio não

14/07/93).

11 - Servidores do Poder Executivo regidos pela Lei nº 8.112/90, lei que define o estatuto dos Servidores Públicos do Brasil e estabelece o Regime Jurídico Único.

12 - A base de cálculo da GAE é somente o vencimento básico do cargo efetivo; não são considerados outros rendimentos, mesmo que integrantes da remuneração do servidor, como por exemplo, incorporação relativa ao exercício de chefia (décimos) e horas extras incorporadas. O cálculo do Adicional por Tempo de Serviço (anuênio/quinqüênio) também não incide sobre o valor da Gratificação de Atividade Executiva. Sobre o valor desta gratificação incide, porém, desconto para o Plano de Seguridade Social do Servidor (PSSS).

13 - Em 2001, era essa a situação salarial dos

professores da UFMG: 1) Professor Auxiliar (níveis 1, 2, 3 e 4), para dedicação de 20 horas semanais, salário inicial de R$ 122,31 (abaixo do salário mínimo vigente no País): Salário-base: R$ 122,31 + Gratificações: R$ 447,61; Salário Total: R$ 569,92. 2) Professor titular, doutor, com dedicação exclusiva: Salário-base: R$ 1.219,08 + Gratificações: R$ 3.641,09; Salário Total: R$ 4.860,17. Nos exemplos acima, pode-se comprovar que a maior parte do salário de um professor é composta de gratificações. No primeiro caso, as gratificações representavam 78,54% do salário total. No segundo caso, 74,92%.

14 - Central Única dos Trabalhadores (nota da autora desse artigo).

15 - O Art. 3º desta lei (nº 7.596 de 10/4/1987) determina que as universidades e demais ins-

tituições federais de ensino superior, estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação pública, devem ter um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para o pessoal docente e para os servidores técnicos e administrativos, aprovado, em regulamento, pelo Poder Executivo, assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor.

16 - PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos. Foi regulamentado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, que ajustou diversos pontos

divergentes nos dois regimes jurídicos vigentes, o estatutário e o celetista, estendendo determinados direitos e benefícios que passaram a ser iguais nos dois regimes, em todas as instituições federais de ensino.

17 - Ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas, Paulo Renato Souza sofreu o desgaste da greve, ao ver esvaziadas suas pretensões de candidato à presidência da República.

18 - SAEB: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que tem por objetivos coletar e sistematizar dados e analisar informações sobre o ensino fundamental e médio no Brasil. Por meio do Saeb, é realizada uma avaliação em larga escala do desempenho, em diferentes disciplinas, dos alunos brasileiros da 4ª e da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino mé-

guardava proporção com o desempenho da instituição. A política do governo Fernando Henrique Cardoso para as universidades federais, nestes últimos sete anos, procurou justamente aumentar a eficiência do sistema, preservando e melhorando a sua qualidade e combatendo o corporativismo. (...) O conceito da avaliação por resultados foi estabelecido pela lei que criou o Provão; a partir de 1996, mudamos radicalmente a avaliação da pós-graduação, fixando padrões de excelência internacional. Em 1998 criamos a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) que, além de estimular a titulação acadêmica, introduziu o conceito de remuneração por desempenho para o professor. (...) A partir de 1997, mudamos os critérios de distribuição dos recursos de custeio entre as instituições, vinculando-os a critérios objetivos de desempenho. A partir do ano 2000, criamos os fundos setoriais de pesquisa e o fundo geral de apoio à infra-estrutura, que oferece recursos para a realização de pesquisas e investimentos físicos, baseados em projetos competitivos que são julgados por comissões independentes. (...) É verdade que não conseguimos aprovar a autonomia administrativa e financeira das universidades, o que teria vinculado recursos globais ao desempenho das instituições; mas é inegável que avançamos muito no sentido de investir mais, exigindo, porém, melhor desempenho dos professores e das instituições em seu conjunto. (...) Além disso, o professor pode ter bolsas de pesquisa e complementações salariais oriundas de pesquisas contratadas por meio das fundações universitárias, que podem até dobrar seu ganho total. (...) O sistema respondeu bem às mudanças, e como nunca na nossa história. Entre 1994 e 2000, o número de alunos de graduação cresceu 33%; os alunos dos programas de mestrado aumentaram em 95% e os de doutorado em 146%. As conclusões de cursos nos três níveis cresceram a taxas ainda mais expressivas: 38%, 134% e 188% em apenas seis anos. A pós-graduação nas universidades federais passou a responder por mais de 50% do sistema neste período. A relação docente/aluno aumentou de 1 para 12, e a de funcionários de 1 para 6. A qualificação do corpo de professores evoluiu de forma muito expressiva: a proporção de professores com doutorado passou de 21% para 33% nos últimos seis anos. (...) É natural que todas essas mudanças e os resultados obtidos tenham provocado resistências, reações e ressentimentos em relação a professores e dirigentes acostumados com tempos passados de acomodação.

O Ministro da Educação, em entrevista ao jornal Correio, em 25/10/2001, ao ser perguntado se a incorporação das gratificações aos salários dos professores seria possível, respondeu:

De jeito nenhum. A proposta do sindicato dos professores é elitista, injusta e tem um custo impossível. Muito acima dos R$ 250 milhões fixados pelo Congresso Nacional para resolver a greve. A incorporação da GED é academicamente injusta porque não dá aumento para ninguém em início de carreira. Pior. Quem produz muito, já recebe o máximo da gratificação (R$ 1.670) e não terá benefício algum. A incorporação da GAE, por sua vez, é socialmente injusta porque só melhora o salário de quem já ganha bem. Quem incorporar a GAE no início de carreira não recebe nada. Na nossa opinião, a GED aumenta a produtividade das federais (os professores têm de dar mais aulas na graduação e na pós e fazer mais pesquisas para receber o abono). Depois dela, o número de alunos na graduação cresceu em 33%. No mestrado, o aumento foi de 95% e no doutorado foi ainda maior, de 146%.

Foi-lhe, então, indagado: se tudo está bem, por que os professores reclamam?

O fato de exigirmos que o docente dê aula na graduação, pós-graduação e faça pesquisa gera tensão. A interação com os reitores também ficou mais difícil porque liberação de dinheiro para as universidades depende, agora, do número de alunos, cursos noturnos, pesquisa. As universidades federais têm dois grandes defeitos: ineficiência e corporativismo. Como tentamos acabar com eles, a tensão é gerada.

Constata-se, a partir da própria explicação do Ministro da Educação que a avaliação individual do desempenho dos professores das IFES tem servido de

instrumento fundamental da reforma do Estado e como alavanca do processo de racionalização do trabalho docente nestas instituições. Os anos 90 podem também ser interpretados, no contexto das reformas recentes da educação brasileira, como a década da avaliação. Além da avaliação dos professores, foram também instituídos programas nacionais de avaliação dos alunos de todos os níveis de ensino (SAEB[18], ENEM[19], Provão[20] e Enceja[21]) e aprofundadas as exigências aos programas de pós-graduação.

4. Os argumentos do movimento docente

O movimento dos professores tem chamado a atenção para os seguintes pontos fundamentais do debate sobre as novas formas de regulação do trabalho em vigor nas instituições federais de ensino:

4.1. Sobre o discurso governamental

O tom e o conteúdo do discurso governamental, acima reproduzido, provocam sentimentos de indignação entre muitos docentes. Entretanto, a intenção desse discurso não parece ser a de estabelecer um diálogo com os professores, mas a de promover opiniões favoráveis de setores da sociedade à política governamental e de despertar nesses setores sentimentos de desconfiança com relação às reivindicações docentes. O sentimento de indignação docente pode ser bem exemplificado por um trecho da "Carta Aberta ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação Dr. Paulo Renato Souza", publicada pelo Prof. LOBO NETO, da Universidade Federal Fluminense, em 2001:

Permita-me, Excelência, dizer que suas dificuldades de negociar com a ANDES[22], talvez estejam no fato de que "corporativistas" como eu entendam que pelo meu trabalho devo receber um salário digno. E que reposição (aumento nunca teve!) salarial, não se realiza através de penduricalhos precários e provisórios. Ficará, na História das Falácias, a GAE - "Gratificação de Atividade Executiva", insulto a quem fez concurso público para ***executar atividades*** *no serviço público e também a GED, oferecida a quem se credenciou em concurso público de provas e títulos, para exercer a docência. Esse vale tudo de gratificações fictícias, porque usadas para reajustar salários, e não para gratificar situações realmente especiais de trabalho, é sumamente desmoralizante, sobretudo de quem as concebe e, literalmente, "concede" (afinal, não é o salário e sim um "agrado", uma "gratificação").*

4.2. Sobre a estratégia governamental

Para o movimento docente, o Governo Federal não está comprometido com um projeto de educação em que a universidade seja concebida como instituição social de interesse público e fundamentada no princípio da universalidade e da liberdade na produção e transmissão do conhecimento. Sua política não favoreceria a execução de programas e projetos que viabilizem soluções para os complexos problemas da sociedade brasileira. Segundo PINHEIRO (1996: 14-16), o que está em andamento, com a estratégia governamental, é o aprofundamento do *(...) processo de privatização interna e de economização da vida universitária, tendo como pano de fundo a nova ordem do capitalismo, sob a égide do neoliberalismo, tecendo uma forte articulação do econômico, da política, da cultura e da ideologia (...).*

Ao fazer uso da gratificação de desempenho, o Governo Federal passaria a idéia de que os critérios a serem aplicados seriam supostamente justos, neutros e objetivos, escondendo que, de fato, está tratando a educação como mais uma atividade comercial subordinada à lógica do mercado. Assim, o governo se relacionaria com o servidor da mesma maneira como o setor de comércio faz a gestão do pessoal responsável pelas vendas: paga-se um salário mínimo e deixa-se o resto da remuneração ao cargo das comissões. A subordinação à lógica mercantil se expressaria, também, no uso de critérios economicistas de relação entre custos e benefícios na administração das atividades educacionais e científicas.

4.3. Sobre a aplicabilidade do sistema de remuneração por desempenho

Um outro ponto é destacado nos debates do movimento sindical docente e se refere às condições de aplicabilidade

dio. O Saeb também coleta dados que permitem a identificação de fatores associados ao desempenho dos alunos avaliados.

19 - ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio, instituído pela Portaria nº 438 de 28/05/1998, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo em vista os seguintes objetivos: I- conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho; II- criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio; III- fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior e IV constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio.

20 - Provão ou Exame Nacional de Cursos é

uma avaliação realizada pelos formandos dos cursos de graduação da Educação Superior. O exame foi aplicado pela primeira vez em 1996, para os cursos das áreas de Administração, Direito e Engenharia Civil. Em 2001, 271 mil estudantes de 3.700 cursos de vinte áreas foram avaliados. Em 2002 foram avaliadas 24 áreas, abrangendo cerca de 90% de todos os concluintes de Educação Superior no País. O exame faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que inclui também o Censo da Educação Superior, a Avaliação das Condições de Ensino e a Avaliação Institucional.

21 - Enceja: Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos, destinado às pessoas que concluíram o ensino supletivo. Realizado em nível nacional, tem caráter voluntário, porque, por lei,

esse tipo de avaliação é de competência estadual, com normas fixadas pelos Conselhos Estaduais de Educação. Essa prova pretende oferecer um "padrão" de conteúdo curricular que o aluno do supletivo deve dominar. O principal objetivo é verificar a capacidade que o aluno tem de aplicar o que aprendeu na escola e não apenas a sua capacidade de memorizar a matéria. Os limites mínimos de idade para fazer este exame supletivo são de 16 anos, no caso do ensino fundamental, e de 18 anos para o ensino médio.

22 - ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, entidade sindical através da qual se expressa o movimento docente nacional de 3º grau.

desse sistema de remuneração, por rendimento. Os questionamentos têm sido os seguintes:

Em primeiro lugar, o rendimento pessoal não dependeria exclusivamente da vontade do professor. Isto porque parte considerável do trabalho dos professores está submetida a uma dinâmica coletiva e relativamente independente de sua vontade, situação ignorada pela lógica de gestão assentada em "incentivos" fundamentalmente individuais. O desempenho do professor dependeria também do direcionamento dado pelo sistema institucional para as regras, normas e decisões sobre objetivos, divisão do trabalho, recursos e parâmetros de controle e de regulação da atividade humana.

Em segundo lugar, o desempenho no trabalho nem sempre estaria na razão direta do nível de conhecimentos e capacidades dos professores. Estas seriam também produtos das capacidades da instituição, das condições infra-estruturais e organizacionais que não são levadas em consideração quando se avaliam individualmente os rendimentos do trabalho do professor. O desempenho dos professores dependeria, assim, da disponibilidade de recursos (instrumentos, instalações, informações, prazos, etc.) para que o trabalho possa ser bem realizado e de inúmeras outras variáveis que podem estar fora de sua capacidade de previsão e/ou de controle.

Em terceiro lugar, não seria possível contabilizar objetivamente a produtividade docente. As sistemáticas de avaliação da produtividade do trabalho docente, que têm sido praticadas pelas instituições federais de ensino brasileiras, estariam padecendo de uma visão industrialista, que privilegia a quantificação dos fluxos dos produtos, o volume da produção num dado recorte temporal, sem levar em consideração suas características qualitativas. Tal processo apresentaria riscos de distorções graves, pois:

a) Ignoraria diferenças fundamentais entre as produções docentes conforme as áreas de conhecimento e níveis de atuação. Para SILVA (1997: 29-30),

... não poderíamos ignorar a extrema diversidade das pesquisas que são produzidas em diferentes áreas. Se, por um lado, não se pode abrir mão da qualidade e da relevância das pesquisas e publicações em geral, por outro, não existem parâmetros incontestavelmente universais que permitam uma avaliação comum para todas as áreas. Seguramente os critérios que servem para avaliar a qualidade e a relevância de uma pesquisa na área de física aplicada ou de zootecnia, podem não valer para filosofia ou para a história.

b) A impossibilidade de padronização dos processos de trabalho docente.

c) A compreensível falta de reciprocidade entre os atores envolvidos com relação aos resultados esperados.

d) A necessidade de contemplar critérios temporais e exigências de recursos diferentes, conforme os tipos e objetivos das atividades que passam por essas avaliações. Para Roberto LEHER, presidente da ANDES à época da greve,

Os critérios de produtividade no mundo acadêmico são muito peculiares. Não se pode medir a produção de conhecimento com os mesmos critérios de produtividade de mercado. Um pesquisador pode levar anos produzindo um trabalho cujo resultado seja fundamental para a sua área. (16/11/2001).

Em quarto lugar, conforme o trabalho realizado, seria praticamente impossível individualizar resultados, pois estes seriam também expressão da produção do coletivo do qual o indivíduo avaliado faz parte, das relações e das trocas de idéias, conhecimentos, cultura, experiências, expectativas, etc. que ele estabelece. A individualização da avaliação dos desempenhos partiria do falso pressuposto de que é possível individualizar metas institucionais. Segundo SILVA (1997: 30),

(...) há que se fazer distinção entre o que se espera das Universidades em termos da produção coletiva de pesquisas e publicações e o que se deve demandar de cada um dos seus acadêmicos. Mesmo mantendo-se o pressuposto da produção coletiva, caberiam ainda as perguntas sobre se todos os professores têm realmente que estar permanentemente envolvidos em pesquisa e sobre o tipo de

pesquisa que é de fato imprescindível para que determinado professor possa oferecer ensino de boa qualidade.

4.4. Implicações do sistema de remuneração por desempenho

Uma outra questão sobre a qual o movimento docente tem discutido se refere às implicações do sistema de remuneração por desempenho que vem sendo implementado.

A primeira delas se refere à quebra da paridade remunerativa entre docentes de uma mesma instituição, sejam eles da mesma carreira, regime de trabalho, classe, nível e titulação. Isso representaria um retrocesso em relação às conquistas de estrutura de carreira docente única anteriormente obtidas.

Em segundo lugar, o movimento docente manifesta sua preocupação com o estímulo que a forma de remuneração por desempenho fornece à disseminação e aprofundamento da concentração de recursos, informações e poder em mãos de uma minoria de professores. Isso estaria propiciando a geração de pequenos feudos nas instituições federais de ensino com regras de atuação próprias, muitas vezes inspiradas pela lógica do mercado, levando ao esvaziamento do espaço público e à expansão do espaço privado.

Como o processo de avaliação do desempenho dos professores não avalia a qualidade do trabalho realizado e o significado do empenho desenvolvido, nem sempre professores considerados mais produtivos por essa sistemática o seriam se a lógica de avaliação fosse outra.

Assim, estaria ocorrendo, a partir dessa dinâmica:

a) O aumento de uma competitividade pouco saudável à vida acadêmica, do individualismo e da fragmentação da categoria docente;

b) O desenvolvimento de mecanismos autoritários na administração da vida acadêmica e limitações à democracia interna;

c) Maiores desigualdades e injustiças no tratamento dispensado pela instituição de ensino e agências financiadoras de pesquisa aos professores;

d) Perda da liberdade e autonomia no processo acadêmico, com o conseqüente enfraquecimento do potencial reflexivo e crítico.

4.5. Sobre as intenções do Governo Federal

No âmbito do movimento docente, também são discutidas as intenções que o Governo Federal teria com essa política de gestão das relações de trabalho.

A primeira delas seria a de processar o recondicionamento da identidade e da consciência profissional dos professores, tendo em vista a interiorização, por eles, dos objetivos que o Governo Federal teria com relação à mudança na gestão das instituições federais de ensino. Para GOMES & HORTA (1998: 56-58),

Impressiona como toda essa nova mentalidade, que atende às expectativas de um 'ethos concorrencial', competitivo, vai se instalando no nosso cotidiano e mostrando suas conseqüências sobre as práticas e as concepções, e constituindo discursos próprios, que se alimentam de teorias há muito conhecidas no campo das Ciências Humanas. (..) Os que, sem se darem conta, foram envolvidos por essa perspectiva, acabam por se dessensibilizar sobre o fato de que o professor universitário é um trabalhador assalariado e, por isso mesmo, se insere na luta mais geral e permanente dos trabalhadores contra a exploração que sofrem. Produz-se aqui uma espécie de esquecimento, impulsionado pelo desejo manipulado pela atmosfera globalizada e concorrencial, reforçado por formas narcísicas de gratificação do ego.

A outra intenção do Governo Federal seria a própria mudança na gestão das instituições federais de ensino. Para muitos professores, isso significaria a destruição dessas instituições tal como vêm sendo, historicamente, concebidas, como instituições públicas. Esse processo de destruição integraria um outro, o de crescimento da privatização da educação brasileira com o enorme crescimento das instituições particulares de ensino.

A mudança na gestão das instituições federais de ensino faria parte das redefinições em curso da organização da educação tecnológica e superior brasileira, em conformidade com o modelo ditado pelo Banco Mundial, neoliberal. Segundo LEHER, em *Greve nas Instituições*

Federais de Ensino contra o Desmonte da Inteligência:

Estudos sobre o impacto financeiro da incorporação das gratificações (GAE e GED) ao salário dos docentes evidenciam que, com R$ 466.685.147,19, o governo poderia atender a esta reivindicação. Esse valor corresponde a um dia de pagamento dos juros da dívida externa. Assim, a resistência do ministro em negociar a incorporação das gratificações só se explica pelo compromisso em mantê-las como expressão da política neoliberal do governo para as IFEs.

Dessa estratégia, faria parte também o objetivo de dividir a categoria dos professores, esfacelar suas entidades sindicais e enfraquecer a articulação entre esses sindicatos e os que representam outras categorias dos servidores públicos federais. Para GOMES & HORTA (1998: 54-55),

A remuneração desigual é a ponta de lança para uma divisão interna que tende a enfraquecer definitivamente a categoria, dificultando no futuro as iniciativas de movimentação coletiva em torno de uma identidade comum conquistada em longos anos de mobilização.

Conclusões

A forma salarial tem sido um dos fatores de estratificação e de identificação social. Ela tem sido utilizada, socialmente, para discernir e reconhecer as posições de prestígio, os meios de mobilidade e de reprodução referentes às diferentes ocupações e profissões.

Este artigo não teve o objetivo de demonstrar alterações produzidas na organização do trabalho, nas relações profissionais e na formação dos professores das instituições federais de ensino brasileiras a partir da implementação de mudanças na regulação social. Pretendeu, tão-somente, recuperar a contextualização e o conteúdo fundamental dos debates em torno desta questão.

Segundo GADREY (2001:55) existe uma *(...) gama de setores nos quais a aplicação do conceito de produtividade apresenta problemas, na nossa opinião insolúveis, caso não se mude de paradigma para retratar os desempenhos ou a eficácia de uma atividade de serviço.*

Dentre esses setores, este autor cita:

(...) os bancos, o setor de seguros, o ensino, a consultoria e a maior parte dos serviços prestados a empresas, os serviços sociais, os serviços chamados "de proximidade", prestados a famílias (guarda de crianças, atendimento a idosos), pesquisa, cultura, certos setores da administração pública, etc. (2001:55-56).

São setores que têm em comum o caráter de prestação de serviços, para os quais seria fundamental considerar as características qualitativas do produto para se averiguar a produtividade do trabalho, para os quais a abstração destas dimensões em favor da ênfase meramente quantitativa representa riscos de distorções graves nesse processo de avaliação.

Uma das razões, segundo GADREY (2001:56-59), para a existência dessas dificuldades se deve, em primeiro lugar, às divergências que soem ocorrer relacionadas à própria definição do produto do serviço. Diferenças de interpretação a esse respeito impedem o estabelecimento de convenções que representem o consenso dos atores envolvidos e podem levar até à emergência de conflitos entre eles.

A avaliação individual de desempenho, entretanto, e independentemente do método e critérios utilizados, é um instrumento de controle organizacional sobre o trabalho, que busca alinhar a ação dos empregados aos objetivos pretendidos pelas empresas. Através da sua dinâmica de funcionamento, procura-se demonstrar aos indivíduos as metas ou atividades que devem ser realizadas e quais comportamentos e atitudes devem ser seguidos. Como os critérios de avaliação são definidos previamente, há um processo de condicionamento e de restrição de decisões e ações.

Para contornar as resistências ao seu uso, as empresas, ao introduzi-la, procuram atribuir outras justificativas: essa forma de avaliação seria, então, um instrumento que daria, aos empregados, referências sobre como se apresenta seu desempenho, promoveria seu desenvolvimento profissional, serviria de estímulo para a melhoria da qualidade e

produtividade do trabalho e tornaria mais justo o sistema de remuneração.

No entanto, a compreensão do movimento docente sobre os razões e conseqüências do uso desse mecanismo de avaliação tem sido diferente. Ela reforça a leitura que certas análises sociológicas do trabalho fazem, quando estas o interpretam como fator de estímulo da competição interna e da moral individualista, de enfraquecimento da cooperação no trabalho e de geração de frustração e descrença. Há mesmo a hipótese de que, em vez de levar à melhoria da qualidade e da produtividade, tal política de gestão e regulação do trabalho poderia, inclusive ter efeitos contrários. Isso porque ela induziria as pessoas a transferirem mais tempo e esforço para as estratégias de defesa de sua posição na instituição e favoreceria a definição de metas excessivamente objetivas e mensuráveis, que nem sempre dão oportunidades às pessoas de explorar sua criatividade.

Para Aluisio TEIXEIRA, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em entrevista ao *Jornal dos Economistas*[23]:

(...) a GED tal como existe hoje não premia a produtividade. Se você der dois cursos por semestre, escrever um "paper" e participar de uma pesquisa, ganha a GED integral. Se você der 10 cursos, escrever 10 livros e fizer 15 pesquisas, ganha a mesma GED.

Para PINHEIRO (1996: 16):

A quantidade numérica de trabalhos publicados e a produção em série de trabalhos repetitivos de um mesmo e antigo manancial de dados (arquivados durante muitos anos em computadores), repartidos de forma fragmentada em várias publicações, são hoje mais valorizadas que a apreciação do conteúdo e da qualidade do trabalho realizado. Nas avaliações que privilegiam a lógica do produtivismo na esfera do conhecimento, muitas vezes, perdem aqueles pesquisadores que persistem na Universidade "remando contra a maré" e desenvolvendo trabalhos sérios e de excelente qualidade.

Bibliografia

ANASTASIA, Antônio Augusto Junho. Regime Jurídico do servidor público. Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 1990.

BELLONI, Isaura. O Projetão, o Projetinho e a Educação. Caminhos, Publicação Semestral da APUBH, n. 3, junho de 1991.

DIEESE São Paulo. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001.

FREIRE, João. Sociologia do Trabalho: Uma introdução. Porto: Edições Afrontamento. S/d.

GADREY, Jean. Mutação dos sistemas produtivos e competências profissionais: a produção industrial de serviço. In: SALERNO, Mário Sérgio (organizador). Relação de serviço: produção e avaliação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001, p. 23-65.

GOMES, Nilcéia M. & HORTA, Carlos R. Ambigüidades neoliberais na greve de 1998. Caminhos, Publicação Semestral da APUBH, n. 16 e 17, dezembro de 1998.

LEHER, Roberto. Greve nas Instituições Federais de Ensino contra o Desmonte da Inteligência.
http://www.geocities.com/andre_lira/leher.htm

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Carta Aberta ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação Dr. Paulo Renato Souza. Rio de Janeiro, 23/10/2001.
http://www.faced.ufba.br/destaques/carta_ao_ministro.htm

MAAR, Wolfgang Leo. A universidade no processo de reprodução da sociedade brasileira. Universidade e Sociedade, Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ano XI, nº 27, junho de 2002, p. 69-73.

MARQUES, Maria Dirlene T. 1000 dias sem reajuste salarial. Até quando? Caminhos, Publicação Semestral da APUBH, n. 15, novembro de 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. A greve dos docentes: o desafio atual.
http://www.uff.br/uffon/leisdoc/greve/art_greve.htm

MEC/INEP. Resultados e tendências da educação superior no Brasil. Brasília, 2000. Sinopse estatística do ensino superior 2000. Brasília, 2001.

www.economistas.com.br/jornaldo/2001/nov01/entrevista.htm

MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 5ª ed., Malheiros Editora, 1994.

MELO, M. C. O. L. & CARVALHO NETO, A. M. . Negociação coletiva e relações de trabalho: o debate atual. São Paulo: ABET, 1998.

PINHEIRO, Luiz Humberto. Os impasses da Universidade Pública Brasileira. Caminhos, Publicação Semestral da APUBH, n. 13, outubro de 1996.

PINTO, Marina Barbosa. Precarização do trabalho docente: a educação como espaço de acomodação do capital. Universidade e Sociedade, Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ano XI, nº 27, junho de 2002, p. 55-61.

PRATES, Antônio Augusto P. As IFES no contexto do ensino superior do País: perfil e dilemas institucionais. http://cevep.ufmg.br/bacp/edicoes/033/nopub/08_tab.doc

SEHWERERT, Pablo García. El salario, sus aspectos sociopsicológicos. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987, 88 p.

SILVA, Celson José. Qualidade ou quantidade. Caminhos, Publicação Semestral da APUBH, n. 14, junho de 1997.

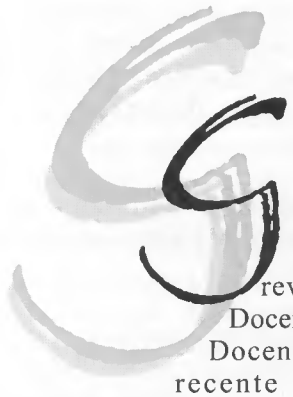
Sindicalista sente em casa os efeitos da greve. http://globonews.globo.com, /GloboNews/article/0,6993,A159673-1190,00.html, 16/11/2001.



William Rosa Alves

Trabalho docente, greve e cidadania produtiva na universidade da modernização crítica

WILLIAM ROSA ALVES - Professor do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG; Coordenador da Comissão de Ensino da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB - Seção Local de Belo Horizonte.
wralves.bhz@terra.com.br



reve, Movimento Docente e Trabalho Docente no período recente (Reforma do Estado brasileiro pós-90)

Durante as greves, por vezes comparecem falas que chamam à ampliação do sentido da mobilização dos professores universitários para além das condições e perspectivas do papel e do trabalho de cada docente e da universidade em uma sociedade como a brasileira, eivada por contradições e desigualdades ímpares. Em uma das assembléias dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG na greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES, em 1998, uma colega afirmou que o nosso movimento não se reduz à perspectiva da **pressão**, mas significa **expressão**, fala pública, quiçá cidadania[1]. Tal consideração serviu, em 1998 e 2001, não só para a vivacidade do movimento, através dos meios convencionais de comunicação e exposição de motivos, mesmo no contexto com reservas aos *mass media* brasileiros, mas instituiu-se como reconhecimento de uma qualidade interna de disposição à luta na forma do combate e não apenas como resistência. Desenvolveram-se então interlocuções e relações como movimento social, que não só se apresentam na perspectiva corporativa as defesas dos interesses próprios, mas provocam a reflexão sobre a inserção, relevância e mesmo a necessidade da universidade. Em 1998, tal ímpeto resultou, enfim, no "Abraço à UFMG", que reuniu milhares de pessoas em um dia "útil" no cotidiano de trabalho na/da metrópole Belo Horizonte. Em 2001, sem tantas manifestações fora dos *campi* da universidade, houve mais inserção na *mass media* impressa, na de áudio e na áudio-visual eletrônica.

Concomitantemente, avançam no próprio Movimento Docente-MD os alardeios e práticas que dizem já não bastarem ações disruptivas como a greve, expressas por um conjunto de acusações genéricas ao "capitalismo" nesta fase, cuja expressão ideológica é denominada "neoliberalismo". Aparecem, sobretudo em contextos críticos como os de interrupção do próprio trabalho, questionamentos às formas e princípios de organização e condução do MD. Porém, se ampliarmos a reflexão para além do escopo convencional do **instituído**, ou seja, caso observemos o MD como algo **instituinte**, como é desejável para todo e qualquer movimento social , quiçá se encontrem a causa e o fundo das mobilizações dos docentes das IFES no contexto de uma sociedade dita em crise. Ou seja, não basta a análise circunscrita à institucionalidade da universidade e as relações com e como Estado. Na discussão sobre a universidade, sobretudo em meio a uma reforma do Estado *pela* e *para* a condução centralizadora da sociedade, tal como vivemos desde toda a década de 1990, a concentração agora sobre a questão e o tema "Autonomia" já implica em uma amplitude e complexidade desafiantes aos esquemas e paradigmas que se fundam na lógica formal, tal como apontada nos documentos oficiais e em grande parte da própria literatura científica que por ora se apresenta como pensamento social crítico no Brasil. O desvelamento do que fundamenta a própria reforma de Estado "à brasileira", desde os anos 90, é mister até para conscientizarmo-nos do que estamos debatendo no MD e na própria universidade. Em suma: a formação e a reprodução do cotidiano, eivado pela intensificação do trabalho docente, serve a quais desígnios? Para além das formas aparentes com que lidamos no dia-a-dia da universidade, certamente trata-se de uma discussão desde as intenções que motivam a seara ideológica expressa no âmbito dos discursos presentes ao debate, até os princípios e fundamentos que constituem as práticas *dos* e *para os* docentes das IFES como cidadãos, cuja dimensão profissional alcança por enquanto, o conjunto social brasileiro mais amplamente do que um regime e um tempo de trabalho que se encerra na jornada de trabalho. Em suma, somos mais do que uma profissão, pois se não fechamos nosso

1 - Uma fala mais sistematizada sobre a questão, que inicia uma reflexão sobre a transformação do "trabalho intelectual em força produtiva", encontra-se no Informativo APUBH (Belo Horizonte, nº 22, nov. 1998, 4p.), logo em seguida ao Boletim APUBH supracitado.

papel quando trancamos algum recinto visto como privativo das nossas tarefas. Há uma dimensão intelectual que depende das condições concretas como trabalho abstrato, normatizado e burocratizado, mas que sempre foi chamado para ser algo de trabalho concreto provido e que provê sentido para a existência, no caso não apenas de tal "trabalhador", mas como pretenso e necessário sujeito da história presente, cônscio e compromissado não apenas para si, como indivíduo, mas na sociedade onde vive.

Se a Reforma do Estado brasileiro pós-90 alcançou algum debate público, achegando até aos movimentos sociais como um todo devido à focalização da chamada "Reforma Trabalhista" no e através do Congresso Nacional, na Universidade foi também posta como algo corriqueiro, correspondendo à estratégia distensionista dos governos do período. Tais protagonistas não só impingiram o discurso da deslegitimação do público e assim do próprio servidor público[2], mas também normatizaram o trabalho nas chamadas "instituições públicas" com princípios que, desde os anos 70, foram ditos como válidos e benfazejos à chamada "administração pública": competência e eficiência alçadas à condição de princípios ditos "éticos" para um Estado sempre criticado por sua inoperância, omissão e mesmo seu caráter de privilegiador das frações sociais mais aquinhoadas de condições materiais e simbólicas nesta sociedade[3].

Cabe ainda dizer que, em síntese, se a greve de 1998 foi deflagrada pela indignação mais restrita dos legítimos anseios do trabalho docente[4] e avaliada com intensas polêmicas e dissensos, a de 2001 foi fruto de alguma compreensão acerca da ineficácia dos meios desenvolvidos pelo governo, executivo e parlamento, para a "valorização" do trabalho docente, concretamente como alguma recuperação salarial. Se, no período, o ímpeto de intensificação do trabalho dos professores das IFES pôs-se como norma e *ethos* dos docentes, o que dizer então da generalização das práticas que professam o discurso contra a mercantilização da educação, tal como se vê pelos próprios dirigentes da UFMG? Qual postura do conjunto da categoria universitária docente deve empreender, para pôr-se com altivez no debate, sobre os rumos da universidade brasileira, agora enfileirada no debate sobre a "Autonomia"?

Trabalho Docente e Cotidiano na Universidade Dirigida: UFMG na ponta do produtivismo

As falas recentes, ouvidas mais amplamente durante as greves de 1998 e de 2001, dos docentes das IFES, algumas alçadas a reflexões em seminários e livros, ou ainda como um burburinho coloquial rápido e quase sempre interrompido nos intervalos entre as obrigações profissionais, informam-nos sobre a intensificação do trabalho entre os professores das universidades federais. A UFMG não tem sido exceção. Uma colega avaliou, em uma assembléia da greve de 2001, que o "relativo esvaziamento das assembléias" era fruto de uma situação em que os professores, em grande parte, assumiram tarefas e envolvimentos para fora da Universidade em muito na forma da chamada "prestação de serviços"[5]. Se isto significa, numa primeira leitura, a assunção do compromisso da Universidade oferecer o conhecimento à sociedade em que se insere, amiúde percebe-se que há uma compressão e aceleração do trabalho entre os docentes, o que tem constrangido a qualidade de algumas, e mesmo do conjunto, das atividades dos professores e até da Universidade como um todo.[6]

Se no discurso já chegamos ao reconhecimento da precarização como evidência e elemento de uma nebulosa "crise das universidades brasileiras", por que as práticas docentes consistem em prosseguirmos no esteio da intensificação do trabalho? Ora, as análises, mesmo que genéricas, dos indicadores de produtividade do trabalho docente das IFES brasileiras, já apresentam uma intensa ampliação da produção de resultados de pesquisa, na forma das publicações impressas e virtuais e sobretudo, na publicação, na forma de aulas e presença em debates em outros lugares, da inserção do conhecimento por nós construído. Digo isto porque, em princípio, o envolvimento, ou melhor, o

2 - Apontamentos sobre a deslegitimação dos direitos na sociedade brasileira, construída a partir do sentido da "desnecessidade do público", baseiam-se sobretudo no artigo "Atraso da vanguarda e a vanguarda do atraso", in OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes: São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estados de São Paulo FAPESP, Núcleo de Estudos do Direito da Cidadania NEDIC, 1999. (Coleção Zero à Esquerda).

3 - Cf. MARTINS, Sérgio. "Notas e reflexões sobre a universidade de privações". Universidade e sociedade. São Paulo, ano VII, n. 13, jul. 1997, p. 108-116. O autor apresenta, a partir do caso da UFMG, como a privatização da

universidade foi aprofundada sem a mudança na institucionalidade da mesma, pois colonizou o pensamento e a ação dos professores por meio dos expedientes de avaliação para aferição da produtividade do trabalho docente. Desde a base do movimento da Reforma do Estado brasileira e da universidade, comparecem os princípios de gestão da empresa capitalista propriamente dita, sobretudo a "competência" e a "eficiência".

4 - Até final de março de 1998, dia 26 para a UFMG e 31 para o conjunto das IFES, foram mais de 1100 dias sem reajuste salarial, num contexto de esgarçamento das IFES por meio da redução relativa do número de docentes e problemas similares que alcançaram as próprias instituições.

5 - A expressão "prestação de serviços", co-

"tempo socialmente necessário" para a elaboração e exposição de aulas na graduação e na pós-graduação é maior e mais intenso do que a escrita.[7]

Nesses aspectos afeitos e consoantes à produção, mormente a "científica", materialização do "progresso" e do "desenvolvimento", predominam as falas que apresentam a UFMG como "pioneira". Em diversas mudanças na educação superior brasileira, desde o início da modernização produtiva em 1964, interrompida pelo golpe e a ditadura, até os dias de hoje, chamados efusivamente por alguns como os da "sociedade do conhecimento"[8], mais do que marcos episódicos, comemorados celeremente, na UFMG a modernização alcançou o *status* de "cultura institucional". Por vezes tácita, mas rotineiramente expressa na fala de apresentação de "resultados" mensuráveis do trabalho docente.

O MD convive contraditória e por vezes incoerentemente com tais princípios indutores e condutores da "vida universitária" que compõem o próprio trabalho docente. Pois, ao final dos reclamos contra o "produtivismo", praticamo-lo obedientemente, haja vista os resultados apresentados. A sanha do trabalho produtivo torna-se visível como paisagem exposta externa aos prédios dos *campi* Pampulha e Saúde, mas em especial no primeiro, com os *totens* exibindo um orgulho ufanista na linguagem e estética da propaganda. No interior dos edifícios das unidades universitárias, a cena composta por dezenas de cartazes em cada mural parece um caos, mas o mosaico conflui para os dizeres imersos na produção abstrata como fruto dos princípios da competência e eficiência, como visto nos convites a jovens brasileiros para "formarem-se" nos Estados Unidos da América, ou nos lemas - *slogans* - dos eventos, jornadas, programas e demais atividades "científicas", cada vez mais afeitos ao sentido do empreendedorismo.

O contraponto aparece mais efêmera e eventualmente do que as referências discursivas da mercadoria. Há reclamações dispersas no dia-a-dia que, por vezes, alcançam alguma crítica compreensiva do sentido geral e profundo da modernização na/da Universidade, tal como a denúncia contra a "Pressa inexplicável na UFMG".[9]

Mais objetivamente, os "números" apresentados sobre tal instituição, em diversos meios de comunicação interna, interlocutora ou beneficiária da universidade, atestam um crescimento dos resultados materiais impressos e virtuais, desde os relatórios até as patentes, quantidade de aulas e participações em eventos de natureza científica e/ou cultural, projetos em colaboração com outras instituições e entidades, desempenho dos egressos em concursos e seleções diversos etc.

Entre os professores, as reclamações, em diversas instâncias da UFMG e do MD, indicam que se sente o crescimento da quantidade dos resultados, tal como chancelado por uma normatização das atividades docentes que alcançou até a legitimidade do trabalho, por meio do cômputo/somatória dos resultados, tal como na definição e distribuição das Gratificações por Desempenho, as ditas "Gratificação de Estímulo à Docência, GED, e a Gratificação de Incentivo à Docência, GID. Porém, têm-se generalizados os alertas sobre a qualidade de tais resultados e, em alguns casos, reconhecido até as interferências na própria natureza do trabalho docente, a exemplo de um professor que observa a hetoronomia que interfere, via qualidade do pensamento e da expressão dos estudantes que chegam e progridem na Graduação, ou mesmo mais adiante, e via pressão, por meio das "avaliações" nos diversos procedimentos: preenchimento dos relatórios e organização dos currículos para concorrer e competir nos programas de fomento à produção e divulgação do conhecimento.[10] Outrossim, tem sido motivo de intenso questionamento a própria qualidade na gestão das atividades, tanto as que são progressivamente individualizadas ao docente ou a algum grupo e outras coletivas, como também aquelas que se referem à gestão pública, na forma dos órgãos colegiados e das chefias, coordenadorias e similares.

Perante tais incômodos que ensaiam uma indignação da categoria dos docentes, o que fazer para superar o contexto sinteticamente chamado de "produtivista"?

mo categoria genérica de atividades em que a instituição, e por conseguinte os docentes, se envolvem, em princípio não propicia uma leitura acerca dos princípios que norteiam e até compelem as práticas desenvolvidas pelos docentes na dimensão profissional e até na intelectual. Porém, já indica uma captura da extensão que, se advinda de uma concepção ampla, porque forjada no bojo da sociedade, foi tornada produção direta da mercadoria por meio dos "serviços" (SOUZA, Ana Luiza Lima História da extensão universitária. Campinas: Ed. Alínea, 2000.), correspondendo a uma das formas de "instrumentalização da cultura" (CHAUÍ, Marilena; Escritos sobre a universidade, São Paulo: Ed. da UNESP, 2001, p. 58 e ss.).

6 - Em entrevista recente, uma professora depõe sobre tal intensificação do trabalho na UFMG. Cf. BRAGA, Rosalina Batista. Educação e Geografia: uma entrevista. Revista Geografia & Ensino. Belo Horizonte, ano 8, n. 1, p. 9-44, jan./dez. 2002.

7 - Mesmo tacitamente, muitos de nós reconhecemos o comprometimento da qualidade das atividades docentes devido à compressão do espaçotempo da universidade, desde em depoimentos e reportagens mais corriqueiras ("Bolso vazio, educação comprometida", in Alternativa; Jornal Laboratório do Curso de Comunicação Social da UFMG; Belo Horizonte, n. 93, out. de 1997, p. 6) até com reflexões mais amplas, como a de Boaventura de Souza Santos em "Da idéia de universidade á universidade de idéias" (cap. 8

A Greve *versus* a Cidadania Produtiva da Modernização Crítica

Pelos resultados da UFMG, aqui mui brevemente vistos, vê-se uma instituição que se aproxima da sociedade brasileira pelo *ethos* do trabalho e da produção regida pelos princípios abstratos de uma competência e eficiência obedientes à atual divisão do trabalho. Conformam assim uma **cidadania produtiva**, uma presença dos protagonistas e suas práticas correspondentes que só é legitimada se forem apresentados produtos mensuráveis, tal como uma fábrica ou supermercado.[11] Porém, desde as intuições mais simplórias até as análises mais acuradas sobre o produtivismo da sociedade como um todo, afirmam a contradição entre o aumento do trabalho em termos de tempo absoluto e intensidade da produção como necessidade social para o mero acesso ao dinheiro, como meio de provimento e reprodução da vida, e o empobrecimento material da grande maioria dos viventes nesta nacionalidade. Chamamos de **modernização crítica** este período em que se acumulam, contraditoriamente, as condições *do* e *para o* desenvolvimento do capital conjugadamente, a produção *stricto sensu* da mercadoria e as condições sociais para tanto, nestas em especial reiterando a *segurança* da propriedade para a formação e reprodução da riqueza-capital e o acúmulo da luta pela cidadania concebida para além da inserção obtusa no mundo do trabalho como "trabalhador", no sentido moral e "proletário" no sentido ético e político. Mesmo dilapidando e degradando a própria vida, tal modernização garante significativa quantidade de dinheiro, por meio da elevada rentabilidade das grandes unidades produtivas, sobretudo as industriais de transformação e as de "serviços" em escala nacional, ramos em ampla maioria já sob domínio e até monopólio de conglomerados empresariais com raiz em países europeus e nos Estados Unidos da América, assim como as transferências financeiras, manipuladoras das dívidas públicas e demais operações sem lastro produtivo, chamadas mais precisamente de "capital fictício".

Neste contexto, a **cidadania produtiva** é antiativa, pois arrasta as perspectivas dos seres sociais das diferentes classes e frações da sociedade para a mediação do trabalho dito "competente" e "eficiente" como redenção das indignas condições de vida. Os arautos do produtivismo apresentam-no aos docentes como potência de legitimidade para alcançar avaliações "positivas" e de efetividade para ampliar seu salário - o direto, que aparece no contra-cheque de cada um dos professores, e o indireto, fruto dos serviços na forma das consultorias assumidas, até em detrimento da dedicação denominada "exclusiva". Tal "cidadania" encontra-se instituída na universidade brasileira e, imposta que vem sendo como cotidiano, não deixa tempo e espaço para o pensar e o refletir.

A fim de continuar o debate que requer permanente avaliação das greves dos professores das IFES, pergunta-se: qual o papel da universidade e do MD em relação às ações de possível irrupção de uma ordem que só anuncia mais trabalho e mais produção, sem no entanto enunciar, ou ao menos inferir, alguma redistribuição do trabalho, no sentido da possibilidade do pensamento e da reflexão como orientadores e renovadores da vida, como direito e qualidade concreta e não só formal de cada um e de todos?[12]

O MD alcançou expressão nacional durante as greves dos professores das IFES de 1998 e 2001, com as reclamações de sempre quanto à restritividade dos governantes no fornecimento dos "recursos financeiros", "quadro de pessoal" e outras rubricas afeitas ao próprio jargão da teoria do capital humano e suas derivações. Se foram necessárias para afirmar a qualidade social, no sentido de algum compromisso com as maiorias continuamente despossuídas desta sociedade, até que ponto contribuíram também para o sentido produtivista que a maioria dos professores assume, sobretudo no seu pólo mais coadunado com a modernização nos termos da cidadania produtiva?

Para uma reflexão mais profunda sobre o que vivemos, as greves dos docentes das IFES de 1998 e 2001 deverão ser motivo de muitas outras leituras e avaliações. Mas já fica uma reflexão: a greve parte da reafirmação do *ethos* do

de Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade; Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 163-201; Biblioteca das Ciências do Homem) e, para o caso brasileiro, de Marilena Chauí (em especial Escritos sobre a Universidade; São Paulo: Ed. da UNESP, 2001).

8 - Conferir, acerca do início da "modernização", o depoimento de Aluísio Pimenta, como artigo "UFMG foi pioneira na reforma" (Boletim UFMG; Belo Horizonte, 25 de novembro de 1998, p. 2). Para tal exaltação nos dias de hoje, sugere-se uma consulta ao folheto "UFMG: Excelência Acadêmica e Compromisso Social" (Belo Horizonte: UFMG, [1997], 16 p.) e o texto "Universidades de pesquisa e a formação de talentos", de Virgílio Fernandes Almeida

(Boletim da UFMG; Belo Horizonte, 12 de setembro de 2002, p. 2).

9 - Título de artigo da editoria do Boletim APUBH (Belo Horizonte, n. 3, outubro de 1998, p. 3).

10 - MARQUES, Paulo Villani. "Examinador ou revisor?" Boletim UFMG. Belo Horizonte, n. 1344, 11 de abril de 2002, p. 2.

11 - Tal metáfora é explanada por Marilena Chauí (Escritos sobre a universidade, São Paulo: Ed. da UNESP, 2001, p. 109 e ss.).

12 - Os programas de governo das candidaturas a Presidência da República confluíram notoriamente para a perspectiva do crescimento econômico e anunciaram, na dimensão prática, a ampliação do trabalho como meio para a prosperidade da sociedade brasileira. Ressalta apenas um lema apresentado pelo candidato

trabalho, ao clamar por alguma justiça mediante a correspondência entre o trabalho despedido por cada um e pelo conjunto da categoria, mas propicia um contracotidiano, como prática de algum antagonismo ao projeto de universidade, educação, sociedade que tem sido apresentado e literalmente executado no âmbito da norma aos docentes das IFES.

do Partido da Causa Operária: "Para que todos trabalhem é preciso que todos trabalhem menos". Mesmo aí não há sentido outro na existência humana a não ser o do trabalho.



A GREVE NA MÍDIA

Délcio Vieira Salomon

Délcio Vieira Salomon - Professor aposentado do Departamento de Sociologia e Antropologia da FAFICH-UFMG

Três greves numa só

Introdução

A memória da última greve dos professores das universidades federais leva a uma curiosa constatação, que por sua vez provoca oportuna reflexão.

Apesar de oficialmente ter sido uma só greve, ela se diferenciou das demais, a ponto de poder ser tipificada como sendo três greves numa só: a greve da indignação, a greve em defesa da autonomia da universidade e a greve contra o autoritarismo e a intransigência.

É o que se pode deduzir da leitura dos três artigos escritos pelo Professor Délcio Vieira Salomon, em diferentes momentos, para o *Estado de Minas*, à época do movimento de paralisação das IFES.

Merecem o registro em *Caminhos* como texto, cuja leitura não só alimenta a recordação de quem viveu aqueles momentos de tensão e de luta contra a política implantada pelo atual governo para as universidades federais, como há de servir de reflexão sobre o significado da greve em si para o movimento docente, sobretudo quando se problematiza o acontecimento nestes termos: - o que leva professores de uma universidade pública e federal a entrar em greve, mesmo sabendo das conseqüências que o movimento acarreta?

A greve da indignação

Desde a segunda metade do mês passado, professores, funcionários, alunos de 49 das 52 instituições federais do ensino superior estão em greve em todo o território nacional.

A greve surgiu espontânea e com adesão tão ampla, que já se pode dizer ter atingido a unanimidade em poucos dias. Como jamais se viu em toda a história do movimento docente. Fenômeno curioso: foram três greves, uma de cada setor, que eclodiram numa só. Professores, funcionários e alunos a decretaram simultaneamente, sem que se caracterizasse o apoio recíproco. Antes, pelo contrário. Todos se levantaram, quase que simultaneamente, movidos pelo mesmo sentimento: a indignação.

Indignação é o que se nota em todas as falas, em todas as manifestações, dentro ou fora das assembléias.

Indignação pelo irrisório salário dos professores e dos funcionários desde 1995 sem reajuste. Indignação contra o presidente FHC, que, diante da primeira manifestação de paralisação das atividades do funcionalismo público federal, respondeu cinicamente que só daria 3,5% de reajuste e, assim mesmo, a partir de janeiro de 2002.

Apenas para ilustrar emblematicamente o triste quadro de penúria dos professores e servidores da União, registre-se o seguinte episódio. Ao sair da primeira assembléia, antigo colega, velho professor aposentado, mostrou-me seu contracheque. Estava ali gravado: 560 reais por mês. Não importa que ele tenha se aposentado sem titulação. Era Adjunto e trabalhou 30 anos. Foi de uma geração, em que não havia pós-graduação, nem *stricto*, nem *lato sensu*. O que importa é que batalhou inutilmente, durante anos, para conseguir o regime de dedicação exclusiva ou o de 40 horas e seu departamento só lhe concedeu o de 20 horas. Esta, a remuneração de quem deu a vida pela UFMG e que ministrou 16 horas aulas por semana, quando a quase totalidade dos professores da UFMG lecionava 8, raramente 12. A triste paga de quem formou gerações e gerações de alunos.

Esta greve tem de ser realmente de revolta e de indignação. Indignação passou a ser o nome da própria Universidade Federal, durante o governo FHC.

Dizer que FHC tem sucateado a Universidade Federal, é pouco. Dizer que FHC tem desvirtuado a finalidade, pela qual a Universidade Federal existe, a saber para produzir conhecimento e formar profissionais de qualidade, e cumprir a missão da indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão, também é pouco. Dizer que FHC está, sub-repticiamente, privatizando a Universidade Federal, por sua própria natureza, pública e gratuita, é ainda pouco. Dizer que FHC há muito já pisoteou a autonomia da Universidade, garantida pela Constituição, é pouco.

Tudo isso, lamentável e desgraçadamente, é pouco diante do pior: o governo FHC corrompeu a Universidade Federal, porque corrompeu a academia. Corrompeu-a, desde o momento em que implantou a GED, gratificação pela atividade docente (aula!), que não é outra coisa senão a institucionalização da competição negativa entre os professores. Corrompeu-a, desde o momento em que estendeu esta competição negativa a "grupos de interesse" que se encastelam em diversos pontos da universidade e se transformam em agências que vendem pesquisas e serviços para empresas nacionais e multinacionais e desde o momento em que acenou para a sobrevivência da pós-graduação com projetos de interesse não mais da produção do conhecimento em si, mas do uso desse conhecimento que, por sua vez, visa à lucratividade das empresas conveniadas.

É contra tudo isso que brota na alma de todos os grevistas, sejam professores, alunos ou funcionários, a mais profunda e a mais radical indignação.

A greve da Universidade em defesa de sua autonomia

A atual greve das IFES, apesar das conseqüências negativas para a universidade e para a sociedade (próprias de toda greve), contabiliza saldo político sumamente positivo.

Sobretudo, se for levado em conta que o discurso-ação desta greve ultrapassa a reivindicação salarial para atingir o repúdio ao projeto de universidade do atual governo. Justo por estar sendo

implantado à revelia dos mais interessados, alunos e professores, falta-lhe legitimidade. Seu objetivo último é a privatização da universidade.

Alguns analistas afoitos só vêem o lado negativo de uma greve e fazem questão de proclamar que "a greve é um instrumento desgastado".

Curiosamente nunca constatam que desgastada tem sido a atitude de reação à greve por parte de nossos governantes. Particularmente o atual. Useiro e vezeiro em transformar toda greve em confronto, para poder apelar para as medidas de exceção e os *"coups de force"*.

A greve é a prerrogativa mais antiga da Universidade, ao lado da autonomia e a liberdade de cátedra. Sociologicamente é sabido que uma instituição social quanto mais velha, mais robustecida e revigorada continua. Justo porque é alimentada pela tradição e pela experiência acumulada.

Acontece que os governantes antigos diante da greve sempre tiveram o mesmo sagrado respeito manifestado pela liberdade de cátedra e pela autonomia universitária. O que vemos hoje? Os compromissos com o neoliberalismo e as exigências do FMI têm levado o governo a sufocar todo movimento social ou a tratá-lo como atentado à ordem pública. E, no caso específico, a canibalizar o professor.

A greve atual tipicamente tem revelado a necessidade de retomada da autonomia universitária como condição para que a universidade volte a ser a instituição legítima da produção e da transmissão do conhecimento. Historicamente são o movimento docente e o estudantil o grande responsável pela conquista da autonomia, que, hoje, tanto incomoda o governo.

Colocadas tais premissas, é fácil entender que uma greve da universidade pública só se torna prejudicial, quando, em contra-reação, o governo tenta tripudiar sobre a autonomia da universidade.

A implantação da GED é prova insofismável do desprezo governamental pela autonomia universitária, bem como pela liberdade de ensinar e pesquisar. Ao deparar com a reivindicação capital dessa greve a incorporação da GED ao salário - o ministro da Educação veio a publico para declarar: "incorporar a GED é ir contra a política do governo para a universidade". Pasmemo-nos!

Bastou que a greve recrudescesse, FHC reagiu baixando um pacote inconstitucional, verdadeiro AI-6, típico de um ditador, cujo objetivo manifesto é acabar com o direito de greve, ou seja, com o sagrado direito pacifista de dizer não aos erros e exorbitâncias do governante. Por estar pondo a nu as ações deletérias contra a universidade, esta greve, independente de seu desfecho, já mostrou ter sido o grande fato político, de que a universidade e a sociedade há muito careciam.

Flexibilidade e rigidez

A greve dos professores das universidades federais tem ocupado o noticiário, como poucas vezes se viu e já se prolonga por mais de 70 dias.

Quando um acontecimento desses ocorre, não se dá em vão. Alguma coisa está errada. E o erro quase sempre há de ser atribuído à autoridade contra a qual o movimento paredista se levanta. E este erro tem vários nomes. No mínimo: intransigência, rigidez, arrogância.

É o que se constata nesse momento crucial da greve. Faz lembrar a greve dos petroleiros em 95. A intransigência de FHC arrasou com os petroleiros e com a própria Petrobrás. O resultado todos temos acompanhado desde então: com a demissão de grevistas e a terceirização de serviços altamente técnicos e especializados, seguiram-se enormes prejuízos para a estatal acoplados de inúmeros acidentes, contabilizando dezenas de mortes.

À época não faltou a sabedoria do grande jurista e professor emérito da USP, o Doutor Goffredo da Silva Telles, para alertar o governo: *"Um governo sábio faria de tudo para entrar em entendimento e não em choque com os grevistass"*. Em vão. FHC queria, como quer até hoje, destruir todo movimento social, "quebrar a espinha dorsal do sindicalismo", como mais de uma vez já manifestou.

O ministro Paulo Renato reza na mesma cartilha de seu chefe. Apesar de ter sido um dos fundadores da ANDES SN, quando professor da UNICAMP, pretende hoje destruir o que ajudou a construir: o sindicato nacional dos docentes universitários e com ele o Movimento

Docente. E julga consegui-lo posando de "autoridade intransigente e arrogante". Esquece que está destruindo a Universidade e causando enorme prejuízo à sociedade.

Basta alguns dados e sua análise para mostrá-lo. Uma análise que se pretende imparcial. Se é que pode haver análise imparcial, mesmo a feita numa pesquisa científica, uma vez que está sobejamente comprovado que a neutralidade científica é um mito. Que o digam Raymond Aron e o nosso patrício Hilton Japiassu, especialistas no assunto!

Vamos lá. Face às reivindicações dos professores mais do que justas e relevantes, a ponto de congregar para o mesmo objetivo todas as 52 IFES, instituições federais do ensino superior, o ministro Paulo Renato declara ser impossível atender os professores simplesmente porque a principal reivindicação dos professores, a incorporação da GED (gratificação de estímulo à docência do 3º grau) e da GID (gratificação de incentivo à docência do 1º e 2º grau) seria ir contra a política educacional do atual governo. Finge ignorar o grande malefício da GED e GID para a Universidade: introduziu o produtivismo quantitativo em detrimento da qualidade da produção intelectual.

O ministro coloca-se como aquele almirante que diante da possibilidade iminente de seu navio naufragar, não atende os reclamos da tripulação para trocar o timoneiro, por ele nomeado, dizendo que seria diminuir sua autoridade. Para salvar a autoridade, pouco importa se todos, inclusive ele, morram afogados. A viseira política e a falta de responsabilidade pela condução da *"res publica"* do ministro Paulo Renato o iguala ao almirante do navio a soçobrar. Cego e arrogante (como o próprio governo que representa) não consegue ver que um projeto de qualquer natureza, sobretudo o político, só se torna grande pela dimensão de flexibilidade que possui para adaptar-se à realidade (sempre mutável e em constante transformação) e não pela pseudo solidez que a rigidez de sua concepção lhe confere.



*Com pequenas alterações, este texto de avaliação foi apresentado ao 21° Congresso da ANDES-SN em Rio Grande/RS.

Giovane Azevedo

A greve de 2001*

Giovane Azevedo - Professor do Colégio Técnico da UFMG, Doutorando em Engenharia Metalúrgica e de Materiais na Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Num período extremamente difícil, marcado pela ausência de qualquer revisão nos vencimentos dos servidores das Universidades Públicas Federais, incluindo docentes e servidores técnico-administrativos, o governo federal, através de seu dirigente máximo, fiel seguidor das orientações do FMI, decide anunciar um reajuste de 3,5% para recompor as perdas inflacionárias acumuladas ao longo de sete anos. Era a gota d'água necessária para a deflagração da maior greve que já houve nas universidades federais, com adesão quase imediata de 52 IFES.

Foram dias e dias de movimentos de rua e reuniões exaustivas. Estiveram presentes angústia, decepções, mas também otimismo, alegria e discussões fundamentais sobre os rumos da universidade brasileira. Posições político-ideológicas à parte, havia algo maior a ser combatido. Um projeto negativo e privativista de educação com o qual não podíamos concordar.

A insatisfação reinante tinha agora um instrumento para canalizar e direcionar suas ações.

Greve, não apenas por reivindicações salariais, mas por um resgate de direitos que vinham sendo usurpados gradativamente. Os estudantes tiveram participação destacada, sendo para alguns um verdadeiro renascimento do movimento estudantil.

Nunca houve tamanha cobertura de imprensa a um evento desta natureza. A greve, que poderia ter sido solucionada em poucos dias, teve a duração de mais de uma centena, por responsabilidade de um governo que escondeu recursos a todo o tempo e queria provar a superioridade de sua força bruta.

Várias entidades de classe, associações sindicais e importantes segmentos da nossa sociedade cerraram fileiras nessa luta contra um governo que tentou até mesmo desconsiderar o poder judiciário no país. A batalha se estendeu ao Congresso Nacional e uma grande mobilização foi necessária para o desenlace.

A todo momento o governo implementou uma campanha paga, baseada em falsidades para tentar ganhar a opinião pública. A situação foi até mesmo usada para promoção pessoal do Sr. Paulo Renato, candidato a candidato a presidente da República. O mesmo ministro da Educação afirmava claramente que o término do ensino superior público e gratuito estava para acontecer, estipulando um tempo de vida de mais seis anos.

A população já não é mais inocente para aceitar tamanhas inverdades e o tempo se encarregou de mostrar a realidade do ensino público brasileiro e a quem estavam entregues os destinos da educação no Brasil. Hoje este candidato a candidato talvez não vença nem a eleição para síndico do prédio onde deve ter sua elegante cobertura.



Rogério Parentoni

Rogério Parentoni - Professor da UFMG, Doutor em Ecologia pela Unicamp, Coordenador do Grupo de Estudos Interdisciplinares da UFMG.

Os ideais da universidade pública



É lamentável que durante a greve das universidades públicas federais não estejam sendo veiculadas informações mais detalhadas sobre a importância do que lá se realiza. Em parte, a mídia é responsável pela desvalorização da atividade do cientista brasileiro, quando deixa de divulgar muitas pesquisas básicas que não têm "importância" porque não fornecem manchetes atrativas.

Outra parcela de culpa cabe aos próprios professores e pesquisadores. Estes se fecham sobre seu trabalho, e acham-no em si tão importante, que julgam desnecessário divulgá-lo para quem, supõem, teria dificuldades de entendê-lo. No entanto, vivemos a era da comunicação. Mas, até mesmo há 30 anos, a famosa expressão "quem não se comunica se trumbica", do falecido Abelardo Barbosa, o Chacrinha, já se aplicava ao comportamento sisudo dos pesquisadores. A diferença atual é que estes estão se "trumbicando" por não comunicarem à sociedade a importância de seu trabalho.

Cabe ao governo FHC outra parcela de culpa. O presidente da república foi um pesquisador que deu contribuições acadêmicas importantes nas ciências sociais e sempre conviveu com intelectuais, muitos deles formados em universidades públicas. Por isso, não podemos admitir que a esse governo faltem informações sobre a importância do que nelas se faz.

Segundo pesquisa recente, o Brasil tem cerca de 33.000 doutores atuantes. Uma grande parcela desse total trabalha em institutos de pesquisa e universidades públicas, nas quais são realizadas cerca de 90% das pesquisas do país. Há também, como o Movimento dos Jovens Doutores denunciou, um contingente de jovens que se doutorou, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, mas que ainda está desempregado. Ávidos para dar continuidade à sua formação de pesquisadores e aplicar o que aprenderam, os jovens doutores denunciam a falta de opções de trabalho, pois o governo não autoriza abertura de vagas nas universidades públicas. Além disso, poucos sabem que a formação de um doutor no exterior custa aos cofres públicos cerca de R$ 280.000,00 e que a maior parte desses jovens doutores tem vocação genuína para pesquisa. Graduaram-se ou estagiaram em universidades públicas onde aprenderam a valorizá-la. Aliás, esse foi o principal motivo pelo qual foram selecionados para continuar sua formação, principalmente em certas áreas do conhecimento nas quais o Brasil ainda é incipiente.

Por outro lado, os jovens doutores não reivindicam apenas seu direito a um emprego. São mais conscientes, do que os próprios governantes, de que a sociedade neles investiu e por isso têm a obrigação de retribuir. A retribuição que podem dar é exercitar o que aprenderam para ajudar a solução de problemas relacionados ao desenvolvimento social e intelectual da sociedade. Entretanto, para o exercício de suas capacidades, necessitam de laboratórios, bibliotecas bem equipadas e especialmente de alunos que queiram aprender o que eles têm a ensinar. Porém, isso só é possível nas universidades públicas onde já foram implantadas, ao longo dos anos, as condições materiais e intelectuais para que a pesquisa possa ter continuidade.

É inútil esperar que empresários invistam em pesquisas básicas que podem levar anos para obter resultados comercializáveis. Um exemplo de pesquisa realizada em universidade pública, que levou muitos anos até produzir resultados práticos e comerciais, é o da Biobrás. Essa indústria mineira é conhecida por ser a única no Brasil a fabricar insulina em escala comercial. As suas bases técnicas e científicas originaram-se de pesquisas realizadas na Universidade Federal de Minas Gerais, das quais participaram professores e alunos de pós-graduação.

Por vício de formação, menciono as ciências biológicas sem no entanto me

esquecer dos numerosos exemplos de pesquisas básicas desenvolvidos em diversas outras áreas do conhecimento. Muitas delas levaram à produção de vacinas e outras substâncias e produtos hoje aplicados em medicina, veterinária, agricultura e indústria. Tais produtos só foram viabilizados após anos de pesquisas básicas cuidadosas que envolveram a dedicação e esforço de professores-pesquisadores e alunos de pós-graduação. A continuidade de milhares de pesquisas básicas semelhantes está seriamente ameaçada pela indiferença do governo FHC para com a situação das universidades públicas federais, cuja greve indesejável já se arrasta por 90 dias.

O estado de greve, um direito democrático, é oportuno para que se denuncie à sociedade a destruição de um patrimônio construído à custa de muito trabalho e idealismo. Além de diminuir os recursos necessários para a manutenção e ampliação das atividades, outras maneiras efetivas para destruí-lo são não reajustar os salários dos professores e investir em universidades particulares, por meio do BNDES. Deste modo, estas podem atrair professores das universidades públicas propondo salários de valores suficientes para que estes possam cumprir seus compromissos familiares, comprar livros, participar em congressos nacionais e internacionais e continuar associados às sociedades científicas.

Ouço comentários de colegas, que julgo competentes, com 5 a 10 anos de contrato em universidades públicas, de que não hesitariam em se demitir caso lhes fossem oferecidos empregos em universidades particulares. Não os culpo, pois mesmo após 27 anos de trabalho como professor e pesquisador da UFMG admito que a idéia tenha me ocorrido pela primeira vez.

Entretanto, vale a pena lutar por uma universidade pública viva e independente. Esse é um modo de resistir à excessiva valorização de prazeres fugazes em substituição a uma vida mais reflexiva. Vale a pena lutar para que ela se mantenha atenta e crítica às ações contrárias aos interesses da sociedade brasileira, pois esta deseja um tipo de desenvolvimento econômico que amplie as opções para milhares de desempregados e jovens que esperam oportunidades para trabalhar.

Enfim, que a universidade pública seja uma firme oposição às ações de políticos corruptos e governantes antidemocráticos. Oxalá muitos colegas e outros cidadãos compartilhem esse desejo. Em especial os que se esmorecem, pois sua paciência e crença no bem coletivo se esgotam a cada dia. É preciso reagir nesses tempos difíceis em que cresce nas sociedades ocidentais globalizadas o desprezo pela busca de um conhecimento essencial e o desrespeito à diversidade cultural.



*Estes artigos foram publicados em jornais e na internet no período da greve.

Fernando Massote

Fernando Massote - Professor do Departamento de Ciência Política da UFMG.

Artigos publicados*



crise do ensino público

(A Face Interna da Privatização)

Nos últimos 30 anos, com a Lei de Diretrizes e Bases (1961) e o controle das forças privatistas sobre os conselhos estaduais e federal de Educação, abriu-se no país um processo de franca privatização do ensino público. A insatisfação de professores com os baixos salários e de estudantes da classe média com o alto custo das anuidades das escolas é um sintoma da situação de crise que passamos a viver neste novo quadro da educação nacional. Esses movimentos dos professores e estudantes da rede privada só não avançam até a defesa da escola pública, porque esbarram na situação de abandono em que ela se encontra e na insistente campanha ideológica visando o seu desprestígio.

De fato, escolas públicas do 1° e 2° graus vivem na penúria de material escolar, na indigência de recursos para financiar suas exigências mais minutas e ao desabrigo de uma estrutura física em abandono: prédios em péssimo estado de conservação, obras inacabadas, faltam móveis, livros, salários...

Neste quadro, é freqüente que professores, funcionários, alunos e pais se unam para realizar festinhas, rifas, leilões, bingos... Tudo é feito no "sagrado" intento de "salvar" a escola pública... desesperadamente! Mas o desespero é o pior inimigo da escola pública, porque orienta suas forças no sentido de um corporativismo muito atrasado que serve para esconder as verdadeiras razões da crise, que , na verdade, são políticas e têm por base a relação de força que se estabeleceu no país entre o ensino público e o ensino privado.

A universidade pública também tem reagido corporativamente e, para isso, tem contado com armas mais eficazes visando manter sua sobrevivência. A "prestação de serviços" tem sido o grande canal através do qual se procura realizar a política de socorro à universidade. Seus interlocutores são as empresas privadas e, às vezes, os órgãos públicos. É notória a importância dos financiamentos privados para as atividades de pesquisa, ensino e prestação de serviços, captados pelas fundações, que têm se multiplicado ultimamente dentro da universidade. As relações com a empresa privada, que por tantos versos podem ser úteis à universidade, não podem, entretanto, constituir-se numa alternativa ao financiamento federal. Isso, a rigor, vai restringindo a autonomia universitária e pode, a longo prazo, destruí-la completamente.

Funcionando muito mais como prestação de serviços, a política de extensão vê, assim, reforçada a sua importância para o setor educacional das universidades. Para o setor burocrático dirigente, a busca de financiamentos extrafederais, em troca de serviços, é um meio para desbloquear a paralisação das atividades acadêmicas, provocada pelo minguado financiamento federal que, no entanto, é - ainda?!...- uma obrigação constitucional do governo. Para a massa de professores, desmotivada, desmobilizada e, assim, desatenta ao processo maior de privatização que se desenvolve no país, acaba se tornando uma resposta, ainda que desesperada, para a angustiante asfixia salarial.

Desse modo, contingentes significativos de professores e da burocracia acadêmica se unem *"allegramente"* na busca de soluções imediatas, ilusórias, para a grande crise estrutural da educação no país.

Para responder a essa situação de crise, as forças da escola pública devem combater as pressões privatizantes, articulando e desenvolvendo uma ação ampla, em todo o país, baseada na demanda de escolaridade pública existente dentro da sociedade e dirigida aos três níveis da escola. Devem superar os limites angustos do corporativismo, sempre subalterno, que tem marcado, tradicionalmente, suas ações. Só assim será possível acumular forças que propiciem o resgate da escola pública no Brasil.

agonia da universidade pública

Os professores da UFMG - como de outras federais mineiras e do País declararam-se em greve numa assembléia que quebrou surpreendentemente o clima de desânimo que marcava a vida acadêmica. Os funcionários fizeram um apelo pungente: "Mesmo que não se declarem em greve, não se esqueçam de nós, que somos também parte da Universidade. Estamos em greve para defender nossa sobrevivência, nossa identidade e nossa dignidade!". Logo depois, um cortejo tão barulhento quando imponente, de centenas de estudantes de muitas faculdades, trouxe a sua solidariedade aos professores. Formou-se, então, um cenário inédito na história dos movimentos grevistas da UFMG.

A crise da universidade é visível a olho nu. O sucateamento oficial reduziu-a ao extremo de suas forças. Os professores mais experimentados, ameaçados com a perda de suas garantias trabalhistas, se aposentaram aos milhares; os poucos substitutos, contratados com salários de R$300,00 mensais já que novas contratações estão vetadas, pressionados pelo desemprego e sem garantia alguma, dão aulas como podem; a ferrugem, antes desconhecida, hoje toma conta das instalações de faculdades como a FAFICH; o grande número das autoridades acadêmicas - fracas e pressionadas pelo governo não esboçam reação alguma! Omitem-se duplamente: em relação à agonia da universidade e às mais profundas exigências do país! Dizem amém ao ministro de um presidente que entrega o ensino superior ao capital privado mais selvagem e deixa cada vez mais o país à deriva! É dado de ontem que a inadimplência do alunado das 300 escolas superiores privadas (sic!) de São Paulo chega a 25-35%!

O governo alardeou a abertura de concurso para a contratação de 2.000 novos professores - e a universidade precisa de 8.000! - e até hoje nada fez para concretizar esta promessa! É que no seu forno de broas envenenadas contra o país, FHC prepara a submissão das novas contratações ao regime da CLT. Ele cancela, assim, a estabilidade dos professores e funcionários e agride a autonomia da universidade.

A oposição à política de FHC em relação ao funcionalismo mobiliza lideranças expressivas da própria base de apoio parlamentar do governo. O presidente da Câmara resiste à votação da cobrança do INSS aos inativos e pensionistas; até o líder do PFL na Câmara discorda dos índices humilhantes de reposição salarial com que o governo responde às reivindicações do movimento grevista.

É uma política contrária ao bem-estar da sociedade e à soberania do País! A modernização do Brasil e a sua inserção soberana na ordem econômica mundial, propaladas pelo governo, são desmentidas pela política de desmonte da universidade pública, responsável por 90% da nossa produção científica e tecnológica.

universidade agredida

Um cortejo de estudantes, funcionários e professores da UFMG foi surpreendido nas adjacências do Campus da Pampulha por grupos policiais violentos agindo - ao que parece - sem o devido ajuizamento de seus comandantes. O resultado lamentável dessa ação politicamente insensata da PM foram sete manifestantes feridos e quatro detidos, tratados como criminosos muito perigosos conforme pude constatar. Eles ficaram várias horas incomunicáveis em minúsculas celas no interior da viatura! Foi sem dúvida uma ação cruel, digna dos tempos da ditadura militar! Não fosse o acompanhamento de lideranças dos professores, funcionários, dos estudantes e a pressão imediata de vários setores da sociedade civil, a situação dos feridos e detidos teria sido ainda pior!

O objetivo da passeata - pública e pacífica - era uma decorrência natural do movimento que cresce nos campus: protestar e buscar o apoio da sociedade contra a política do governo, que estrangula a universidade em detrimento do seu trabalho em prol do desenvolvimento do país.

O movimento grevista das universidades federais e do funcionalismo - avança em todo Brasil sustentado pela penúria salarial de sete anos sem reajustes; pelo arrocho crescente e catastrófico das verbas de custeio e das contratações; pelas iniciativas do Planalto de dividir os docentes do ensino superior, médio e aposentados das IFES e pela indignação de todos os componentes internos da universidade contra o cancelamento de suas conquistas e direitos, bem como pela imposição de uma "política de emprego público" que os submete à vontade imperiosa de uma máquina governamental cada vez mais atrelada a grandes interesses privados nacionais e estrangeiros!

A universidade desaparece a cada dia sob os pés dos que nela trabalham. Tudo foi encurtado e/ou cortado, como sempre, em homenagem ao grande algoz do País - os acordos com o FMI: os salários, as bolsas de estudos e as verbas de custeio. Algumas áreas que trabalham com pesquisas que interessam a setores privados da sociedade sobrevivem, ainda que perdendo a autonomia dos próprios rumos de produção científica. Outras mais fracas para a captação de recursos com parcerias privadas e públicas - ciências humanas e sociais sofrem o desalento de não poder manter as suas atividades e nem mesmo as instalações onde trabalham!

A natureza absurda e injustificável da agressão policial repercutiu no campus como um poderoso incentivo ao movimento grevista. Até alguns grupos de professores que buscam formas caprichosas de contestar o movimento tiveram que se juntar ao repúdio geral à violência contra os manifestantes! A força do movimento grevista é assim, tal, que não deixa insensível nem os que querem contestá-la!...

Ministro da bolsa escola

A greve das universidades federais está se concluindo com derrotas relevantes do programa estratégico do governo para o setor. As declarações do Ministro Paulo Renato de Souza em muito contribuíram para esclarecer este programa. Para ele, a universidade pública brasileira tem uma expectativa de vida não superior à seis anos! Ele acha que o governo deve mesmo desmontar as atuais escolas e universidades federais e limitar o gasto oficial com o ensino superior à distribuição de bolsas de estudo para os mais pobres. Ele confirma, portanto, que a situação de abandono a que a universidade ficou relegada nos sete anos de governo FHC se deve à decisão politica perseguida com perversa racionalidade.

Ele tudo fez para derrotar o movimento grevista das federais. Este era contrário aos seus objetivos estratégicos de desresponsabilizar o estado pelo ensino superior. Mas as universidades federais, mesmo tão sucateadas, têm ainda mais força do que ele pensa. De um lado, a multiplicação de escolas privadas, ao deus dará, além de falta de qualidade, são caras e inaccessíveis para a enorme maioria da população tão sofrida com uma distribuição tão perversa da renda (O "Relatório 2001 do Desenvolvimento Humano da ONU" indica que no Brasil os 10% mais ricos ganham 48 vezes mais do que os 10% mais pobres!). De outro lado, até mesmo os setores mais protegidos da sociedade defendem o ensino superior federal, por ser gratuito mas, sobretudo, pela sua melhor qualidade.

Estes valores influíram decisivamente na relação de força que se estabeleceu entre o governo e o movimento grevista. Foram eles os principais inimigos do ministro que investiu contra o movimento com toda força. Ele mentiu, acusou, ameaçou, cortou os salários, mas não conseguiu os resultados que esperava. Nenhuma greve teve tanto apoio dos estudantes, dos reitores, de ambientes parlamentares municipais, estaduais e federal. As próprias investidas do ministro, na mídia, ajudaram a dar expressão ao movimento

"Com o dinheiro que os professores querem - declarou - eu posso fazer coisas mais importantes para a educação, como aumentar em 50% a bolsa escola"! A bolsa escola, como todos sabem, distribui R$15 reais mensais para as famílias de baixa renda que mantêm seus filhos na escola. O ministro, como se vê, é mesmo um candidato frustrado à presidência da Republica. Todos os seus planos são eleitoreiros. Ele confessou "não ser o representante da educação no governo e e sim, representante do governo na educação". Ele, explicou, assim, que sem uma politica para a educação no País este governo - pior que os militares que ainda defendiam a universidade publica! - não pode mesmo ter um ministro da educação, mas unicamente da bolsa escola!

O governo e a greve

A atitude dura, de enfrentamento sistemático incompreensível para o país que amarga o preço elevado e a qualidade decadente das escolas privadas, muitas das quais reprovadas pelo provão - do governo com as universidades federais, entrando já no 4º mês de greve, gerou uma crise com o Judiciário que se aprofunda a cada dia. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ministro Paulo Costa Leite acusa o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, de "desapreço pela Justiça" por não acatar a ordem judicial de desbloquear o pagamento do salário de outubro dos professores. Para se justificar, o titular do MEC se vale de um Decreto Lei que transfere para FHC e o Ministro do Planejamento a autorização e a efetuação do pagamento dos servidores federais. Mas o álibi não serve porque nenhuma lei é retroativa!

As declarações impertinentes de Gilmar Mendes, da Advocacia Geral da União, colocaram fogo na pólvora ao comparar a justiça ao manicômio! O presidente do STF, Ministro Marco Aurélio de Mello, em tons de altiva autonomia e defendendo o estado democrático de direito, estendeu sua critica ao governo condenando o esforço concentrado das bancadas parlamentares oficiais para "flexibilizar" as leis trabalhistas. Ele considera que precisamos de um mercado de trabalho mais equilibrado para, então, mexer nas leis que defendem os trabalhadores. E´uma análise bem meditada: para ele, há, em nosso país, excesso de mão de obra e escassez de emprego. Para absorver esta mão de obra excedente precisamos anualmente - de 1,6 milhões de novas vagas. No entanto, para FHC, que declarou guerra à era Vargas desconhecendo a permanência desta relação de força tão desfavorável aos trabalhadores, tudo isto é defesa do "corporativismo" dos sindicatos. Os críticos mais responsáveis dão às políticas de FHC o nome de "modernização conservadora" e consideram que, ao invés de modernizar o país, ele o fará retroagir à era de Washigton Luiz derrubado por Getúlio em 1930 - em que a questão social era uma questão de polícia...

O governo tem pressa de acabar com a greve nas federais porque ela se transformou num instrumento de julgamento da maneira irresponsável como ele conduz a política educacional do país. O movimento grevista, é, além do mais, um mal exemplo de resistência contra as suas políticas sociais iníquas. Isto ficou evidenciado com o chamado "pacote de novembro", com que o Planalto se prepara para enfrentar a insubordinação social que ele mesmo produz. Para isto ele se vale não da negociação com o movimento docente mas de uma insistente campanha que visa colocar de joelhos este bem estratégico do país que é a universidade publica, responsável por 94% da produção científica e tecnológica nacional.



itória moral e política

As universidades federais em greve desde o dia 22 de agosto, atravessaram um dos períodos mais intensos da sua história. O clima, internamente, era já, desde alguns anos, de muito desalento. A universidade agonizava sob os múltiplos e concêntricos golpes do governo, restringindo as verbas de custeio, impondo as famigeradas gratificações GID (ensino médio) e GED (ensino superior) em substituição aos vencimentos dos professores e funcionários e instaurando um regime de trabalho dominado pelo produtivismo, que equipara a escola à empresa privada. Brandindo a Reforma da Previdência e ameaçando o direito à aposentadoria integral, FHC provocou a debandada de milhares de professores que se aposentaram espavoridos e foram trabalhar nas escolas e universidades privadas. Um duplo e contundente golpe, portanto, nas IFES (instituições federais de ensino superior) em favor do ensino privado, que cresceu espaventosamente no país nos últimos sete anos de tucanato.

Em poucos anos a Universidade Paulista, do empresário João Carlos Di Gênio, superou facilmente a maior universidade do país - a USP, hoje com 34.801 alunos - com 66 mil alunos na graduação! A Universidade Estácio de Sá - a oitava maior do país, com 23.587 alunos em 1999 - chegou em 2.000 com 34.005 e em 2001 já superou a USP e está próxima de 60 mil alunos na graduação e mais 10 mil em cursos seqüenciais, de curta duração. A qualidade do ensino é baixa: na avaliação do Provão a primeira tem 22% dos cursos com conceitos A e B e a segunda tem 23%.

O que significa esta privatização desembestada que toma conta do ensino superior no Brasil do ponto de vista da qualidade é muito significativamente ilustrado pelas declarações inusitadas do juiz aposentado João Uchôa Cavalcantti Neto, dono da Estácio de Sá. Ele afirma que estudar é "bobagem"; que no país "tem gente demais fazendo mestrado e doutorado, o que é péssimo" e que na sua universidade "quem tem mestrado e doutorado não entra"!

Este processo tão espalhafatoso abriu contradições no staff mais elevado da política educacional do governo. Demitiram-se do Conselho Federal de Educação (CFE) dois dos seus maiores conselheiros e amigos de FHC e do ministro Paulo Renato de Souza o filósofo Arthur Giannotti e a prof.ª Eunice Duhram - que discordaram da centralização, no MEC, da concessão de licença para o funcionamento de novos cursos superiores privados, antes decidida no CFE.

Isto é parte do quadro geral interno e externo à universidade - em que se desenvolveu a greve das federais que chega hoje ao 108º dia. Ele explica a força incontida do movimento que destruiu os planos políticos do ministro e venceu o presidente provocando a sua ira pessoal e política com a edição do repressivo "pacote de novembro". Mesmo sem o atendimento satisfatório de suas reivindicações o movimento conquistou uma memorável vitória moral e política, preciosa para a luta de resgate do ensino publico no país.

ARQUIVOS

Brasília, 04 de setembro de 2001.

Srs. Parlamentares, colegas professores e funcionários públicos, estudantes e demais presentes,

Agradeço o convite para apresentar desta tribuna, em nome dos professores da UFMG, nossa posição quanto à questão do reajuste salarial dos servidores públicos federais. Agradeço em especial aos Deputados Ronaldo Vasconcellos (PL-MG) e Aldo Arantes (PC do B-GO) pela feliz iniciativa de nos dar a oportunidade de discutir nesta casa assunto de tal relevância para todos nós.

O momento político que o país atravessa é um dos mais difíceis para os trabalhadores que enfrentam acentuada perda do poder de compra de seus salários e o risco objetivo de ficarem sem seu emprego ou sem amparo legal para os seus direitos mínimos até então garantidos por lei. Temos um governo federal obstinado e eficiente em seu propósito de servir fielmente as orientações do FMI. A recessão, o descaso com as áreas sociais, a alienação do patrimônio público, o desrespeito às leis e à independência dos poderes constituídos tornaram-se suas características marcantes. Neste lamentável contexto, os servidores públicos estamos sendo implacavelmente golpeados.

O Governo Federal vem implementando consistentemente uma política de arrocho salarial do funcionalismo, que justifica com base em campanha perversa e orquestrada de desmoralização dos servidores. Lança mão de expedientes como gratificações diferenciadas, legalmente frágeis e passíveis de corte a qualquer momento, à guisa de reajuste que não concede há sete anos. Desmonta, da forma mais selvagem, carreiras estruturadas que havíamos conquistado. Reajusta uma categoria e não outras, ativos diferentemente de aposentados. Estes, já em situação de penúria, são a todo instante ameaçados com o retorno do desconto para a Seguridade Social.

Caso particular que bem reflete o quadro geral, a Universidade Pública. Sonho e realização de todos nós, professores, funcionários, estudantes, legisladores e sociedade formamos uma cadeia que, rompida em qualquer de seus elos, rompe-se o conjunto. Antevemos esta ameaça. Neste momento em que a educação e a pesquisa fundamentam a soberania dos países e em que a extensão cimenta nosso compromisso com a sociedade, estamos ameaçados com a derrocada desse sonho.

Nós, professores, vivemos uma situação salarial crítica, acrescida de malha salarial completamente desfigurada pela incidência cumulativa dos diversos planos econômicos: mais da metade dos níveis de que se compõe nosso plano de cargos e salários está achatada por vencimento básico inferior ao salário mínimo, o que obriga sua complementação para atingir R$180,00. Pasmem, senhores parlamentares: o vencimento para um professor universitário em início de carreira com 20 horas de trabalho semanais é de R$122,31, insuficiente para comprar um dicionário da língua portuguesa, como o Houaiss que acabou de ser lançado. Outra conseqüência é o achatamento dos oito primeiros níveis, o que torna sem sentido a progressão meritocrática característica da universidade. Para um professor com mestrado, nas mesmas condições, o vencimento passa para R$190,14. As diversas gratificações possíveis complementam estes valores para, no máximo, respectivamente, R$569,92 e R$834, 34 brutos.

Para os docentes da Carreira de Magistérios de 1° e 2° graus das IFES, a situação é ainda mais grave. Ao final da greve de 1998, nos foi concedida uma bolsa com valores bem inferiores à GED. Esta bolsa foi posteriormente substituída pela GID, também com valores inferiores e ainda agravada pela exclusão dos docentes aposentados. Essa gratificação, aprovada por lei em fevereiro de 2001, não foi até hoje regulamentada.

E o problema pode nem parar aí. O Regime de Emprego Público, cujo ante-projeto o MEC já divulgou, nos jogará a todos os atuais professores em um regime em extinção, sem perspectivas de reajustes salariais. A Autonomia das universidades vira letra morta. Abre-se o caminho para a redução do quadro de professores, imposta a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, fragilizando a relação de trabalho com a perda da estabilidade. A qualidade, que decorre de um envolvimento a longo prazo com a educação, a pesquisa e a extensão, fica ameaçada.

Os Hospitais Universitários, presença indispensável na formação dos profissionais e no desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas de saúde, têm também na prestação de serviços à população a marca de seu compromisso social. E têm lutado para sobreviver dessa forma, inseridos no Serviço Único de Saúde, resistindo ao mercado que os pressiona e ao governo que os ignora.

Nós, docentes e demais categorias do serviço público, sentimos que todo o esforço por nós realizado não garantiu o respeito à nossa dignidade. Estamos em greve por recomposição salarial, incorporação das gratificações, preenchimento das vagas no Regime Jurídico Único, isonomia entre os professores de 1°, 2° e 3° graus nas universidades, paridade entre ativos e aposentados, e contra a implementação do Regime de Emprego Público. Nossa greve é uma defesa do Serviço Público e da Universidade que herdamos e queremos deixar melhor e maior para as próximas gerações: Pública, Gratuita, Autônoma e de Qualidade.

Confiamos que nossos representantes no Congresso Nacional estão sensibilizados para com a situação atual dos Servidores Públicos Federais e que não medirão esforços para solucionar a contento nossos justos anseios.

Obrigada.



Nota do Conselho Universitário/UFMG sobre a greve 29/09/2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, em reunião de 29 de setembro de 2001, decidiu vir a público prestar esclarecimentos sobre a greve de seus professores, funcionários e estudantes, o que foi feito através de nota publicada na impressa e se completa com o presente estudo sobre a situação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A situação das IFES

O Brasil possui 52 IFES incluindo 39 Universidades, 5 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e 8 Faculdades Isoladas localizadas no Distrito Federal e em 25 Estados, das quais 12 em Minas Gerais. Estas Instituições atendem a quase meio milhão de estudantes de graduação, 60 mil de mestrado e 30 mil de doutorado. As IFES são responsáveis ainda por 44 Hospitais Universitários, com mais de 10 mil leitos, que realizam 30 mil cirurgias e atendem a 840 mil pacientes por mês.

A Universidade pública, autônoma, democrática, de qualidade, financiada com recursos públicos, socialmente referenciada, desempenha um papel fundamental na produção e disseminação de conhecimentos. O investimento que ela demanda interessa a todos que têm o projeto de transformar o país em nação, mais precisamente àqueles que buscam um desenvolvimento nacional sustentado. A educação pública de qualidade exige uma infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão, que garanta condições adequadas para a produção acadêmica, e remuneração digna para seus recursos humanos, que constituem o principal patrimônio das instituições educacionais.

A greve de docentes, servidores técnicos e administrativos e estudantes das Universidades Federais nasce no contexto de uma profunda crise econômica, política e social. A dívida pública acumulada no Brasil atinge 52% do PIB. Atendendo a exigências do FMI, o governo brasileiro vem comprometendo cada vez mais fatias do orçamento com o pagamento de juros das dívidas interna e externa. Em contrapartida, entre 1995 e 2001, o percentual da receita líqüida corrente da União com pessoal caiu de 56,1% para 37,5% (muito abaixo do disposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal) e os recursos destinados ao ensino superior decresceram de 9,2% para 3,7%. Se não bastasse, em recentes acordos com o mesmo organismo financeiro, o Governo compromete-se a atingir um *superavit* de 3,5% e a concluir a reforma do Estado, por meio do aprofundamento da Reforma Administrativa e da Previdência.

Tal conjuntura política e econômica atinge diretamente a educação e, conseqüentemente, o ensino superior brasileiro, sendo reiteradas as tentativas de impor às IFES profundas mudanças, que desvirtuam sua natureza e suas funções. Isso tem-se expressado por diversos meios: o desrespeito da autonomia universitária, garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal; restrições aos programas de bolsas de graduação e de pós-graduação, de que são exemplos a extinção do Programa Especial de Treinamento (PET) e o corte de 4.350 Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no período de 1998 a 2001; não reposição, através de concurso público, dos quadros de pessoal docente, técnico e administrativo; intervenção nas decisões da comunidade universitária, como se fez através da Lei 9192/95, sobre a escolha de dirigentes; indução ao estabelecimento de convênios e parcerias com a iniciativa privada para captação de recursos, o que pode desvirtuar a finalidade social dos projetos de pesquisas e de extensão; cobrança compulsória de taxas, em desrespeito à Constituição, que garante o financiamento público para a educação pública, criando um ambiente para a cobrança de mensalidades; o descaso com a assistência estudantil, incluindo restaurantes universitários e moradias, o que leva muitos estudantes a trancarem matrícula ou desistirem de seus cursos.

Apesar de todas as dificuldades, as IFES vêm apresentando um aumento anual de 10% no número de vagas oferecidas no vestibular. De 1998 a 2001, o número de matrículas subiu de 356 mil para mais 470

mil, devendo atingir, em 2002, a cifra de 120 mil novas vagas em todo o Brasil. Ao mesmo tempo, os resultados das avaliações dos cursos de graduação e de pós-graduação pelo MEC vêm demonstrando que as Universidades públicas têm zelado pela qualidade dos programas que oferecem, confirmando assim sua liderança e seu compromisso com a sociedade que as mantêm.

Ressalte-se que, na UFMG, o número de vagas no vestibular cresceu, entre 1998 e 2002, de 3.877 para 4.422. Hoje, tem ela cerca de 20 mil alunos de graduação e é a única universidade brasileira que só obteve conceitos A e B nas avaliações do MEC, desde sua instituição em 1996. O número de alunos de pós-graduação passou de 3.628 em 1998, para 4673 em 2001, tendo-se registrado, no mesmo período, 47% de crescimento no número de teses e dissertações defendidas, com a maioria dos programas obtendo conceitos elevados nas avaliações da CAPES. Em cursos de especialização, a UFMG tem hoje mais de 3 mil estudantes.

O Hospital das Clínicas, além de importante centro de pesquisa e ensino na área de saúde, desenvolve intenso trabalho de assistência hospitalar e ambulatorial, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), mantendo 476 leitos e realizando, por mês, 1.600 internações, 3.400 cirurgias, 5.700 atendimentos de urgência e 27.700 atendimentos ambulatoriais. Através de diversos programas de extensão, nas áreas da saúde, de assistência social e de cultura, a UFMG atende, direta e indiretamente, cerca de 3 milhões e 500 mil pessoas por ano.

Entretanto, a continuidade desse trabalho depende de nova postura do Governo Federal face à educação pública brasileira. Por esse motivo, o Conselho Universitário manifesta sua profunda preocupação diante da intransigência governamental em buscar soluções para as dificuldades que afetam hoje as Universidades, destacando os aspectos a seguir referidos.

Questões relativas ao pessoal docente, técnico e administrativo

O Conselho Universitário reconhece que o principal patrimônio da Universidade é constituído por seus recursos humanos. Problemas nessa esfera afetam-na, portanto, direta e profundamente, uma vez que a consecução dos objetivos institucionais, na esfera do ensino, da pesquisa e da extensão, depende de que se possa contar com um número suficiente de docentes e de servidores técnicos e administrativos, bem como com carreiras e salários adequados. Assim, é imperativo que se abram negociações e que se encontrem soluções imediatas e eficazes para as questões relacionadas a seguir.

Reposição dos quadros

É urgente a necessidade de recomposição dos quadros de pessoal das IFES, incluindo-se os da UFMG, que vêm sofrendo perdas sistemáticas nos últimos anos, em virtude de aposentadorias e demissões. Com relação ao corpo docente, o *déficit* nas IFES eleva-se a cerca de 8 mil professores. No que se refere ao pessoal técnico e administrativo, o número de cargos vagos atinge mais de 20 mil, isto é, 20% do total.

Essa situação tem duas conseqüências: a) a sobrecarga de trabalho para professores e funcionários, empenhados na manutenção, ampliação e aprimoramento das atividades da Universidade; b) a restrição da capacidade institucional de desenvolver plenamente suas potencialidades, em atendimento às demandas da sociedade por novos cursos, produtos e serviços.

Carreira e salários do pessoal docente

A defasagem salarial do pessoal docente tem onerado a Universidade num nível preocupante, o que, a curto, médio e longo prazos, provocará perdas institucionais irreversíveis, já que diminui sua capacidade de manter e captar quadros altamente qualificados.

Essa situação é agravada pela inobservância, da parte do Governo, dos dispositivos legais que estruturam as carreiras de magistério, em que se destacam os seguintes: a) nenhum vencimento poderá ser inferior ao salário mínimo (Lei 8112/90); b) a diferença entre níveis consecutivos da mesma classe é de

5% (Lei 7814/89); c) a diferença entre o último nível de uma classe e o primeiro da seguinte é de 10%, exceto no caso do Professor Titular, em que o acréscimo é de 25% (Decreto-Lei 94664/87); d) o vencimento do regime de 40 horas é o dobro do de 20 horas (Decreto-Lei 94664/87); e) o vencimento do regime de dedicação exclusiva é igual a 3,1 vezes o do regime de 20 horas (Lei 8243/91); f) os vencimentos dos portadores dos graus de Doutor, Mestre, Especialização e Aperfeiçoamento são acrescidos de 50%, 25%, 12% e 5%, respectivamente (Lei 8243/91); g) a Gratificação de Atividades no Executivo (GAE) é de 160% sobre todas as parcelas constituintes do vencimento (Lei Delegada 13/92).

Conforme a *Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais*, publicada em abril de 2001 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), os vencimentos básicos do nível I das diferentes classes de professores, em regime de 20 horas, que servem de base para o cálculo dos demais níveis, são os seguintes:

Magistério Superior (tabela 8 do MPOG) – valores congelados desde 1/1/1995

Auxiliar I	Assistente I	Adjunto I	Titular
122,31	152,13	189,24	262,15

Magistério de 1°. e 2°. graus (Tabela 8 do MPOG) – valores congelados desde 1/1/95

Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E	Titular
81,22	99,67	122,31	145,86	179,76	242,51

Em cumprimento à Lei 8112/90, os valores inferiores ao salário mínimo são complementados, gerando nova tabela, em que se evidencia a quebra da hierarquia baseada no mérito:

Magistério Superior (tabela 8 do MPOG) – valores pagos a partir de 1/4/2001

Auxiliar I	Assistente I	Adjunto I	Titular
180,00	**180,00**	189,24	262,15

Magistério de 1°. e 2°. graus (Tabela 8 do MPOG) – valores pagos a partir de 1/4/2001

Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E	Titular
180,00	**180,00**	**180,00**	**180,00**	**180,00**	242,51

Como se vê, tanto a defasagem dos vencimentos, congelados desde 1995, quanto a inobservância dos demais preceitos legais redundam em efetiva destruição da lógica que preside a composição da malha salarial do pessoal docente, provocando profundas perturbações nas políticas de incentivo, capacitação e avaliação criteriosamente praticas pela UFMG. Assim, o não cumprimento dos acréscimos de 5% entre um nível e outro da mesma classe comprime os vencimentos e distorce os percentuais relativos a mudança do regime de trabalho, titulação e GAE, implicando, em alguns casos, na anulação efetiva das progressões obtidas ao longo da carreira, por avaliação de desempenho e titulação. Mais grave ainda é o que se observa na primeira classe da carreira dos Professores de 1°. e 2°. graus: como os vencimentos dos regimes de 20 e 40 horas (R$81,22 e R$162,44, respectivamente) são inferiores ao salário mínimo, fazem jus à complementação legal, o que significa que o professor em 40 horas tem hoje o mesmo vencimento que o professor em 20 horas, ou seja, 180,00 reais[1].

Com efeito, o que se constata é que as sucessivas tentativas do Governo de compensar defasagens salariais através de gratificações acabam por agravar as distorções, além de o descumprimento dos preceitos legais pôr a instituição sob a ameaça de um passivo trabalhista de valor

1 - A título de comparação, observe-se que, caso os demais preceitos legais atualmente em vigor estivessem sendo cumpridos, os valores dos vencimentos básicos citados deveriam ser os seguintes:
Magistério Superior valores devidos a partir de 1/4/2001:

Auxiliar I	Assistente I	Adjunto I	Titular
268,47	341,87	435,33	629,94

Magistério de 1°. e 2°. graus – valores devidos a partir de 1/4/2001

Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Classe E	Titular
180,00	220,87	268,47	329,44	419,51	582,76

incalculável. Essa mesma política de gratificações provoca ainda perdas significativas para o pessoal aposentado, que tem direito a apenas 60% da GED. Convém insistir que essas aposentadorias aconteceram rigorosamente dentro dos preceitos legais, prevendo-se a remuneração integral.

Finalmente, o Conselho Universitário manifesta sua estranheza diante do fato de que os percentuais por titulação nas carreiras de Ciência e Tecnologia sejam muito superiores àqueles previstos para as carreiras docentes, quando se sabe não só que o volume mais significativo da pesquisa científica e tecnológica nacional se desenvolve nas Universidades, como também que o incentivo à capacitação dos professores é um requisito indispensável para o desenvolvimento de todas as atividades universitárias, com destaque para aquelas relacionadas com a própria formação de quadros para a pesquisa, através dos programas de graduação e de pós-graduação. Essa diferença de tratamento expressa-se na tabela abaixo:

	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Universidades	5%	12%	25%	50%
C&T	18%	18%	35%	70%

Carreira e salários do pessoal técnico e administrativo

Ao longo dos anos, diversas ações provocaram significativas perdas nos salários do Servidores Técnicos e Administrativos das IFES, o que tem reflexos indesejáveis nas políticas de pessoal da Universidade, tanto enquanto afeta a motivação para o trabalho e os processos de avaliação e ascensão funcionais, quanto pela dificuldade de manutenção e captação de quadros qualificados. Tomando o salário mínimo como referência, a tabela abaixo resume a situação dos vencimentos dos servidores técnicos e administrativos à época da instituição do PUCRCE, em 1987, e atualmente, inclusive após a edição da 39ª. e da 42ª. versão da Medida Provisória 2.150.

Remuneração em salários mínimos

	Vencimentos (Piso)	Piso/2001	Teto/2001			
	Maio/87	Maio/01	Venc.+GAE	Venc.+GDAE	Venc.+GAE	Venc.+GDAE
Nível de Apoio	3,00	0,41	2,60	2,44	2,97	2,91
Nível Médio	5,90	0,77	2,60	2,59	5,18	5,17
Nível Superior	9,60	1,36	3,53	4,01	7,57	8,60

Em que pese ter sido anunciado, pelo Governo, que os problemas dos servidores técnicos e administrativos da educação federal estariam resolvidos com sua inclusão nas disposições da MP 2.150, a partir de sua 39ª. reedição, isso de fato não ocorreu. Mesmo que as mudanças introduzidas por esse instrumento legal tenham sido chamadas de "reestruturação" e tenham dado origem a uma nova malha salarial, questões referentes à falta de isonomia e à subversão da hierarquia funcional permanecem.

Quanto ao primeiro aspecto, contraponham-se os vencimentos do pessoal das IFES e do pessoal da área de Ciência e Tecnologia, para que se avaliem as conseqüências do tratamento diferenciado imposto pela citada Medida Provisória:

	Pisos salariais	Tetos salariais		
	IFES	C&T	IFES	C&T
Nível de Apoio	183,00	392,60	218,07	530,32
Nível Médio	194,40	685,01	387,68	1.196,52
Nível Superior	300,87	1.244,09	644,89	2.387,96

No que diz respeito à desfiguração, a partir de 1992, da matriz hierárquica das carreiras técnicas e administrativas, o Conselho Universitário insiste que é preciso que se encontre uma solução urgente, pois os prejuízos que a situação

atual traz para a instituição se acumulam, gerando conflitos nos locais de trabalho e impondo dificuldades permanentes para os gestores de pessoal. Não será excessivo insistir em dois aspectos: o primeiro, que uma política de pessoal consistente, voltada para a consecução dos objetivos da Universidade, se torna inviável sem a existência de carreiras bem estruturadas, que incentivem o aprimoramento e a progressão dos servidores, com reflexos no plano salarial; o segundo, que a solução para esses problemas deve ser a ser buscada pelo MEC em entendimento com as instituições e com os órgãos de classe dos servidores, pois as tentativas unilaterais só têm redundado em aprofundamento das distorções e aumento dos prejuízos para os funcionários e para a Universidade. Ressalte-se que o Ministério da Educação comprometeu-se já diversas vezes a implementar proposta de re-hierarquização das funções técnicas e administrativas das IFES, não tendo, entretanto, honrado esses compromissos.

Finalmente, cumpre observar que as conquistas do pessoal da ativa e os direitos do pessoal inativo devem ser respeitados. A esses últimos deve ser dado o tratamento determinado pela lei, uma vez que cumpriram seu tempo de serviço e se aposentaram em absoluta conformidade com seus preceitos. Assim, a previsão contida na MP 2.150-39, que transforma a GAE dos inativos em vantagens pessoais nominalmente identificadas, implicando no congelamento de seus proventos, fere direitos adquiridos por anos de serviço e contribuição.

O emprego público

A ameaça de adoção do Regime de Emprego Público implica numa série de conseqüências perniciosas para as Universidades, em que se destacam:

1 - A retirada da educação, compreendendo, nas Universidades, o ensino, a pesquisa e a extensão, do rol das atividades essenciais do Estado, um retrocesso sobretudo num país como o Brasil, que deve capacitar-se para atingir um nível de desenvolvimento educacional, científico e tecnológico compatível com as exigências em nível internacional.

2 - O desrespeito à autonomia universitária, uma vez que se interrompe o desenvolvimento das políticas de pessoal que, saliente-se, na UFMG, primam pela existência de critérios rígidos, baseados em rigorosa avaliação das necessidades, e incentivam o desenvolvimento de novas frentes, expressas na ampliação das atividades de pesquisa e extensão, na ampliação do número de vagas oferecidas pelos programas de graduação e de pós-graduação, bem como na criação de novos cursos.

3- A experiência do passado, anterior à implantação do RJU, já demonstrou os malefícios da existência, numa mesma instituição, de dois regimes de trabalho, com a possibilidade de vencimentos e incentivos distintos para as mesmas atividades, o que configura um potencial de desestruturação das políticas de pessoal de amplas conseqüências para a instituição, ao acentuar a ruptura do princípio de isonomia salarial para atividades iguais e formalizar a quebra de paridade de vencimentos entre pessoal ativo e inativo.

4 - O mesmo projeto abre a possibilidade de contratação de professores associados, no regime de emprego público, sem qualquer exigência de titulação, para ocuparem-se exclusivamente das atividades de ensino, o que é incompatível com os pressupostos de uma Universidade. Essa dissociação entre ensino, pesquisa e extensão desfiguraria a UFMG, com conseqüências indesejáveis para a qualidade de seus cursos de graduação.

5 - O projeto de emprego público interfere ainda na organização interna da Universidade, desrespeitando flagrantemente sua autonomia, ao introduzir modificações nos processos de escolha de dirigentes.

A questão orçamentária

Diante da argumentação do Governo Federal de que não há recursos para o atendimento dos pleitos das Universidades e de seus docentes e servidores técnicos e administrativos, convém analisar atentamente a questão. Ora, as portarias da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a "Execução Orçamentária do Governo Federal" demonstram que:

1 - As receitas correntes da União evoluíram de 127 bilhões de reais, em 1995, para 252 bilhões de reais em 2000. A previsão para 2001 é de 292,7 bilhões.

2 - A despesa de pessoal em 1995 foi de 37,9 bilhões, representando, 30% das receitas correntes. Para manter a mesma relação, esta despesa, em 2001, deveria ser de 87 bilhões de reais. Entretanto, estão previstos apenas 58,7 bilhões, ou seja, 30 bilhões a menos.

3 - Por outro lado, a despesa com juros, em 1995, foi de 17 bilhões, correspondente a 13% do total das receitas correntes. Mantendo-se a mesma proporção, esta despesa deveria ser, em 2001, de 38 bilhões. Entretanto, a previsão para este gasto é de 72 bilhões, ou seja 33 bilhões a mais.

4 - Fica assim evidenciada uma transferência de recursos que poderiam e deveriam estar remunerando pessoal (civil e militar, ativos e inativos, aposentados e pensionistas) para pagamento de juros da dívida interna e externa. Portanto, a alegação da inexistência de recursos não se comprova.

5 - O esforço arrecadatório exercido sobre a sociedade fica caracterizado pelo crescimento das receitas correntes, entre 1995 e 2001, de 165,5 bilhões de reais.

6 - Além da despesa com juros, os documentos analisados demonstram que a amortização da dívida, cuja despesa, em 1995, foi de 9 bilhões de reais, recebeu, em 2001, uma dotação de 71 bilhões de reais, com crescimento de 62 bilhões, ou seja, 693%.

7 - A dotação conjunta de "Juros" e "Amortização da Dívida" constitui o item orçamentário "Encargos Financeiros da União" (EFU), que totaliza, em 2001, 143 bilhões de reais. Isso equivale a um dispêndio médio diário de aproximadamente 400 milhões de reais. Vale dizer que um dia de EFU equivale, portanto, ao orçamento anual da UFMG.

8 - Os orçamentos anuais da União garantiram, de 1º de janeiro/95 a 31 de agosto/01, o pagamento de 376 bilhões de reais na rubrica "Encargos Financeiros da União", sendo 207 bilhões de juros e 169 bilhões de amortização. Em 2001, a média mensal foi de 10 bilhões de reais até o 8º mês. Existem ainda 63 bilhões previstos para os quatro últimos meses do ano. Apesar disso, a dívida não parou de crescer. Segundo a "Mensagem Presidencial" que encaminhou ao Congresso Nacional o Orçamento da União para 2002 (pág. 124 e 125), a dívida alcançou o montante de 607 bilhões em julho, devendo atingir 689 bilhões em dezembro de 2001, e, apesar do pagamento de juros, no montante de 50 bilhões, em 2002 deverá alcançar 756 bilhões.

9 - A pretensão do governo de taxar os aposentados, essencial segundo os porta-vozes da área econômica, poderia gerar no máximo uma receita de 1 bilhão e 200 milhões de reais, o que se consome em 3 dias de pagamentos de EFU (400 milhões por dia).

10 - Ora, a *Nota Técnica* elaborada pelos servidores técnicos e administrativos das IFES e encaminhada ao Governo demonstra que a sua demanda salarial é da ordem de 800 milhões de reais ao ano, ou seja, 2 dias de EFU.

11 - O estudo apresentado pelos docentes para corrigir os sucessivos desajustes na UFMG representa um impacto financeiro mensal correspondente a cerca de 40 minutos de EFU, cujo dispêndio é superior a 15 milhões de reais por hora.

12 - Deve-se ainda ressaltar que o levantamento feito pela Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública mostra como, dos 137 milhões de reais previstos este ano para investimento nas IFES, apenas 3,4 milhões (2,43%) haviam sido liqüidados até o dia 17 de agosto último, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Na pós-graduação, foram gastos 650 mil (7,52%) dos 8,6 milhões do orçamento, enquanto dos recursos para programas de extensão (300 mil) e Hospitais Universitários (8,3 milhões) nenhuma parcela tinha sido ainda liberada. Na rubrica de despesas correntes (gastos com água, luz, telefone, serviços terceirizados de limpeza, segurança etc.), os números do SIAFI mostravam que nenhum dos programas executou 50% das verbas, apesar de já haver transcorrido 66% do ano escolar.

Conclusão

Todos os fatos apresentados indicam que se torna indispensável uma efetiva mudança da atitude do Governo Federal com relação às Universidades públicas, cujas questões devem ser priorizadas, pois o que está em risco é a sobrevivência desse enorme patrimônio, indispensável para a nação e construído, ao longo dos anos, por inúmeras gerações.

O Conselho Universitário da UFMG vem portanto a público para mais uma vez manifestar:

a) seu apoio à pauta de reivindicações apresentada por professores, funcionários e estudantes, reconhecendo que há recursos suficientes para seu atendimento;

b) sua preocupação com a preservação da instituição que, apesar de todas as dificuldades, tem buscado atender às demandas da sociedade por mais vagas em seus cursos de graduação e de pós-graduação, diversificação dos programas oferecidos e ampliação das camadas sociais beneficiadas direta ou indiretamente por suas atividades;

c) sua preocupação com o prolongamento da presente crise e suas conseqüências no plano acadêmico, como o adiamento de formaturas, defesas de teses e dissertações, além dos demais riscos para o calendário escolar, que inclui o Vestibular de 2002;

d) sua preocupação com os prejuízos diários que a falta de solução da presente crise, pela intransigência do Governo Federal, impõe à população que demanda os serviços assistenciais da Universidade, em especial na área de saúde, incluindo-se os atendimentos das clínicas da Faculdade de Odontologia e do Hospital das Clínicas.

Professor Francisco César de Sá Barreto
Presidente do Conselho Universitário

Jornal Hoje em Dia
28/09/2001

Ministro suspende salário de professores federais em greve

TALITA LORENA
DA SUCURSAL

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, anunciou ontem em Brasília a suspensão dos salários, referentes ao mês de setembro, dos servidores - em greve desde último dia 25 agosto - e dos professores ativos das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), que paralisaram as atividades no último dia 30. "Questões legais me impedem de autorizar o pagamento", alegou o ministro. "Tão logo a greve se encerre, com um plano de reposição de aulas, os salários serão pagos", concluiu.

A declaração foi feita durante uma reunião com os reitores das Ifes. Por outro lado, houve um avanço nas negociações. Paulo Renato propôs mudanças no regime de trabalho. Em vez de se criar uma nova lei de trabalho, como reivindicam os professores, ele propôs que as futuras contratações continuem sendo feitas com base no Regime Jurídico Único (RJU), mas os professores e servidores teriam a opção de contribuir para a previdência complementar. Pela proposta do ministro, os servidores continuariam com direito à estabilidade.

Os oito grupos de trabalho propostos pelo ministro começam a discutir na próxima segunda-feira as questões de incorporação das gratificações, a assistência estudantil, o regime de trabalho, concursos e contratações, a questão dos hospitais universitários, a meia-entrada e o financiamento para as Ifes.

→ Paulo Renato propôs mudanças no regime de trabalho dos professores das universidades federais

"As negociações estão avançando", afirmou o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Francisco César de Sá Barreto. Ele informou ainda que o vestibular da universidade não está adiado nem anulado. Entretanto, afirmou que, caso a greve se estenda, ele próprio irá anunciar um adiamento. "A UFMG é que elabora as provas, não podemos deixar vazar informações, por isso não iremos terceirizar o serviço por medidas de segurança", informou. "Não cabe ao Conselho Universitário decidir o adiamento ou cancelamento do vestibular", completou.

O reitor disse esperar agora que o Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) apresente uma proposta concreta ao Ministério da Educação com relação à gratificação. Mais uma vez Paulo Renato garantiu que o reajuste dos professores não foi discutido na reunião de quarta-feira. "O ano letivo tem que ser cumprido, temos que garantir os direitos dos alunos", enfatizou Paulo Renato.

Fafich desiste de greve e retoma as aulas



Fachada da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

Para comando decisão na UFMG é isolada e não altera paralisação

ANA AMÉLIA HAMDAN
REPÓRTER

Os professores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) decidiram sair da greve dos docentes da instituição, que já dura 83 dias, e retomar as aulas na próxima segunda-feira. A informação é do professor Carlos Ranulfo, do departamento de ciências políticas. "A greve não tem mais motivo de ser", disse. Para ele, o comando nacional de greve dos professores está sendo tão intransigente quanto o governo na condução das negociações. "Nenhuma das partes sabe negociar", declarou.

Ranulfo disse que a decisão foi tomada por professores que estão descontentes com o movimento. "Estamos sinalizando que não concordamos mais com uma greve que foi mal conduzida desde o princípio. Não foi construída uma boa pauta e as estratégias não são claras. O movimento está a esmo", disse. Deverão voltar ao trabalho principalmente professores dos cursos de história, filosofia e ciências políticas. As escolas de Comunicação Social e Psicologia ainda não se posicionaram.

O professor disse que o custo da greve está sendo muito alto e que não há ganhos que compensem as perdas. "Há atraso na vida institucional da universidade e atrasos na vida particular de alunos, que terão que adiar formaturas e adiar a entrada na universidade, com a alteração nas datas do vestibular. Há ainda perdas materiais. Já que os professores não estão recebendo seus salários", disse. Além disso, para ele, a universidade fica com a imagem "chamuscada". "As pessoas passam a tratar a universidade como aquela que a cada três anos tem uma greve."

Ele disse ainda que, apesar de o movimento já ter duração de cerca de três meses, o impasse ainda existe. "Achamos que a paralisação irá se prolongar e não queremos participar mais disso. Tínhamos que tomar uma atitude e nossa alternativa foi essa", disse. Para Ranulfo, a representatividade dos professores nas decisões do comando são questionáveis.

Ele ressalta que a decisão de retomar as atividades foi tomada em assembléia realizada ontem, mas que nem todos os docentes irão voltar. "Há a decisão pessoal de cada um. Volta para as salas de aula quem quiser", disse.

Comando

O diretor da Associação Profissional dos Docentes da UFMG (Apubh), José Antônio Armanelli, disse ontem que a decisão dos professores da Fafich não irá enfraquecer o movimento. Ele disse que a maioria dos alunos da universidade faz aulas na Fafich. "Alunos de economia, engenharia, medicina, entre outros cursos, têm aulas na Fafich. Como essas unidades não retomaram as aulas, os alunos não vão sair de casa para ir a apenas uma aula", disse. Ele informou que as unidades têm autonomia para atender ou não às determinações do comando de greve.

Armanelli disse também que uma greve realmente causa prejuízos. "Caso contrário, não teríamos como pressionar o governo", disse. Ontem, a Apubh realizou assembléia para avaliar a decisão dos professores da Fafich e, ainda, as determinações do comando nacional de greve.

Também na avaliação do vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Fernando Pires, a decisão dos professores da Fafich não irá enfraquecer o movimento. Apesar de lamentar a decisão dos docentes mineiros, Pires disse considerar a greve, que atinge mais de 50 instituições do país, ainda muito forte.

"Essa saída não tem o menor significado no contexto geral. Mas é lamentável que um grupo de professores tenha adotado essa postura, tão atrasada do ponto de vista político", afirmou o vice-presidente, dizendo ainda que é difícil conseguir agradar a todos. Segundo ele, o comando de greve está agindo conforme determinam as posições majoritárias definidas sempre em assembléia. "A direção do movimento está sendo definida em assembléias democráticas. Mesmo quem não é do sindicato pode participar, mas dificilmente uma proposta ganha por unanimidade."

Com Cynthia Castro

Jornal O Tempo 09/11/2001

Decisão da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG de sair da greve.

À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA:

PROFESSORES DA FAFICH
DECIDEM SAIR DA GREVE

Reunidos em assembléia no dia 12 de novembro de 2001, os professores da **FAFICH** decidiram pela saída da greve dos docentes das **IFES** e retorno às aulas no dia 19 próximo, segunda feira, independente do resultado das negociações ainda em curso.

Foram duas as razões que nos levaram a tomar tal atitude. Em primeiro lugar, a percepção de que os custos impostos à Universidade pela extensa duração do movimento há muito excederam o limite do razoável para todos aqueles que se preocupam com o futuro da universidade pública no país. A esta altura dos acontecimentos, o impacto da greve sobre a vida de docentes e discentes, sobre o funcionamento da instituição, bem como sobre sua imagem perante a sociedade é de tal forma negativo que o resultado das negociações em curso qualquer que seja ele será incapaz de trazer uma compensação de monta.

Em segundo lugar, a constatação de que, após quase três meses de greve, persiste uma situação de impasse entre governo e movimento docente. Tal impasse é, por um lado, responsabilidade do governo federal, que além de não apresentar uma política consiste para a universidade nos últimos anos, reafirmou, ao longo destes meses, sua brutal insensibilidade para com o quadro em que se encontra a universidade pública no Brasil. De outro lado, é preciso reconhecer que o movimento sindical dos professores mostrou, neta greve, uma enorme dificuldade em definir de forma clara os rumos do movimento, em refletir sobre a situação da universidade e em estabelecer canais de diálogo com o corpo docente, em especial com a sua geração mais nova. Desnecessário dizer que a manutenção de tal impasse apenas torna mais elevados os custos aos quais nos referimos acima.

São estes os motivos que nos levaram a romper com movimento grevista. Trata-se de uma decisão dura, mas que assumimos com a convicção de que, no momento, é o melhor que podemos fazer pela universidade pública.

ASSEMBLÉIA FAFICH

89

FAFICH sai da greve
Assembléia da FAFICH
12/11/2001

Jornal
O Tempo
15/11/2001



Professores da UFMG votam, durante assembléia, pela manutenção da greve iniciada há 86 dias

Assembléia na UFMG mantém greve e condena volta de aulas na Fafich

Professores da UFMG decidiram ontem, em assembléia, manter a paralisação que completa hoje 86 dias. A maioria dos grevistas rechaça a postura de 13 professores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) que anunciaram a volta ao trabalho na próxima segunda-feira. O pacote antigreve anunciado na noite de anteontem pelo Governo também ofendeu os professores, que garantem estar dispostos a radicalizar o movimento. A próxima assembléia está marcada para [illegible] feira, [illegible] da Reitoria.

"Nem nos regimes militares o Governo agiu assim com os movimentos de greve", assinala Rodney Saldanha, diretor da Associação dos Docentes da UFMG, sem esconder a irritação com a Medida Provisória e com o Projeto de Lei que regulamentam a greve no setor público e já foram encaminhados ao Congresso. A MP autoriza a contratação temporária de funcionários para a normalização dos serviços quando a greve for superior a dez dias.

"Estamos incomodando o Governo porque nossa greve nunca foi tão forte e resistente", avalia o professor Dalmir Francisco. O Governo quer emplacar no Congresso uma lei que vale para todos os funcionários públicos federais, estaduais e municipais e que estabelece critérios para considerar uma greve legal ou não. Pela proposta do Governo, uma paralisação [illegible] deve durar mais que 30 dias, se dois terços da categoria não participarem das assembléias, se houver briga ou violação do patrimônio público, entre outros itens. Apenas o presidente da República e o ministro do Orçamento poderão avaliar a legalidade da greve e liberar pagamentos.

"Tudo o que aconteceu só serviu para nos unir ainda mais e fortalecer o movimento", observa Saldanha, ignorando a postura de alguns professores da Fafich. Os grevistas fazem questão de dizer que apenas 13 dos 160 docentes da Fafich votaram pelo fim da paralisação. "É uma minoria que se considera o alto clã da UFMG", diz a estudante de pedagogia Ana Cláudia Calciolari Rossi, 32 anos. A aluna de História Flavia Portugal, 20 anos, também reprova a atitude de alguns de seus professores. "Vai atrapalhar a vida dos alunos e prejudicar o movimento dos professores", frisa.

Todos os 28 professores da Comunicação Social e outros 30 de cursos como Filosofia, Sociologia e História decidiram continuar a greve. Um abaixo-assinado está correndo entre os professores pela manutenção da paralisação, já que apenas 23 docentes participaram da assembléia na Fafich e 13 deles votaram pelo fim da greve. Para segunda-feira, os grevistas preparam um ato público para impedir que alunos da Fafich assistam aulas e para sensibilizar os fura-greve. (EQ)

90

Jornal
O Tempo
09/11/001

NOTA À COMUNIDADE

ADIAMENTO DO VESTIBULAR UFMG 2002

A Universidade Federal de Minas Gerais comunica que, por decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em 8/11/2001, está adiada a realização do seu Concurso Vestibular 2002. As novas datas do referido Concurso, tão logo sejam definidas, serão amplamente divulgadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Ainda de acordo com essa decisão, o Vestibular 2002 não se realizará no mês de dezembro do corrente ano.

A Instituição esclarece que tal decisão baseia-se, como sempre, em seu compromisso e sua responsabilidade de propiciar aos candidatos, à comunidade universitária e à sociedade em geral não apenas segurança, lisura e qualidade, como também tranqüilidade para a realização das provas.

Na impossibilidade momentânea de cumprir os prazos originalmente previstos, a UFMG assegura a todos os candidatos a manutenção do Concurso Vestibular 2002 e lamenta os eventuais transtornos gerados pelo adiamento.

Francisco César de Sá Barreto
Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

MEC não paga salário a grevista

Ministério desobedece à decisão do STJ

Brasília — A secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação, Maria Helena de Castro, garantiu ontem, após reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, e com o advogado-geral da União, Gilmar Mendes, que o MEC não vai pagar o salário de outubro dos professores das universidades públicas federais, em greve desde 22 de agosto. A posição desobedece liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que no dia 8 determinou o desbloqueio dos recursos para pagar os salários.

De acordo com Maria Helena, a Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu que está valendo o decreto legislativo, publicado no dia 13, que centraliza no presidente da República a decisão quanto à folha de pagamento do funcionalismo público. "Só vamos pagar o salários dos professores que voltarem às aulas", afirmou a secretária.

Retroativo — O ministro do STJ, Gilson Dipp, que deu a liminar favorável aos professores, no dia 8, discorda. Em nota oficial, ele afirmou que o Decreto Legislativo 4.010, de 13 de novembro, que atribui ao presidente da República a decisão final quanto à folha de pagamento, não tem efeito sobre decisões judiciais anteriores.

No dia 14, véspera do feriado, Dipp deu prazo de 24 horas para o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, cumprir a sentença e pagar o salário de outubro dos professores. Como o ministro só foi notificado da sentença na última sexta-feira, o prazo para cumprimento da decisão terminou ontem.

Na manhã de ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, encaminhou ao ministro Gilson Dipp um ofício no qual afirma que recebeu a notificação, mas a estaria encaminhando ao ministro do Planejamento, Martus Tavares. Paulo Renato justificou dizendo que, após a edição do decreto legislativo não cabia mais ao MEC o controle sobre a folha de pagamento dos professores.

Multa — A AGU vai esperar para recorrer da decisão do presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, juiz Tourinho Neto, que cassou a liminar do juiz federal José Pires da Cunha obrigando o retorno imediato dos servidores do INSS e dos professores ao trabalho sob pena de uma multa diária de R$ 50 mil. De acordo com a assessoria, como a decisão foi dada no horário de plantão — por volta das 23 horas da sexta-feira — o recurso ainda terá de ser distribuído para um juiz do tribunal para ser examinado.

Desde o início da greve dos professores e dos servidores do INSS, os sindicatos impetraram seis mandados de segurança no STJ, com direito a liminares e recursos. O primeiro, do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe), foi impetrado no dia 1º de outubro e concedido pelo ministro Jorge Scartezzini, no dia 3. O sindicato pedia o pagamento dos salários de setembro dos servidores das escolas técnicas federais.

A Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) entrou com dois mandados, o primeiro no dia 1º de outubro, com liminar concedida pelo ministro Gilson Dipp no dia 2. No dia 8 de novembro, os professores entraram com o segundo mandado, concedido pelo mesmo ministro, também no dia 8 . A AGU recorreu duas vezes — no dia 5 de outubro e no dia 8 de novembro.

No dia 5 de novembro, foi a vez de a Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (Anasps) apresentar um mandado, concedido pelo ministro Vicente Leal. No dia 14, a AGU recorreu, por meio de um agravo regimental, mas ainda não há resposta. Já a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social (Fenasps) apresentou um mandado de segurança no dia 7. **(AE)**

Jornal Diário do Comércio 20/11/2001

91

IRONIA ● FHC diz que quem não consegue produzir, vai dar aulas

Professores agredidos

BRASÍLIA - No dia em que a greve dos docentes das universidades federais completou 98 dias, o presidente Fernando Henrique Cardoso disse que cientistas que não conseguem produzir viram professor.

"Se a pessoa não consegue produzir, coitada, vai ser professor. Então fica a angústia: se vai ter um nome na praça ou se vai dar aula a vida inteira e repetir o que os outros fazem", afirmou FHC. O presidente também criticou os "chorões", sem, no entanto, dizer quem são eles.

BRILHANTES

Ao encerrar discurso na cerimônia de entrega do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica, FHC afirmou: "Só um fatinho: eu fui professor nos Estados Unidos, em Princeton, num instituto de estudos avançados, basicamente de físicos e de matemáticos. Lá é um lugar de pessoas selecionadas nos Estados Unidos, de jovens PhD, os mais brilhantes - eu não era, porque eu já era professor, eu não sou brilhante, mas estava lá". "Eu via uma angústia muito grande daquele pessoal que tinha bolsa lá e você fica lá e não faz nada, tem de produzir, ao fim de um ano, de dois anos, algum trabalho."

Depois de afirmar que os que não conseguem produzir vão dar aula, FHC continuou: "Aí me ensinaram uma coisa que me deixou muito atormentado a vida toda: eles pegam os mais jovens, porque, para poder ter capacidade de inovação, para ter criatividade, pelo menos em física teórica e matemática, tem de ser muito jovem".



Roberto Barroso/ AE

FERNANDO HENRIQUE criticou também os "chorões"

Segundo o presidente, os mais velhos sabem muito "e quem sabe muito não cria, fica com medo de criar, porque fulano fez isso, beltrano fez aquilo, se eu disser isso vão dizer que é ridículo".

Para FHC, que tem 70 anos, o que o salva é que pertence à área de ciências humanas. "Quem sabe (nessa área) a gente possa criar até certa idade, mas depois dos 70 não tem jeito."

Antes, o presidente já havia se referido à sua incapacidade de inovar: "Daqui a pouco vou trabalhar na sua empresa (referindo-se à Pollux, de Santa Catarina, uma das vencedoras do prêmio). Mas não sei se tenho capacidade de inovação, a esta altura da vida não se inova mais".

CHORÕES

FHC afirmou que compareceu àquela solenidade para mostrar o que vem sendo feito na área de desenvolvimento científico e tecnológico. "É preciso que o Brasil conheça mais esses esforços, essa é a razão pela qual eu estou aqui, porque, quem sabe eu vindo aqui sai uma notinha no jornal."

Segundo o presidente, "existe um Brasil que não é chorão, que é trabalhador, que tem confiança, que avança. Desde os sertões todos, existe um novo Brasil. Nós temos que apostar mais nele, ter fé neste novo conjunto não só um sentimento de esperança, mas um caminho de avanço, um caminho de transformação". (Agência Folha)

Jornal Diário da Tarde 28/11/2001

Acordo de fim da greve

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Autorizo o acordo resultante das negociações mantidas entre a equipe do Ministério da Educação e os sindicatos ANDES e SINASEFE, bem como a assinatura, pela equipe de dirigentes da Secretaria de Educação Superior do MEC, do Termo de Acordo de 29 de novembro de 2001

Em 29 de novembro de 2001

Paulo Renato Souza
Ministro de Estado da Educação

Acordo de fim da greve

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Termo de acordo entre o MEC, ANDES-SN e SINASEFE

O Ministério da Educação, o ANDES-SN e o SINASEFE, representados pelos signatários deste documento, estabelecem acordo nos pontos a seguir que passam a ter validade a partir desta data, garantidas as condições e os quesitos deste Documento:

1. Compromete-se o MEC a encaminhar hoje para a Casa Civil da Presidência da República, Projeto de Lei, baseado no acordo fechado no Congresso Nacional com ANDES-SN, SINASEFE em 28/11/2001.

2. Os R$ 320 milhões disponibilizados pelo MEC e pelo relator da Comissão Geral do Orçamento serão destinados exclusivamente aos acréscimos às remunerações dos docentes ativos e aposentados e pensionistas, decorrentes das alterações das tabelas de vencimentos e dos valores da GID constantes do Projeto de Lei. As partes comprometem-se a disponibilizar-se ao Relator na indicação de alterações eventualmente necessárias ao atendimento deste item.

3. O MEC compromete-se a interceder junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o objetivo de disponibilizar a memória de cálculo, os dados utilizados e a metodologia aplicada para a elaboração das tabelas de vencimentos, para dirimir dúvidas quanto às discrepâncias encontradas entre os cálculos do CNG/ANDES-SN e os do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4. Compromete-se o MEC a manter a contratação dos docentes das IFE no Regime Jurídico Único, atualmente em vigor, por meio de concurso público.

5. Compromete-se o MEC a definir as metas de realização de concurso público a partir de 2002, visando à contratação, pelo Regime Jurídico Único, atualmente em vigor, de no mínimo 1.000 novas vagas, podendo chegar a 2.000, para docentes das IFE, por meio

de editais publicados até junho de 2002; excetuadas as 2.000 vagas já autorizadas, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

6. O MEC concorda com a alteração, a ser proposta pelo Relator, na Lei 10.187/2001 nos seguintes termos:

"A avaliação será feita de forma que, para as atividades de ensino, os critérios sejam quantitativos, mantendo-se os critérios qualitativos para a participação de docentes em projetos e programas de interesse institucional."

7. O MEC concorda com a alteração a ser proposta pelo Relator, na Lei 10.187/2001, do aumento no limite global de pontuação de cada instituição, de 73 para até 80 vezes o número de professores de 1º e 2º graus ativos, devendo ainda constar no Projeto de Lei:
   a) este aumento na pontuação fica condicionado a manutenção do valor total de R$ 320 milhões do Projeto de Lei;
   b) sempre que a instituição ultrapassar o limite de pontuação correspondente a 75 pontos vezes o número de professores de 1º e 2º graus ativos, a ampliação na pontuação dependerá de autorização expressa do Ministro de Estado da Educação, mediante justificativa apresentada pela IFE no seu plano de desenvolvimento institucional.

8. O MEC garante sua participação nas mesas de negociação, com o ANDES e o SINASEFE, coordenadas pela ANDIFES e CONCEFET para tratar dos seguintes temas:
   8.1. Titularidade na carreira de magistério de 1º e 2º graus, com prazo de trabalho de 60 dias;
   8.2. Recomposição do quadro funcional das IFE, com prazo de trabalho de 90 dias, a partir de 1º de janeiro de 2002;
   8.3. Auxílios alimentação e assistência à saúde e
   8.4. Hospitais Universitários

9. O MEC compromete-se a instalar e coordenar os seguintes grupos de trabalho:
   9.1. Carreira e suas implicações na remuneração; e
   9.2. Financiamento das IFE.

Acordo de fim da greve

93

10. Acordam as partes que o termo firmado entre a FASUBRA e MEC em 19 de outubro de 2001, seja convalidado e extensivo aos Servidores Técnico-Administrativos das IFE da Educação Básica e Profissional (Escolas Técnicas, Unidades Descentralizadas, Agrotécnicas, CEFETs, Colégio Pedro II), com exceção do item 3.2 do termo acima citado, condicionado ao retorno as atividades da categoria.

11. O ANDES-SN e o SINASEFE comprometem-se a propor às assembléias gerais de suas seções sindicais de sexta-feira (30/11), indicativo de saída de greve, bem como a reposição das aulas do 2º semestre letivo de 2001 e a realização dos processos seletivos, marcando nova rodada de assembléia geral para encerramento da greve no dia 04 de dezembro (terça-feira) condicionado ao envio do Projeto de Lei ao Congresso Nacional. O ANDES-SN e o SINASEFE, para assumir este comprometimento, respaldam-se no compromisso já declarado pelas lideranças partidárias de assegurar a tramitação do Projeto de Lei em regime de urgência.

Brasília, 29 de novembro de 2001.
Firmam este Documento:

Pelo MEC,

Maria Helena Guimarães de Castro
Secretária de Educação Superior

Ernesto Vega Senise
Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação Superior

Luiz Roberto Liza Curi
Departamento de Política do Ensino Superior

José Luiz da Silva Valente
Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior

Pelo ANDES-SN e SINASEFE,

Roberto Leher
Presidente do ANDES-SN

William de N. Carvalho
Coordenador Geral do SINASEFE

Testemunha: Pela ANDIFES: **Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni**
Reitor da UFU

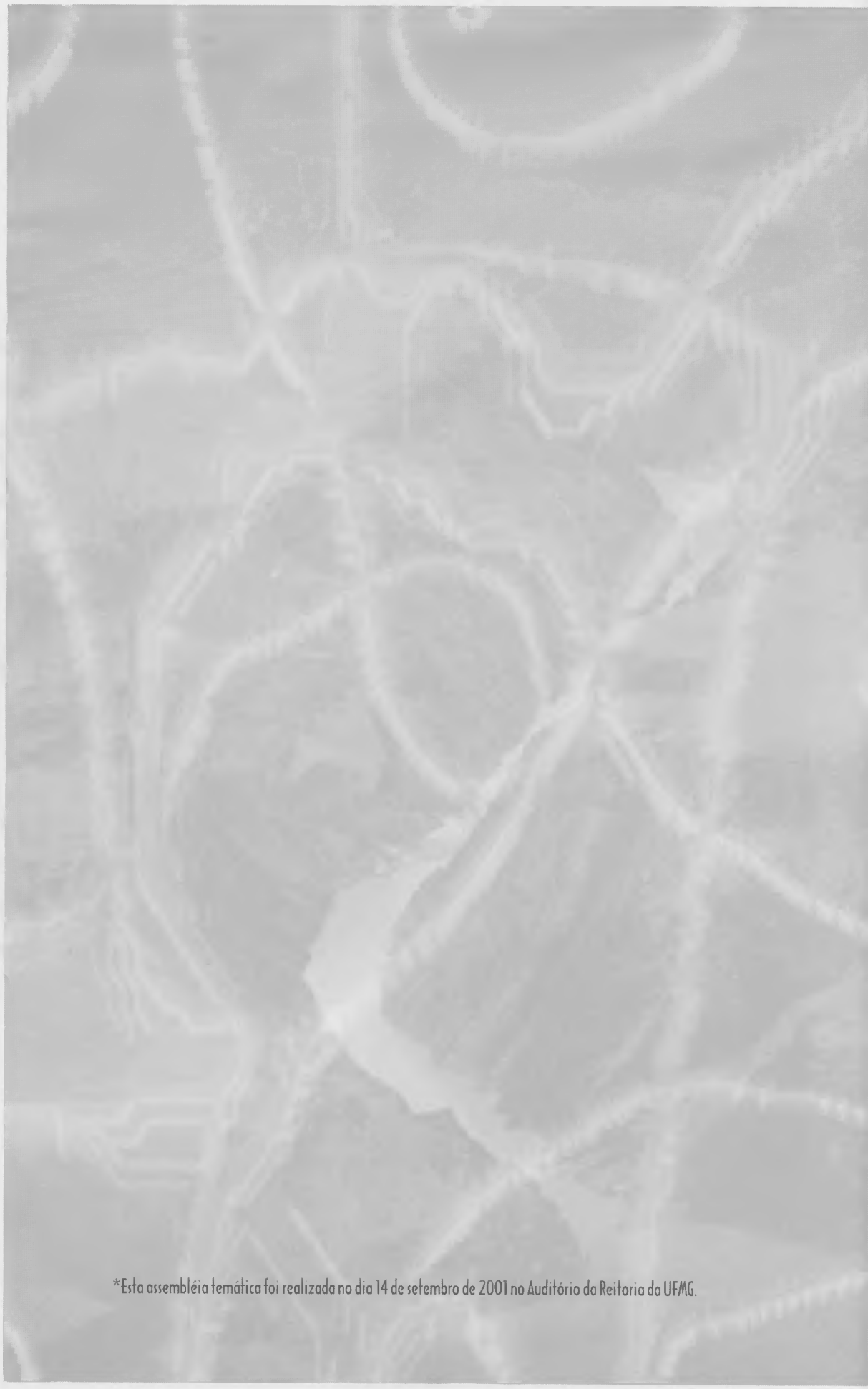
Acordo de fim da greve







TEMAS EM DEBATE

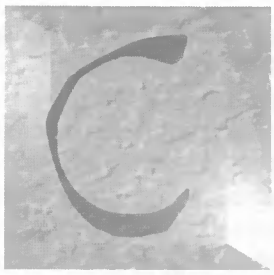


*Esta assembléia temática foi realizada no dia 14 de setembro de 2001 no Auditório da Reitoria da UFMG.

Flávio Tonelli
Artur Domingos
Elias Jorge

Assembléia Temática*

Orçamento e salário



ompuseram a mesa Profª Ciomara Nunes (1ª Vice-presidente da Apubh), como coordenadora do debate; Flávio Tonelli (Assessor do Deputado Sérgio Miranda para assuntos de orçamento e funcionário da UFMG); Artur Domingos (Chefe de gabinete do deputado Jorge Vitalli, coordenador da frente parlamentar em defesa da universidade pública) e Elias Jorge (Assessor de questões salariais da Apubh).

Convidados para analisar as questões do orçamento e a do salário, os expositores realizaram um rico debate sobre a conjuntura orçamentária do Brasil, com maior enfoque no Governo Fernando Henrique.

A relação com o FMI, o pagamento de juros da dívida externa e a política de privatização são aspectos desse governo que são discutidos nesse debate.

Exposição de Elias Jorge

"Costumo dizer que orçamento é algo muito importante que não pode ser deixado por conta de especialistas, nem por conta dos técnicos. O orçamento deve ser tratado pelo cidadão. A rigor, não existe absolutamente nada gratuito, particularmente no ensino e na saúde. Este microfone que eu estou falando teve um conjunto de impostos municipais, estaduais, federais que foram recolhidos da sociedade.

Então, o que é público é a primeira discussão fundamental que a gente deve fazer, pois não é nem aquilo que é do governo e nem aquilo que é de ninguém. Público é aquilo que é do povo. Então todo o conjunto de recursos que compõem o orçamento público é extraído da sociedade. Nesse sentido, a gente precisa corrigir alguns vícios de linguagem, como o tratamento do público, que é feito em geral de modo inadequado.

O apelo da nossa greve é para conseguir que aquele que detém o poder de administrar o recurso do público, priorize despesas que estes recursos extraíram do povo em função dos nossos salários da instituição, dos recursos que estão aqui.

Esta é uma primeira abordagem importante para visualizar porque estamos com esse debate temático que é a universidade e o orçamento. De fato, nós temos uma dependência fundamental do que está acontecendo no Congresso com a proposta de orçamento de 2002. O orçamento não é um produto. Fundamentalmente, o orçamento é um processo. O orçamento de 2002 é uma conseqüência do que está acontecendo em 2001 e do que aconteceu em 2000. Por isso eu trouxe uma análise do que aconteceu de 1995 até 2001 e qual é o horizonte para 2002.

O FMI proibiu o governo de investir no setor público. Para vocês terem idéia, existe uma linha de investimento do BNDES que pode financiar empresa privada para fazer saneamento, mas não pode emprestar dinheiro para a prefeitura se ela tiver uma empresa pública para fazer o saneamento, porque aumenta o endividamento do setor público. Nós temos que enxergar nosso contexto, nossa dificuldade do ponto de vista da greve segundo essa lógica que foi posta aí. É uma lógica que cada vez está ficando mais problemática porque a necessidade de atender o fluxo da dívida, dos encargos financeiros, é cada vez maior. É fundamental construir a ruptura, porque dificilmente se consegue algum avanço, pois eles estão cada vez mais submetidos, vão perdendo sua autonomia e a cidadania. Eu nunca vi esta universidade nos últimos 20 anos tão triste quanto agora. E não é porque a gente está pobre. Isso tem a ver com o sentimento de impotência em relação a este tipo de quadro.

A extração de recursos da sociedade está sendo feita com muita eficiência. Em 1995 essa extração representava nos impostos e nas contribuições 127 bilhões de reais, neste ano, o horizonte é 289 bilhões. No ano de 1995, a despesa com pessoal representava 29%. A projeção para este ano é que ela vai ser de 20% do total, ou seja, há uma curva descendente para despesa de pessoal.

Por outro lado, os juros em 1995 eram

de 13% da receita acumulada, eles vieram evoluindo, e nesse ano, a projeção é que os juros consumam 24% de tudo que for arrecadado. Um detalhe que é importante ressaltar: todo dinheiro que é gasto com o pessoal, é realimentador, pois você pega o dinheiro do seu salário para poder gastar, consumir. O grosso do seu dinheiro, além dos impostos que você já paga na fonte, ainda vai para o consumo.

Ou a vertente de contribuições ou a vertente de tributos (já esse dinheiro que é pago para juros) só vai pressionar mais o mercado, vai para o setor especulativo, vai gerar uma demanda cada vez maior de recursos financeiros para refinanciar a dívida, porque aquilo que se arrecada não dá conta de pagar e vai manter essas taxas abusivas. É curioso que o presidente resolveu nos presentear com 3,5% de reajuste no ano que vem para compensar não os sete, mas os oito anos, porque 3,5 é a inflação futura, que ele está prevendo para 2002. No mesmo dia, os juros dos Estados Unidos baixaram para 3,5%. Eu fiquei até achando que era um número mágico, por que ele escolheu 3,5%? A taxa de juros anual dos Estados Unidos só entendi que podia ser isso. Aqui é 19% a taxa de juros, e o curioso dessa taxa é que, apesar dos encargos financeiros, juros e amortizações serem cada vez mais consumidores do sistema, a dívida não para de crescer. Corremos todo esse sacrifício com a nação inteira e a dívida não para de crescer, cada dia mais ela compromete a situação.

Quando eu dou a má notícia que a gente pagou 200 bilhões de juros até 31 de julho desde que Fernando Henrique assumiu estou dizendo o seguinte: esse país é absolutamente viável. O que nós precisamos fazer é a ruptura com esse tipo de modelo, que venha produzir uma nova forma de condução política na sociedade."

Exposição de Flávio Tonelli

"O que a gente percebe quando analisa o orçamento do Estado brasileiro é uma grande transformação que se operou no Estado brasileiro na década de 90. E essa transformação foi a criação do que se convencionou chamar de "Estado mínimo". Mas nunca o Estado brasileiro foi tão gigante, porque ele nunca extraiu da sociedade tantos recursos. Então por que se fala em Estado mínimo? Porque na verdade o que se construiu foi um Estado mínimo para umas coisas e um Estado gigante para outras, e nesse processo houve um deslocamento muito grande de concentração de esforços, de redirecionamento do que o Estado considera suas prioridades. Então vamos ver o Estado mínimo para o povo, que engloba o que eles chamam de despesas que precisam ser controladas e vem em contraposição, um Estado máximo para outras tarefas. A manutenção do valor da moeda passou a ser uma tarefa gigantesca, que não vou nem discutir se é bom ou se é ruim, mas a sociedade não é chamada a debater o custo dessas medidas. Quanto custa manter o valor da moeda?

Esta é uma tabela que virou moda, acho que é a única boa nova dos acordos com o FMI, porque a gente passou a ter acesso a um conjunto de informações mais rapidamente. Essa tabela pega um pouco do que está acontecendo com essa prioridade do Estado brasileiro. Se a gente parar para olhar vai ver que embora esteja um pouco fora de foco, vamos pegar a linha total primária, resultado primário que passou a ser uma das coisas mais importantes, o que é resultado primário? Resultado primário, daquele tanto de dinheiro que o Estado arrecada, existe um constrangimento muito grande de que ele gaste com o estado do povo, com educação, com saúde, com vencimento dos servidores, com rodovia, segurança, todas as despesas desse processo que se resolveu chamar de resultado primário, com despesas não financeiras.

No ano de 2001 até o primeiro semestre, dos bilhões que o Estado brasileiro extraiu da sociedade, 46 bilhões ele não devolveu, não devolveu nem em saúde, nem em educação, nem em servidores, ele literalmente pegou esse dinheiro e reservou para uma outra prioridade que foi para pagamento de juros, pagamento da dívida, mas aí você fala, então nós estamos pelo menos resolvendo o problema do endividamento? Na primeira linha nós vamos ver que ao contrário disso, apesar de você ter reservado um percentual muito grande, quase 12% de tudo que se arrecada, para

pagamento de juros, a dívida subiu 64 bilhões. Mas como? Eu joguei 40 lá e a dívida subiu 60? Por que você reserva 40 bilhões? Para quê são 40 bilhões?

O MEC todo, no ano que vem, terá oito e pouco, descontado o fundo da pobreza. Então 40 bilhões são, o orçamento, correspondem a cinco anos do MEC. São dois anos da saúde. Ainda assim, a dívida subiu 64 bilhões. As coisas acontecem dessa forma porque o Estado brasileiro está montado para responder a um conjunto de uma política chamada de reajuste fiscal, onde eu tenho que dar um constrangimento muito grande nesse conjunto de despesas não financeiras, despesas com saúde, educação, com este Estado para o povo, para permitir que eu possa ter total liberdade para o pagamento de juros. Quando a gente fala total liberdade, não tem idéia do que seja. Mas é total liberdade mesmo. É algo tipo assim: não se conta a despesa de juros. Despesa de juros não é o problema, despesa de juros é a solução para essa lógica de reordenamento Estado.

O Estado brasileiro foi montado neste conjunto de prioridades para satisfazer a questão da dívida. E o imbróglio dessa questão - não vou nem discutir o custo social disto. Custo social vocês discutem melhor do que eu. Qual é o imbróglio? É que essa equação não fecha e por que não fecha? A equação não fecha porque o governo diz o seguinte: todo o desequilíbrio externo brasileiro, que pressiona o câmbio, que pressiona os juros, que pressiona a política monetária, todo esse custo será equacionado com o ajuste fiscal. Mas isso não é possível. Eu não posso gastar, por exemplo, ano passado inteirinho, o superávit primário da União foi de 22 bi. No primeiro semestre deste ano o Banco Central pagou 18 bi de juros. Ou seja, não é possível você, via orçamento, responsabilizar-se pela irresponsabilidade das condições de todos esses políticos, isso não sou eu quem diz, são as contas que dizem, porque eu faço quase 150 bilhões de superávit, o país inteiro, em 4 anos, e a dívida vai de 32% do PIB para 50%. Por que isso acontece? Porque eu não posso fazer uma foice sem entregar o machado, então, você não pode fazer no varejo o que uma pessoa faz um dia no atacado. Pode correr, pode privatizar toda a saúde, pode privatizar todas as universidades, por acaso privatizamos todas as termoelétricas, privatizamos todo setor de petroquímicas, privatizamos todo setor siderúrgico, estamos privatizando todas as rodovias e não dá conta. A conta de 18 bi de juros são cinco Vales do Rio Doce, não dá conta.

Não é possível nessa lógica você continuar trabalhando. Todo superávit que a gente gera é para pagamento de dívida, assim o governo diz, nós temos de fazer o superávit para pagamento de dívida, é isso que ele ensina para sociedade, mas como é que ele faz superávit?

É que a transparência é maior que o vidro. Como é que o governo estava fazendo superávit? Nós pegamos um exemplo da CPMF. O governo arrecadou no primeiro semestre de CPMF quase 8 bilhões. A CPMF tem três usos, ela pode ir para a saúde, para previdência e para assistência do Fundo da Pobreza. Dos quase 8 bilhões que se arrecadou com a CPMF, o governo federal gastou 1,3 bi na saúde, mais 0,7 bi na previdência e 0 com a pobreza, no fundamental, dos 7,8 bi que ele arrecadou, ele gastou 1,3 com a saúde, 0,7bi com a previdência e sobraram 5,7 bi. O quê é esse dinheiro que sobrou da CPMF? É superávit. Ou seja, ele faz superávit com um dinheiro que não pode ir para dívida. Ele não pode na prestação de conta falar assim: aquele dinheiro da CPMF que não foi para saúde, eu paguei a dívida, não pode fazer isso. O quê significa isso? Que eu faço um sacrifício monstruoso. Para quê mesmo? Não é para pagar a dívida. Porquê eu estou fazendo sacrifícios com recursos que não podem ir para a dívida.

Quando submeto a sociedade brasileira à crise energética, depois que a gente fizer as contas, pode ver que a crise energética foi uma crise de geração de superávit; se a gente pegar os dados do Banco Central, vamos ver o seguinte: as estatais Petrobrás e do sistema Eletrobrás terminaram o ano com 12 bilhões em carteira, compraram títulos federais para poder ficar guardados e fazer superávit. 12 bilhões que são 7, 8 talvez 9 termelétricas do tamanho dela. De 10 bilhões por ano se eu tivesse feito termoelétrica não teria tido

esse pepino. Se eu tivesse ao invés disso, há quatro anos atrás construído hidrelétricas, também não, mas até mesmo, no final do ano passado, ao invés do Fernando Henrique aumentar as medidas provisórias, o superávit das estatais de 1,5 para 10, ele tivesse iniciado a construção de termoelétricas, a situação estaria diferente. Eu queria chamar a atenção, de como o superávit é feito e onde ele não pode ser gasto. Eu não posso pegar o dinheiro da CPMF e abater a dívida. Então, qual é a conseqüência natural disso? A gente fica sem a saúde e com a dívida, a dívida não é paga, porque ela não pode ser paga. Ou eu posso pegar os 10 bilhões de superávit das Estatais e pagar a dívida do tesouro? Não posso, os acionistas das empresas nunca vão permitir. Em 99 nós tivemos um superávit de 25 bilhões, no entanto, somente 17 bilhões não foram usados para a dívida. De onde vem esse superávit? Vou dar um exemplo: em 99 tinha uma regrinha, que algumas pessoas já notaram, onde o superávit, em tudo quanto é fundo, autarquia, toda essa administração indireta, mandava dinheiro para a dívida. Só para você ter idéia, a CAPES mandou mais para o fundo de amortização da dívida do que ela gastava em bolsas em três meses, ou seja, não podia - no período em que o governo soltou um decreto - dizendo que só podia renovar 50% das bolsas para final de 99. 50% das bolsas de doutorado, 40% das bolsas de mestrado, a CAPES soltou um dinheirão. Esse dinheiro foi para o fundo da dívida. Então, além dessa produção de coisas que literalmente não podem ser gastas, não podem cumprir o discurso, do fundamental de 99 a 2000 nós geramos de superávit 46 bilhões; 28 não foram parar na dívida, ou seja, todo esse sacrifício foi em vão. Porque não tem como pagar essa dívida. Eu queria chamar a atenção que está na hora de a gente tornar público que este modelo é incapaz de equacionar. A gente tem que aprender a pensar fora do campo do inimigo e fora das regras que o inimigo nos impõe, não dá para discutir que salário, para eu aumentar despesas de pessoal, eu tenho que dizer da onde vai sair, eu não posso colocar na mão, por exemplo, do movimento dos servidores públicos, discutir o seguinte: para ter aumento de servidores, tem que cortar na saúde, tem que cortar na educação, tem que cortar no transporte. Esse constrangimento não pode ser oferecido dessa forma. Nós temos de pensar fora desse campo de despesas, porque nós vamos estar trocando de um pouso para o outro. Eu não posso fazer isso para manter intocada a despesa de juros, essa política de privilegiar a questão de juros, não é possível. O dinheiro tem que sair de onde? Tem que sair da diminuição do superávit. Não tem outra forma de você rediscutir essa questão. Nós temos que demonstrar para a sociedade, eu acho que a universidade é um bom local para você começar essa discussão, de que esse modelo do Fernando Henrique, por mais que ele diga que fazer superávit para controlar o endividamento, o superávit é incapaz de controlar o endividamento. Primeiro, pela desproporção do que entra de um lado e sai de outro, depois, pela forma com que é produzido, o superávit é incapaz de equacionar a questão da dívida. Nem mesmo pode ser usado na dívida. Então você fica sem os serviços, como nós ficamos sem eletricidade e a dívida não se resolve. O problema de debate é que nós vamos falar depois de responsabilidade fiscal, de pessoal, para defender que a única bandeira que foge de todos os constrangimentos da Lei de Responsabilidade Fiscal é o reajuste linear. Todo reajuste linear está fora dos limites e condicionantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, então, é esse o medo inclusive do governo, por isso ele é contra o reajuste linear. Por que? Porque quando ele está discutindo por categoria, está atento ao constrangimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e tem que prestar conta disso e existe limite que ele não pode aumentar, o reajuste geral não, porque é uma verba constitucional a lei não poderia se colocar na frente, não poderia se colocar contra. Está na hora de inverter a regra do jogo, porque esse jogo aqui não dá sequer empate, não tem mecanismos de controlar o endividamento com superávit."

Exposição de Artur Domingos

"Há alguns anos atrás eu trabalhava como assessor na área de política da

ANDIFES dos reitores das federais. Há dois anos estou trabalhando como chefe de gabinete do deputado Jorge Vitalli, do Rio de Janeiro, que atualmente coordena a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública.

O Congresso, a partir de 1988, tem um espaço privilegiado na discussão do orçamento público, tem capacidade de alterar despesas, apesar da Constituição dizer que não pode alterar as receitas sem também alterar as despesas.

A Frente é multi-partidária e trabalha claramente na articulação dos deputados e senadores em questões essenciais às universidades públicas brasileiras. E uma questão muito forte, que sempre se coloca no plano, é a questão orçamentária, encaminhando-se as emendas das associações, sindicatos, que são colocadas dentro do Orçamento da Educação da universidade pública, tem felizmente diversos companheiros da Frente que participam das comissões de Orçamento e da Educação e têm ajudado a gerar soluções para as emendas colocadas pelas entidades ao Orçamento, e a Frente também trabalha uma forma de negociação de situações que estão aparecendo, como a questão da greve da universidade. O papel da Frente não é propor soluções para a greve, e sim articular canais de conversa, diálogo e negociação. Além da conversa com o Ministro da Educação e com setores da área econômica, o Presidente do Congresso, pressionado pela própria associação e pela Frente, reservou espaço para Presidente da República. De forma que há um diagnóstico geral de que essa situação não perpassa uma solução de reacordos internos orçamentários, isso está ficando claro aqui no debate. É necessária uma solução política para enfrentar isso; a solução dessa greve é política, não é uma solução simplesmente orçamentária. Dizer que não tem dinheiro para resolver greve é uma falácia, depende de vontade política. O que é mais importante é que sejam soluções em que tanto a sociedade quanto o próprio Congresso tenham o respaldo, não adianta nem tanto o executivo e o comando de greve chegar a uma solução e a sociedade e o poder operacional não estar representado na solução política. A experiência que a gente tem neste tipo de negociação, mostra que hoje qualquer universidade, ou instituição federal paga o pessoal e os fornecedores, e normalmente o orçamento da universidade termina. Ou seja, aquilo que a União manda para a universidade mal dá para pagar o pessoal e os fornecedores, e diversas universidades, entre as maiores do país, tem feito algum tipo de receita própria, para poder inclusive investir na própria universidade. E isso é tão sistemático que o governo coloca como natural. O quadro que eu trouxe mostra que o grande volume de orçamento das IFES hoje é pessoal. 4, 08 bi para o pessoal ativo, 2,1 bi para inativos e pensionistas, 144 milhões de apoio administrativo e os 157 de sentenças são verbas de pessoal, todas que não estão na área-fim da universidade. Nos outros custeios começa aquela história do Antônio Eunice Tavares. Primeiro o destaque pessoal, depois vem os custeios da universidade, ali hoje, nas áreas, nos três programas-fins, a graduação, a pós, essa expansão e consolidação do conhecimento científico é a pesquisa. Algumas universidades e o próprio MEC ainda cravam um corte no pequeno orçamento da pesquisa. Então você tem: 408 milhões custeiam a graduação e manutenção básica, é, pagar por exemplo, vigilância, limpeza. Dentro aí tem cem milhões de substitutos, ali dentro do custeio, destes 408, 100 milhões de substitutos. Que são distribuídos sem nenhum critério de produtividade. O MEC diz que usa para distribuir dinheiro, critério por produtividade, eficiência, ele usa o critério formal que é a manutenção. Então, dos 100 milhões de substitutos não há nenhum critério de eficiência e eficácia, é um fisiologismo puro. Então quem está perto do meio ganha mais, quem está longe do meio ganha menos, é uma confusão, e esse dinheiro é uma onda de grande castigante do Ministério da Educação, é a faixa dos cem milhões. Os investimentos, 22 milhões para todo o Sistema Federal de Ensino Superior é indigno. Nós vamos ver no quadro seguinte que a execução do investimento é menos de 1% até agora. Além de ser baixo, não é executado, por causa daquela lógica: o governo gasta com pessoal, depois gasta com custeio e não sobra para investimento; é a visão do

superávit. Bom, em questão financeira tem duas universidades que usam dinheiro de arrecadação para fazer. Esse dinheiro, 1,5 milhão é da Univest, um caso particular da federal de São Paulo, que paga, joga dinheiro para fora da fundação, é uma coisa complicada, tem que ser bastante discutido com calma, esse 1,5 milhão. Os outros são programas de apoio ou educação básica, algum pequeno gasto dentro das IFES com educação básica; e é pequeno gasto mesmo, são 15 milhões de custeio e 1 milhão de investimento. Esse é o grosso de orçamento, está nas despesas de pessoal chegam a 6,2 milhões e o resto soma 426, e aí vai somar algo de cerca 700 milhões (?). É importante ter clareza, o pessoal joga em cima da gente que a universidade gasta sete bilhões do orçamento da União. Dos sete, tem 1,8 para os ativos, que hoje não estão usando neste orçamento. Estão impedidos disso, eles não estão nesse momento usando. Não estão fazendo, por isso o governo não está achando necessário, até politicamente. Bom, mas podem fazer, e o dinheiro de custeio, você tinha uma taxa de 424 milhões mais os 22 de investimento, OCC são 450, tirando os 100 milhões de substitutos, esses 350 milhões é um número que a gente vê há quatro anos seguidos, quer dizer, é o mesmo número repetido há quatro anos seguidos, aí a ANDIFES, os reitores, as entidades vão ter de fazer uma emenda de quase 200 milhões de reais para tentar bancar o orçamento, no valor de quase 500 de custeio. Quer dizer, todo ano essa história se repete igualzinho, e esse ano não vai ser diferente. Aí quando pedem 50 ou 100 milhões de investimento, levantam a questão dos fundos de pesquisa, dos fundos setoriais que eles lançaram no ano passado, eu vou chegar a falar nisso, que é a salvação do investimento em pesquisa? Que é colocado pelo governo desde o início do ano e pelo resto da vida. A outra planilha interessante é a exibição do orçamento, uma comparação do que foi executado em 2000, com a proposta de 2002, o que está sendo executado em 2001 à proposta de 2002. Vocês reparem que aquela execução pago, naquela coluna de cima para baixo, ela está na faixa menor, na área de graduação, teria que ser duodécimos, um doze avos de cada mês, e estamos o dobro, normalmente, vão supor que passassem oito meses de gastos, dois terços do orçamente, 67%, ótimo? Até agora só foram repassados 40%. Eu acho defasagem, eles dizem que a defasagem seria mais de um duodécimo, mentira, são mais de dois duodécimos. Na pós-graduação é uma despesa menor, e o desempenho um pouquinho melhor por causa da CAPES. Aqui eu estou pegando IFES, mais CAPES, mais a SESU, não e só as IFES. Por das IFES e das CAPES melhora um pouquinho, chega a 45% da despesa corrente. E na extensão universitária, que algumas IFES colocaram resíduos para extensão, que foi um valor bastante baixo, o gasto está na mesma faixa que o gasto da graduação, e nos hospitais de ensino; gente, pare. Hospitais de ensino, os 30 milhões colocados aí. Eram 59 em 2000 e agora 30 milhões em 2001, foram considerados a salvação do sistema. Um dinheiro religioso. MEC põe 30, Ministério da Saúde põe mais 30 em cima, 60. Bom, eles executaram até agora 21%, é 21,5%; é ridículo. Se fizer uma proposta de orçamento de 2002 para 2001, pegar um número final. Há um decréscimo, quer dizer, a proposta orçamentária de 2002 para a educação superior brasileira é a que tem menos de 175 milhões. Qual é a diferença da proposta para 2001, é menor 75, por que? Como 2001 e 2002 são menores, 1,125 bi para 1 bi, a diferença é de 77. Mas a comparação boa é essa de 2002 com 2001, quer dizer, nós, com todas as emendas do ano passado individuais e coletivas, o projeto orçamentário 2002 tem menos 175 milhões. De certa forma justifica a emenda dos oito anos que o governo vai apresentar a faixa dos 200 milhões? Outro quadro importante é o da ciência e tecnologia. Por que eu trouxe o da ciência e tecnologia? Gente, é a salvação são os fundos setoriais. A pesquisa brasileira é para ser investida. Nós vamos retomar o investimento em pesquisa, a infra-estrutura das IFES e das públicas vão ser majoradas com isso. Vão ver o que está acontecendo no ano de 2001 com a pesquisa. Eu peguei todos os da ciência e tecnologia e destaquei em negrito, porque é mais importante para gente. Inovação

para competitividade, esse é o programa que tem tudo a ver com os fundos setoriais, quem vai, quem administra esse programa, no seu 99% do orçamento. A execução dele hoje, de 328, é somente 9 %.

Expansão e consolidação do conhecimento, é onde vai estar a infra-estrutura das instituições públicas. Nesse programa vai estar o fundo setorial, a execução vai para 12%. O petróleo, o fundo Petróleo já está há mais de dois anos na estrada, tem comitê, está organizado, tem muito dinheiro, a execução dele foi 19%. E na capacitação de recursos humanos, são as bolsas, que está em torno de 66 e está em torno de 54, quer dizer, logicamente há uma defasagem de um duodécimo aí nas bolsas. Bom, os outros programas são irrelevantes para gente. Eu fiz um outro quadro comparativo, que vai ser útil. Só para provar que não estamos inventando número, o relatório oficial é uma cópia de uma folha do relatório que sai do banco de dados oficial do Orçamento, mostrando que o caso lá, programa expansão, foi executado. Nem consigo ver os números, 4%? E o outro programa foi executado 1,85, e o fomento sobre técnico do petróleo foi realizado 20%. Então aquilo que é central hoje para o financiamento da pesquisa das instituições públicas, com exceção do petróleo, que está em 20%, o resto é ridículo. A execução é ridícula nos outros fundos. Na realidade isso foi feito ano passado, em julho, quer dizer, teve 6 meses para preparar a aplicação do orçamento de 2001, e durante seis, sete meses agora, o resultado é esse. Logicamente que a culpa não éda organização, é que ele não está soltando direito para isso, o dinheiro está sendo para fazer o superávit.

Bom, para finalizar, eu queria fazer alguns comentários sobre uma questão que eu acho muito importante na greve de vocês, que é essa MP que falou das gratificações de todo mundo do serviço público. Essa tabela foi feita pela Comissão de Recursos Humanos da ANDIFES e mostra como vários grupos e carreiras ganharam, melhoraram seus vencimentos básicos. O mais importante então, nas colunas finais, é o menor vencimento e o maior vencimento, são os limites da tabela, anterior e superior. Mas todos eles, a gratificação foi incorporada a algum vencimento, a GAE, e depois disso eles acresceram na gratificação desempenho, quer dizer, a lógica de todas as carreiras, até chegar no pessoal das IFES, é sempre a mesma: pega a GAE, incorpora na tabela de vencimentos, e aí tem como adicional uma gratificação ao desempenho. Essa é a variável. Bom, tanto os professores universitários quanto os técnico-administrativos, não foi incorporado a GAE aos vencimentos. O impacto disto, segundo estudos que estão fazendo aí foi subliminar, mas parece que um estudo lá é 10%, mas hoje tem outro, não seria um grande impacto assim, mas o MEC diz que só tem 300 milhões para fazer o ajuste, mas 300 milhões não é nem .... A FASUBRA está fazendo um estudo técnico, e a reivindicação deles para reclamar o vencimento e para fazer a realização chega a 1 bilhão de reais. Mas o que importa é o seguinte, todo mundo foi feito, mas a pergunta é a seguinte: por que fizeram para todo mundo e não fizeram para universidade? A resposta é clara, a grande coluna está na universidade. O resto é 10 mil, cinco mil, 20 mil. Na universidade são cerca de 100 mil funcionários técnico administrativos, ativos e aposentados, e mais 60 mil, sessenta e poucos mil, docentes ativos e aposentados. Então, qualquer coisa que se fizer na universidade, o impacto, segundo eles, é muito forte. Então a restituição financeira que cai sobre o MEC, é uma das restituições, como a gente tem o contigente mais importante na folha de pessoal, dos civis, então temos de sofrer maiores restrições em termos de crescimento, essa é a lógica para área econômica, por isso nossa questão é política, enxergando por essa ótica cronológica não há solução econômica, a solução tem que ser política para essa greve. Foi importante colocar que a ciência e tecnologia é a carreira mais próxima da gente, até por que o trabalho dos institutos de pesquisas, a tabela deles é bem diferenciada da nossa. Uma das reivindicações, inclusive dos funcionários da FASUBRA, é voltar com a tabela de vencimentos do mês de setembro, dos vencimentos dos técnicos e pesquisadores, e em cima disso discutir gratificação. Qual é a lógica dessa proposta? É que é uma

carreira próspera, logicamente, o governo entendeu que merece uma tabela de vencimento extra, por que não comparar com ela? Essa é uma lógica interessante, ela pode até, dentro dos paralelismos necessários e diferenças, ser adaptada também aos docentes. O importante é que há uma, se é possível 2002 e 2003 também ter uma discriminação específica por causa de uma gratificação, e também o número deles é razoável, 50 mil servidores, 60 mil. Então, são poucas as categorias que não tiveram esses benefícios dessa medida provisória, que hoje virou praticamente uma lei. Essas medidas provisórias antigas ficam permanentes, até que se faça ou uma revogação através de projetos de conversão, significa anular uma lei e criar outra lei, ou então que façam outra lei editando a medida provisória. Em suma, isso aí é uma lei, strito sensu, apesar de formalmente ser uma medida provisória de caráter continuado, ou seja, não precisa mais de reedição. Bom, esse é um quadro, esse é um ponto importante para o debate, em que vocês vão ter na outra greve, é analisar esse quadro, e porque o governo está dando, tanto, tão discriminadamente setores dos servidores federais."

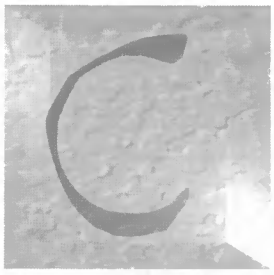


*Esta assembléia foi realizada no 20 de setembro de 2001 no Auditório da Reitoria da UFMG.

Cláudio Santos

Assembléia Temática*

Regime de emprego público



ompuseram a mesa Beatriz Couto (Presidente da Apubh), como coordenadora do debate e Cláudio Santos, Assessor Jurídico da ANDES-SN

Exposição de Cláudio Santos

"A oportunidade de estar aqui nessa assembléia para debatermos uma questão que no nosso entendimento é primordial e bastante importante no atual momento em que vive a universidade brasileira no seu particular, e o serviço público federal no âmbito mais geral. Fomos convidados para tratar da questão do emprego público na universidade e também no serviço público federal. Procurarei expor, dentro do que me foi pedido, acerca do mais atual em relação a essa matéria, tendo em vista que há projeto do MEC para que seja implementado no âmbito das universidades federais e também o questionamento perante o Supremo Tribunal Federal, não em relação a possibilidade de contratação no serviço público, pela CLT, pelo Regime do Emprego público, como também em relação a própria Reforma Administrativa proposta na Emenda Constitucional 19, promulgada em junho de 1998. Então, proponho pautar minha exposição nesses dois aspectos, no que diz respeito a pertinência e a possibilidade de existência de um regime de natureza privada no setor público, e num segundo momento, as perspectivas que o Supremo Tribunal Federal vai enfrentar para apreciar essa matéria.

No que diz respeito a esta questão legal da reforma do Estado, todos vocês têm conhecimento, há tempos o governo federal pretende implementar a Reforma do Estado. E ele o conseguiu por intermédio da aprovação da Emenda Constitucional 19, que reformou toda a administração pública, incluindo dentro dos seus princípios aquele em relação a eficiência, e também a possibilidade de não existir mais apenas o Regime Jurídico Único para os servidores públicos, que é a parte que nos interessa, mas uma multiplicidade de regimes jurídicos para a contratação na administração pública. Enfim, houve a flexibilização da questão da estabilidade, a possibilidade de vinculação à previdência complementar, à previdência privada e toda uma forma de acordo com essa nova lógica do governo federal, de o Estado afastar-se da iniciativa privada e cuidar apenas daquelas atividades típicas, diante daquela reforma que foi preconizada pelo Bresser Pereira em 1993, em 94, que só veio a se concretizar com a Emenda Constitucional nº 19. Ainda que eles tenham, por intermédio de leis, implementado parte dessa reforma administrativa. Mas a modificação substancial que a Emenda Constitucional 19 trouxe, é exatamente a quebra do Regime Jurídico Único, ou seja, em 1998, o constituinte resolveu unificar os regimes jurídicos do serviço público, e previu que haveria um regime único, o que de fato aconteceu com a Lei 8112. Antes da Constituição de 1988, nós tínhamos a coexistência de dois regimes, a Lei 1711, que era o Estatuto do Servidor Público, e já no final da década de 60, no início da década de 70, começou-se a contratar empregados públicos pelo regime da CLT; em 88 houve a unificações desses regimes e em 90 isso se concretizou. E no nosso entendimento, ou seja, 10 anos depois da Constituição, em 1988, aprova-se uma Emenda Constitucional, em que volta a possibilidade de ter vários regimes, e não só o do Emprego Público. A princípio, as universidades poderiam criar um regime próprio para os seus servidores, assim como o Ministério da Ciência e Tecnologia, assim como o Itamarati, enfim, qualquer rede da administração pública poderá criar o regime próprio, porque a constituição retirou a obrigatoriedade de apenas um regime para os servidores públicos. E como corolário dessa Emenda Constitucional 19, foi editada uma lei genérica, dispondo sobre o regime em emprego público. Claro, preservou-se a necessidade de contratação de empregado por concurso público, manteve-se essa obrigatoriedade, tanto

que a própria constituição estabelece, inclusive para as empresas públicas, da economia mista, Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica, todos eles ainda que submetido ao regime privado, têm que fazer concurso público. E assim como acontece para o cargo público, existe a possibilidade de solução e de continuidade desse pacto entre o empregado público e a administração, desde que ocorram muitas causas da CLT que tratam da justa causa, da despedida por justa causa, também em relação ao excesso de despesas, e para contemplar a deficiência do jurídico em 1998, a Emenda Constitucional 19, a possibilidade de insuficiência de desempenho, ou seja, a possibilidade de perda do emprego público, ou do cargo, também já existe, por insuficiência de desempenho. A partir de agora, tanto o servidor, quanto o empregado público, serão avaliados e poderão perder o seu cargo, perder o seu emprego, ser demitidos, se forem ineficientes. Abro parêntese para dizer que a lógica da iniciativa privada foi importada pelo serviço público, mas sem que se conferisse aos servidores públicos as mesmas possibilidades que têm os trabalhadores da iniciativa privada, na qual o seu sindicato, as suas entidades sindicais, são sujeitos de direitos perante o seu patrão, e podem celebrar acordo coletivo, coisa que não existe para os servidores públicos, o sindicato não pode celebrar acordo coletivo, não pode entabular negociação coletiva tal como é para a iniciativa privada. Então, há essa possibilidade de demissão do servidor público e do empregado, garantidas na lei que regulamenta o emprego público e volta e meia o movimento docente é surpreendido com uma proposta do MEC para implementar o emprego público nas universidades. Até o presente momento não foi encaminhado o projeto de lei, mas no caso das universidades, o emprego público aparece como um atrativo muito grande para a reitoria, para os reitores, para a universidade, porque pode-se vislumbrar que a tão sonhada e almejada autonomia universitária poderá se concretizar por intermédio da contração, via CLT, do emprego público. Então é uma armadilha que o governo federal cria e que muitos reitores poderão sucumbir, entendendo que não, na verdade agora, a autonomia que nós queremos, vai se efetivar por intermédio de uma carreira própria, de uma desvinculação completa de todos os servidores, vamos criar um regime jurídico próprio para nossa universidade. Só que não é isso que vem no projeto do MEC. O que vem no projeto do MEC, e isso acompanha toda a reforma que vem acontecendo na esfera trabalhista, na esfera administrativa, é a precarização das relações de trabalho. O que se pretende com o emprego público é possibilitar a precarização das relações do servidor público com a universidade. Não se quer melhorar, pelo menos numa análise preliminar dessa matéria; não se pretende melhorar a qualidade do serviço público que é oferecido à população. Pelo contrário, o Estado quer ter o controle empresarial para, na hora que aquele servidor, professor não for mais eficiente, ele pode se desfazer daquele ineficiente e contratar outro eficiente. Nós sustentamos que, mesmo para as demissões no caso de emprego público, haveria necessidade de instalação de um processo disciplinar, de se apurar se efetivamente o professor regido pelo emprego público, poderia ou não ser demitido. E tem que se aguardar, claro, o projeto de lei ser entregue ao Congresso Nacional para que a gente possa trabalhar efetivamente. Mas o que transparece nessa proposta, e vem com essa reforma do Estado, é essa idéia de precarização efetivamente, como acontece na iniciativa privada, em que a flexibilização e a desregulamentação estão atingindo um nível cada vez maior, muitas vezes chancelado pelo poder judiciário. Então em relação ao emprego público, nós teríamos essa crítica em relação a proposta. No primeiro momento, da incompatibilidade do Regime jurídico celetista com o serviço público, não há que se falar na importação de um regime privado para o serviço público. Isso já existiu na organização administrativa brasileira e a Constituinte de 88 rechaçou, afastou, não pode numa bandeira, em nome de uma precarização, de uma eficiência, retroceder para o convívio entre servidores de 1ª classe, que serão servidores que terão garantias estatutárias

e servidores de 2ª classe, que serão empregados públicos, servidores de carreira típicas de estado, como prevê o Bresser Pereira e Fernando Henrique Cardoso, e servidores de 2ª classe, que podem a qualquer momento ser substituídos porque não tem importância para o serviço público. Não é essa a concepção de serviço público que se quer que se implemente para o país. Claro, nós poderíamos fazer uma ressalva de que o regime jurídico hoje é uma medida provisória que vem sendo reeditada, porque já foi dilapidado durante esses 10 anos de existência, 11 anos de existência, digamos de Lei 8112, e houve uma precarização também do âmbito do regime jurídico único. Quer dizer, a lógica que o governo federal, implementou, a partir de 1994, para a iniciativa privada, foi incluída também no setor público, e o regime jurídico único vem sendo sistematicamente recortado, e vários direitos de vocês servidores públicos foram retirados no mundo jurídico, o que ensejou várias ações judiciais.

Em relação ao emprego público, outra parte que eu queria trazer para vocês, há ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, nas quais os partidos de oposição PT, PDT e PC do B questionam, no primeiro momento, a própria Emenda Constitucional 19, toda a emenda que foi promulgada em 1988. Vai ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, tem questões formais, a sua redação foi modificada em uma casa e não houve retorno para a outra casa do Congresso Nacional para que fosse aprovada, e eles aprovaram a toque de caixa, desrespeitando elementos formais. Esse é um aspecto. Outro aspecto interessante é que, no final do ano passado, do ano 2000, foi editada uma lei disciplinando a contratação para as agências reguladoras, aquelas agências reguladoras que são fruto da reforma administrativa, em que o estado se afastou do controle das concessões e permissões do serviço público e criou agências reguladores que nada mais são do que as autarquias em regime especial que tem esse poder de fiscalizar: ANATEL, ANF, e todas essas agências. O PT ajuizou uma ação de inconstitucionalidade, e o Ministro Marco Aurélio, que estava na presidência, concedeu liminar vedando a contratação pelo regime de CLT para essas reguladoras. A administração pública não pode efetivar os concursos públicos que estavam previstos na lei, para contratar empregados públicos para agências reguladoras e o argumento sustentado nessa ação de inconstitucionalidade é o seguinte: o fato da Emenda Constitucional 19 ter acabado com a obrigatoriedade de apenas um regime, não significa necessariamente que o outro regime é a CLT, o regime da CLT não é aplicável e não é o regime ideal para o serviço público, para a relação do trabalhador do governo federal. Então há essa liminar. Quando ela foi levada ao Supremo Tribunal Federal, os ministros se deram conta de que há mais três ações sobre a mesma matéria, inclusive uma que é mais abrangente que é de toda a Emenda Constitucional 19. Ela vem sendo levada mas ela não foi julgada, provavelmente o será na próxima quarta-feira, ou quinta-feira e que o Supremo Tribunal Federal vai avaliar no mérito a Emenda Constitucional 19, que diz respeito aos aspectos formais e ao emprego público para a administração federal. O despacho do Ministro Marco Aurélio é muito interessante porque não se pode falar de contratação de natureza privada para o setor público. O setor público precisa de um regime público, de um regime de garantia de privilégio para o servidor público, aliás, não é a garantia para o servidor público, é a garantia de que precisa ter o servidor público com estabilidade, regido pelo regime público, para que possa prestar um serviço público. Imagine vocês se na universidade, e aí há uma brecha na lei do emprego público que se os entes da administração pública celebrarem um contrato de gestão não estão obrigados a observar os requisitos da lei. Quais são os requisitos da lei: Demissão só em caso de excesso de despesas, insuficiência de desempenho e falta grave, celebrar um contrato de gestão, e por intermédio desse contrato de gestão, contratar empregados públicos, ela vai poder demitir sem justa causa, dá o aviso prévio, 30 dias e um abraço. Ainda mais agora, porque no projeto do MEC existe a vontade de se criar o professor auxiliar de

ensino. Enfim, uma modificação completa na carreira dos docentes, e a gente vem sustentando isso, vem debatendo essa matéria muitas vezes nos encontros jurídicos do ANDES. Enfim, o sindicato nacional tem se preocupado com esta questão e há elementos, há pareceres que são no sentido de subsidiar a ação jurídica porque é uma armadilha o emprego público, e em nada vai ajudar a universidade um regime dessa natureza celetista aqui em nossos quadros."

Como proposta de encaminhamento, a assembléia indicou a realização de uma moção ao Ministério nos termos sugeridos pelo expositor, cobrando coerência no julgamento da Emenda Constitucional nº 19, colocando essa questão, e que a gente disponibilize uma carta para os professores, para inundar o e-mail dos ministros com pedido nessa direção.



*Esta assembléia temática foi realizada no dia 5 de outubro de 2001 no Auditório da Reitoria da UFMG.

José Carlos de Oliveira

George Sobrinho Silva

Cristiano Túlio Maciel Albuquerque

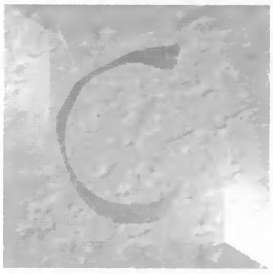
Antônio Firmino Matozinhos

José Carvalho Lemos

Fausto Pereira dos Santos

Assembléia Temática*

A crise na educação e na saúde

ompuseram a mesa Maria José Grillo (Diretora da Escola de Enfermagem da UFMG), como coordenadora do debate; José Carlos de Oliveira (SIND-IFES); George Sobrinho Silva (Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem); Cristiano Túlio Maciel Albuquerque (Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina); Antônio Firmino Matozinhos (Presidente do Conselho de Saúde do HC/UFMG e presidente da Leuceminas); Prof. José Carvalho Lemos (Diretor do HC/UFMG); Fausto Pereira dos Santos (médico sanitarista, doutorando da Unicamp, consultor do Ministério da Saúde na área de controle e avaliação, militante do movimento sanitarista, Secretário Adjunto Municipal de Saúde de Ipatinga, em 94 e Secretário Adjunto Municipal de Belo Horizonte, em 1998).

Sob a temática da crise que vem acometendo os setores da educação e da saúde, o debate tratou mais especificamente da grave situação apresentada pelo Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, abordando os problemas vivenciados pelo setor da saúde e da educação, e como ela se reflete neste hospital universitário, que tem, como identidade peculiar, sua vocação para o ensino.

A necessidade de se realizar uma assembléia com este tema se tornou premente a partir do momento em que, tal como foi enfatizado pelos debatedores, o caráter da crise mais ampla pela qual as universidades estão passando, há vários anos, tem se tornado mais acirrado e com efeitos alarmantes. Essa crise foi gerada, fundamentalmente, pela escassez de recursos, atrasos no repasse de verbas e pela falta de alocação e reposição de pessoal pelo Governo Federal, situação agravada pelo crescente aumento de aposentadorias; defasagem de salários; estagnação da carreira docente; inadequação das condições de trabalho; grande incidência de doenças ocupacionais e de estresse decorrentes de jornadas excessivas de trabalho. Foi enfatizada, especialmente, a descaracterização do HC como hospital-escola, com a sua vinculação ao Sistema Único de Saúde - SUS e, por conseguinte, a sua transformação em instituição assistencial, com efeitos negativos para o seu caráter de unidade de ensino e pesquisa.

Os participantes do debate realizaram o diagnóstico dessa crise partindo do pressuposto de que o HC é um hospital universitário, portanto, de ensino e de referência. Atende crianças vindas de diversas e longínquas regiões do Brasil, como Acre, Bahia e Espírito Santo, que procuram o hospital para obter a cura do câncer. Pela sua importância e significado social e científico, salientaram, esse hospital jamais poderia estar passando pelas dificuldades que lhe atingem atualmente e por ingerências do Governo Federal de natureza muito questionável.

Segundo dados apresentados, os hospitais universitários no país embora correspondam a 2,4% do total de hospitais credenciados no SUS, oferecem 9,8% dos leitos. Esse dado confirma, claramente, a sua importância. Por serem considerados hospitais de alta complexidade, eles recebem a maioria dos casos em que as alternativas terapêuticas foram esgotadas no âmbito do Sistema. Esse processo vem, contudo, legitimando e reafirmando a lógica do tratamento que o Governo Federal tem concedido a esses hospitais. Um dos aspectos desse esquema é a forma que vem sendo adotada para financiar essas instituições, incluindo desde os convênios MEC/Inamps, implementados a partir do início da década de 80, até, mais recentemente, a política de inserção desses hospitais nos sistemas municipais de saúde. O Governo estaria provocando, com suas medidas, o estrangulamento contínuo destas instituições obrigando-as, como às universidades, a procurar outras fontes alternativas de financiamento. No caso específico da área da Saúde, o MEC estaria, gradativamente, deixando de financiar os hospitais universitários. Além da retirada de orçamentos, tem ocorrido também um processo gradativo de desobrigação governamental com o provimento de pessoal. Não faz parte dessa política apelar para demissões, mas sem

reajuste de salários, sem reposição dos aposentados, sem reposição dos demissionários e dos óbitos, chega-se ao enxugamento almejado. Assim, se o hospital quiser contar com mais pessoal, tem que procurar outras alternativas de financiamento.

Segundo os debatedores, à medida em que os hospitais universitários deixam de contar com o financiamento do MEC e passam a se manter através do SUS, eles se transformam em hospitais inseridos nesse Sistema e a receber remunerações por procedimentos. Inicia-se, assim, uma outra lógica de funcionamento, dependente do número de internações, de procedimentos que gerem receitas, através das quais será possível contratar funcionários. A mudança na lógica do financiamento das atividades, em grande parte colada ao que se produz como procedimentos, gera, para o hospital, por ser uma unidade universitária, problemas, distorções. Um exemplo dessas conseqüências se refere à atividade de pesquisa, fundamental tanto para o ensino de graduação e mais ainda para o de pós-graduação, considerando a extrema importância do HC, em Minas Gerais, como talvez o maior centro formador para esse nível do Estado, um dos maiores do país. O financiamento dessa formação fica inviabilizado pois ele não faz parte da lógica que vem sendo adotada, não podendo ser assegurado pelo SUS e pelas faturas.

Como conclusões, os debatedores enfatizaram a necessidade de maior participação dos diversos sujeitos que se encontram implicados na situação do HC, especialmente, professores, alunos e funcionários. Uma das formas de assegurar essa participação se realiza por meio de representações em conselhos e mediante eleições internas e externas (gerais). Enfatizaram, ainda, a importância das instâncias de administração bi e tripartite, como os conselhos municipais, estaduais e nacionais de saúde, pois se tornaram um imperativo o conhecimento e a interferência da comunidade acadêmica nessas estruturas.

Como proposta de encaminhamento, a assembléia indicou a realização de reunião com o objetivo de dar continuidade ao processo de discussão e de efetivação de núcleo de trabalho tendo em vista a elaboração de propostas, tal como a programação de seminários e a elaboração de documento que materialize as discussões realizadas.







PONTOS DE VISTA



Nota explicativa

Para esta seção, encaminhamos a um grupo de professores, que se destacaram pelo grau de seu envolvimento e de sua participação na greve de 2001, um roteiro de entrevista auto-aplicável acompanhado da seguinte carta:

Caro(a) Prof(a).,

Estamos realizando uma pesquisa junto aos professores que participaram direta ou indiretamente da greve de 2001. Nosso objetivo é o de poder apresentar na revista Caminhos Edição Especial Greve de 2001, uma avaliação desse movimento, buscando contemplar diferentes perspectivas de análise, inclusive daqueles que se posicionaram contrários à greve.
Numa consulta prévia que realizamos junto a uma amostra de associados, seu nome foi indicado para prestar esse depoimento em razão do significado da sua atuação nesta greve e/ou em outros momentos do movimento docente.
O roteiro das questões consta de duas partes. A primeira solicita seus dados de identificação. A segunda, expressões de sua avaliação segundo itens específicos.
Com relação a esta segunda parte, pedimos que você:

1. Especifique com objetividade e clareza o seu entendimento, procurando não sobrepor os temas tratados.
2. Faça referência temporal da sua avaliação, esclarecendo sempre se se trata de uma interpretação relativa à época da greve ou ao presente. Você pode incluir ambas e justificar a diferença entre elas, se for o caso.
3. Ao se referir aos acertos e equívocos, se possível, justifique seu julgamento e diga quem os cometeu.

Contamos com sua colaboração, pois acreditamos que esse dossiê sobre a greve de 2001 pode ser um registro de fundamental importância para a história de nossas lutas, da universidade e de nossa categoria profissional.
Agradecemos a sua colaboração e solicitamos que nos retorne o mais breve possível.

Atenciosamente,

Profª Lucília Machado
Membro do Conselho Editorial da Revista Caminhos/Apubh.

Entretanto, obtivemos retorno de apenas três dos trinta e seis professores contatados, o que veio a comprometer o objetivo inicial desta matéria, que era o de analisar as respostas obtidas por categorias analíticas de modo a identificar pontos de convergência e de divergência entre os entrevistados. Decidimos, então, publicar, na íntegra, os três depoimentos recebidos em respeito ao empenho desses professores e em razão da relevância e qualidade das contribuições que eles nos ofereceram.

NOME
Maria José Cabral Grillo Caldeira Brant
DEPARTAMENTO
Enfermagem Básica
UNIDADE
Enfermagem
ANO DE ENTRADA NA UFMG
1978
SITUAÇÃO FUNCIONAL
Ativa
TITULAÇÃO
Mestrado
CLASSE
Assistente
NÍVEL
4
IDADE
49
SEXO
Feminino
ATIVIDADES DE ENSINO
Graduação
Especialização
N° DE GREVES DE PROFESSORES DA UFMG DE QUE JÁ PARTICIPOU
Mais de duas
N° DE VEZES QUE PARTICIPOU DA DIREÇÃO DA APUBH
Uma
N° DE VEZES QUE PARTICIPOU DE COMANDOS LOCAIS DE GREVE
Mais de uma

SEGUNDA PARTE

ACERTOS E EQUÍVOCOS COMETIDOS NA GREVE DE 2001 COM RELAÇÃO A

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	
Acertos	Considero que a pauta estava correta.
DEFINIÇÃO ADOTADA POR GREVE CONJUNTA DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM OPOSIÇÃO À OPÇÃO POR GREVE ESPECÍFICA DE PROFESSORES.	
Acertos	Fortalece a visão do todo, o sentido de pertencer a um movimento único contra um projeto que é danoso a todos; nega a visão corporativa naquilo que é negativa.
PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	
Acertos	Considerando que poucos deixam de ser efetivados, é importante o envolvimento pois são o futuro da Universidade, no mínimo é um aprendizado
ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E DE AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO	
Acertos	Assembléias temáticas; definição de não realização do vestibular.
Equívocos	Discussão repetitiva e desgastante "o que para e o que não para"; a manutenção de atividades formais mantém os docentes e discentes na Unidade. Como temos encaminhado, acabam sendo mantidas as atividades de "interesse pessoal" (prestação de serviços, por exemplo) e administrativas "para ganhar tempo" gerando conflitos interpessoais.
PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO	
Acertos	Considero que não tem nenhuma repercussão pública e dispersa os docentes.
PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
Acertos	Devem ser mantidas e utilizadas de forma bastante organizada, como instrumento de divulgação do movimento para a população.
EXAME VESTIBULAR	
Acertos	Foi um ponto positivo e bem conduzido.
SEMESTRE LETIVO	
Acertos	A pergunta é se foi adequado ser no 2º? Penso que sim, pois tem-se a possibilidade de usar o vestibular como instrumento de pressão.
ESTRATÉGIAS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	
Acertos	Devíamos envolver mais os pais dos alunos, talvez, e não só durante uma greve. Deveríamos pensar estratégias de envolvimento da Sociedade com a Universidade no cotidiano. Criar um sentimento de que a Universidade pertence à sociedade.

ESTRATÉGIAS DE RELACIONAMENTO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	
Acertos	Penso que foram adequadas.
ESTRATÉGIAS DE SAÍDA DA GREVE	
Acertos	Sempre é o pior momento, fica um vazio incomodo. A discussão nas Unidades para posição na Assembléia Geral é importante, mas nem sempre representativa. Sente-se o fim e sofre-se com as conseqüências (semestres letivos posteriores sobrecarregados).
TERMOS DO ACORDO PARA PÔR FIM À GREVE	
Acertos	Depois de tanto tempo de paralisação, busca-se uma saída honrosa. O termo, portanto, é o possível dentro de um contexto; pode não ser avaliado como o adequado em outro contexto, posteriormente, por exemplo.
Equívocos	A polarização entre o que é bom para antigos e novos professores não foi producente.
REPOSIÇÃO DOS DIAS EM QUE HOUVE PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES	
Acertos	Integral, é o correto, do meu ponto de vista, apesar de ser um fator desestimulador para outras mobilizações.
ATUAÇÃO DA APUBH	
Acertos	Coerente, dinâmica e democrática.
ATUAÇÃO DA REITORIA	
Acertos	Não confronto quanto a não realização do vestibular.
Equívocos	Encaminhamento de correspondência aos diretores com indicativo de lista de grevista ou algo similar.
ATUAÇÃO DOS ESTUDANTES	
Acertos	Liderança – discussão política de e em todo o processo; posicionamento em Assembléias docentes.
Equívocos	Grande maioria: alienação, desmotivação, aceitação pacífica.

NOME
Beatriz Couto
DEPARTAMENTO
Urbanismo
UNIDADE
Arquitetura
ANO DE ENTRADA NA UFMG
1980
SITUAÇÃO FUNCIONAL
Ativa
TITULAÇÃO
Doutorado
CLASSE
Titular
NÍVEL
Único
IDADE
51
SEXO
Feminino
ATIVIDADES DE ENSINO
Graduação
Especialização
Nº DE GREVES DE PROFESSORES DA UFMG DE QUE JÁ PARTICIPOU
Mais de duas
Nº DE VEZES QUE PARTICIPOU DA DIREÇÃO DA APUBH
Mais de uma
Nº DE VEZES QUE PARTICIPOU DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA APUBH:
Mais de uma
Nº DE VEZES QUE PARTICIPOU DE COMANDOS LOCAIS DE GREVE
Mais de uma
Nº DE VEZES QUE PARTICIPOU DE COMANDOS NACIONAIS DE GREVE
Mais de uma

SEGUNDA PARTE

ACERTOS E EQUÍVOCOS COMETIDOS NA GREVE DE 2001 COM RELAÇÃO A

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	
Equívocos	Reajuste linear e não reajuste na carreira.
DEFINIÇÃO ADOTADA POR GREVE CONJUNTA DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM OPOSIÇÃO À OPÇÃO POR GREVE ESPECÍFICA DE PROFESSORES.	
Acertos	Correta como proposta inicial.
Equívocos	Incorreta quando não se configura greve dos SPF.
PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	
Acertos	Correta e apoiada pelo movimento.
PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS	
Acertos	Correta e apoiada pelo movimento.
ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E DE AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO	
Acertos	Assembléias duas vezes por semana; assembléias temáticas; resistência ao corte de salário através de empréstimo especial; suspensão do vestibular.
Equívocos	Insistência em marcar eventos fora do campus mesmo quando os professores já haviam demonstrado não estarem dispostos a participar.
INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO	
Acertos	AG manteve autonomia de decisão e recusou voto de representação das unidades.
Equívocos	Não se conseguiu incentivar as deliberações de assembléias de unidades; falsa dicotomia entre AG e assembléia de unidade; não conseguiu tomar posição quanto à eleição de Reitor.
DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLÉIAS	
Acertos	Proposta de mudança no regimento do CNG; propostas de carreira ao movimento nacional; alteração da proposta de incorporação da GAE; apoio à paridade entre 1°, 2° e 3° graus e entre ativos e aposentados.
Equívocos	Aceitação inicial de proposta de incorporação da GAE.
DELIBERAÇÕES DO COMANDO NACIONAL DE GREVE	
Acertos	Manutenção da exigência de paridade entre ativos e aposentados e entre 1°, 2° e 3° graus.
Equívocos	Ausência de atuação política assim que a greve se manifestou, já com toda a força, logo nos primeiros dias; manter a proposta de greve conjunta com os SPF mesmo quando não se configurava uma greve dos SPF e sequer havia uma greve do setor da educação; recusa de negociar com o MEC até quando a greve dos professores entrou em declínio; proposta de saída de greve e a própria saída de greve definidas pelo CNG antes de rodada nacional de AG, ferindo a democracia do movimento; falta de atuação junto à CAPES e CNPq para suspensão de prazos de editais de pesquisa; táticas de protelamento para não considerar as propostas das AG; autoritarismo e demonização das posições minoritárias.
PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO	
Acertos	Paralisação das atividades didáticas;
Equívocos	Manutenção de todo o calendário de financiamento de novas atividades quando 90% das universidades no Brasil estavam paralisadas.
PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA	
Acertos	Manutenção de pesquisas cuja interrupção acarretaria perda do trabalho já executado.
Equívocos	Manutenção das demais atividades de pesquisa com vistas à avaliação de produtividade pessoal e do programa.

PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
Acertos	Paralisação com divulgação das atividades à sociedade; suspensão da Semana do Conhecimento.
Equívocos	Divulgação da extensão poderia ter sido maior.
EXAME VESTIBULAR	
Acertos	Manutenção da decisão dos funcionários de impedir a realização do vestibular.
Equívocos	Solução por decurso de prazo.
SEMESTRE LETIVO	
Acertos	Retomada em janeiro, permitindo o descanso em dezembro; extensão da reposição por um período mais longo, diminuindo o peso da reposição.
Equívocos	A reposição poderia ter sido ainda mais alongada.
ESTRATÉGIAS DE RELACIONAMENTO COM O GOVERNO FEDERAL	
Acertos	Manutenção do pagamento dos salários; resistência ao projeto do governo de lei de greve.
Equívocos	Decisão de não conversar com o governo federal; campanha "cumprir o acordado" quando o governo desistiu da incorporação da GAE: a hora era de apresentar nova malha salarial.
ESTRATÉGIAS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	
Acertos	Manter a greve na mídia; apresentar as atividades dos professores no parque.
Equívocos	Pouca mobilização em atividades fora do campus.
ESTRATÉGIAS DE RELACIONAMENTO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	
Acertos	Trabalho sistemático de relacionamento com as mídias rendeu cobertura extensa e inédita,
ESTRATÉGIAS DE SAÍDA DA GREVE	
Equívocos	Demora em reconhecer o declínio do movimento; decisão de saída tomada unilateralmente pelo CNG sem rodada nacional prévia de AG para avaliar proposta de reajuste.
TERMOS DO ACORDO PARA PÔS FIM À GREVE	
Acertos	Abrir mão de reajuste linear.
Equívocos	Ausência de proposta de malha salarial amadurecida no movimento levou a reajuste muito diferenciado entre carreiras e níveis; perda de steps definidos em lei; jogar a matéria para mesa de negociação pós-greve.
REPOSIÇÃO DOS DIAS EM QUE HOUVE PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES	
Acertos	Extensão do prazo de reposição.
Equívocos	Na UFMG o prazo ainda poderia ser maior.
ENCAMINHAMENTOS PÓS-GREVE	
Equívocos	Estender a greve de tal forma que não houve chance de discutir as matérias antes de fechar a negociação.
ATUAÇÃO DA APUBH	
Acertos	Insistir na democracia do movimento e em pauta específica; discussão com o Reitor, o Conselho Universitário, com a Secretária de Ensino Superior do MEC, com os deputados mineiros e no Congresso Nacional.
Equívocos	Dificuldade de organizar as posições nacional e regional para a defesa de nossos pontos de vista.

ATUAÇÃO DA ANDES	
Acertos	Avanço na consolidação da democracia brasileira no episódio em que o judiciário sustentou o pagamento da folha contra decisão do executivo.
Equívocos	Insistir em greve geral sem base política e às expensas de conquistas dos professores em greve; autoritarismo no trato com as diferenças de opinião no MD.
ATUAÇÃO DA REITORIA	
Acertos	Incentivo à negociação com o MEC.
ATUAÇÃO DOS ESTUDANTES	
Acertos	Greve discente; apoio rápido à greve dos professores; iniciativa e participação nas atividades de greve, por exemplo, UFMG na lona.
MANIFESTAÇÃO LIVRE SOBRE PONTO(S) NÃO DESTACADO(S) ACIMA	
Acertos	Apoio dos funcionários ao movimento dos professores; suspensão pelos funcionários da semana do conhecimento e do vestibular; mobilização da ANDIFES na SBPC e sua iniciativa para restabelecer negociação com o Congresso.
Equívocos	Confronto interno de funcionários com os professores.

NOME
Walter Ernesto Ude Marques
DEPARTAMENTO
DECAE
UNIDADE
FAE
ANO DE ENTRADA NA UFMG
1995 (como efetivo)
SITUAÇÃO FUNCIONAL
Ativo
TITULAÇÃO
Doutorado
CLASSE
Adjunto
NÍVEL
I
IDADE
47
SEXO
Masculino
ATIVIDADES DE ENSINO
Graduação
Especialização
Nº DE GREVES DE PROFESSORES DA UFMG DE QUE JÁ PARTICIPOU
Duas
Nº DE VEZES QUE PARTICIPOU DE COMANDOS LOCAIS DE GREVE
Uma
Nº DE GREVES FORA DA UFMG DE QUE JÁ PARTICIPOU
Mais de uma

SEGUNDA PARTE

ACERTOS E EQUÍVOCOS COMETIDOS NA GREVE DE 2001 COM RELAÇÃO A

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES	
Acertos	Defesa da universidade pública, contextualizar o problema.
Equívocos	Centralizar, algumas vezes, a discussão no aspecto salarial.
DEFINIÇÃO ADOTADA POR GREVE CONJUNTA DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM OPOSIÇÃO À OPÇÃO POR GREVE ESPECÍFICA DE PROFESSORES.	
Acertos	Momentos conjuntos de ação: tomada da COPEV, etc.
Equívocos	A fragmentação do movimento que tenta separar as duas categorias.
PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	
Acertos	Serem incluídos como colegas de trabalho.
Equívocos	Alguns temeram participar, por pressão ou desinformação.
PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS	
Acertos	Alguns participaram.
Equívocos	Outros não se incluíram ou não foram incluídos pelos colegas.
ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E DE AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO	
Acertos	Assembléia por unidades e comissões diversas.
Equívocos	A lamentável discussão entre Comando Nacional e Local.
INSTÂNCIAS DE DELIBERAÇÃO	
Acertos	Houve consultas às unidades.
Equívocos	Por outro lado, pouca participação em algumas unidades.
DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLÉIAS	
Acertos	Informações locais e nacionais, e voto amplo.
Equívocos	Mudanças de horários e locais.
DELIBERAÇÕES DO COMANDO NACIONAL DE GREVE	
Acertos	Abriu canal de negociação com o governo.
Equívocos	Divisão com alguns comandos locais.
PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO	
Acertos	Houve adesão de algumas unidades.
Equívocos	Não houve uma discussão mais aprofundada.
PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA	
Acertos	Permanência das pesquisas relevantes.
Equívocos	Não houve uma discussão mais aprofundada.
PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
Acertos	Manter as mais relevantes na sociedade.
Equívocos	Faltou mais discussão sobre o tema.
EXAME VESTIBULAR	
Acertos	A paralisação do processo.
Equívocos	Construir estratégias de discussão com a sociedade (Faltou).

SEMESTRE LETIVO	
Acertos	A interrupção do semestre.
Equívocos	Sacrificar as férias dos colegas.
ESTRATÉGIAS DE RELACIONAMENTO COM O GOVERNO FEDERAL	
Acertos	Manter algumas das reivindicações propostas.
Equívocos	A divisão do movimento.
ESTRATÉGIAS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	
Acertos	Manter a mídia informada.
Equívocos	Não conseguirmos criar eventos sociais.
ESTRATÉGIAS DE RELACIONAMENTO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	
Acertos	No geral foi bom.
ESTRATÉGIAS DE SAÍDA DA GREVE	
Acertos	O retorno se deu pelo consenso.
Equívocos	Não se deu continuidade aos "calos da greve".
TERMOS DO ACORDO PARA PÔS FIM À GREVE	
Acertos	No momento foi importante para questionar o governo FHC.
Equívocos	A pauta foi reduzida.
REPOSIÇÃO DOS DIAS EM QUE HOUVE PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES	
Acertos	Provou turbulências que remetem à discussão da greve.
Equívocos	Sacrificou os professores, de alguma forma.
ENCAMINHAMENTOS PÓS-GREVE	
Equívocos	Não se dá continuidade ao debate.
ATUAÇÃO DA APUBH	
Acertos	Procurou criar espaços de discussão.
Equívocos	Não construiu debates antes e depois do fato da greve.
ATUAÇÃO DA ANDES	
Acertos	Foi firme diante do governo FHC.
Equívocos	Fragmentou o movimento.
ATUAÇÃO DA REITORIA	
Acertos	Apoiou algumas discussões do movimento.
Equívocos	Não compareceu à nossa assembléia.
ATUAÇÃO DOS ESTUDANTES	
Acertos	Alguns estiveram presentes.
Equívocos	Fragmentação da categoria.

CUL
TU
RAL

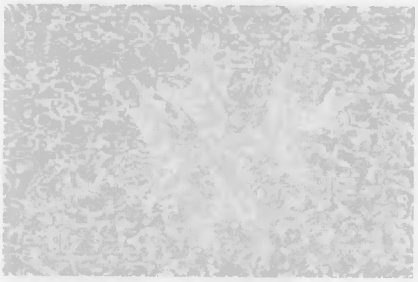


GREVE

Arte longa vida breve
Escravo se não escreve
Escreve só não descreve
Grifa grifa grafa grava
Uma única palavra
GREVE

Augusto de Campos
1962





Linha de montagem

Linha linha de montagem
A cor a coragem
Cora coração
Abecê abecedário
Ópera operário
Pé no pé no chão

Eu não sei bem o que seja
Mas sei que seja o que será

O que será que será que se veja
Vai passar por lá

Pensa pensa pensamento
Tem sustém sustento
Fé café com pão
Com pão com pão companheiro
Pára paradeiro
Mão irmão irmão

Na mão, o ferro e ferragem
O elo, a montagem do motor
E a gente dessa engrenagente
Dessa engrenagente
Dessa engrenagente
Dessa engrenagente sai maior

As cabeças levantadas
Máquinas paradas
Dia de pescar

Pois quem toca o trem pra frente
Também de repente
Pode o trem parar

Eu não sei bem o que seja
Mas sei que seja o que será

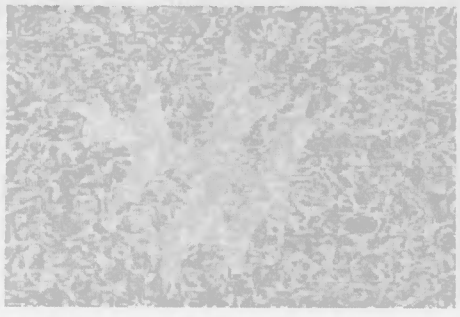
O que será que será que se veja
Vai passar por lá

Gente que conhece e prensa
A brasa da fornalha
O guincho do esmeril
Gente que carrega a tralha
Ai, essa tralha imensa
Chamada Brasil

Samba samba são Bernardo
Sanca são Caetano
Santa santo André

Dia-a-dia diadema
Quando for, me chame
Pra tomar um mé

Chico Buarque e Novelli
1980





A Greve

Estranha era a fábrica inativa.
Um silêncio na planta, uma distância
entre máquinas e homem, como um frio
cortado entre planetas, um vazio
das mãos do homem que consomem
o tempo construindo, e as desnudas
estâncias sem trabalho e sem um som.
Quando o homem deixou as tocas
da turbina, quando desprendeu
os braços da fogueira e decaíram
as entranhas do forno, quando tirou os olhos
da roda e a luz vertiginosa
se deteve em seu círculo invisível,
de todos os poderes poderosos,
dos círculos puros de potencia,
da energia surpreendedora,
ficou um montão de inúteis aços
nas salas sem homem, o ar viúvo,
o solitário aroma do azeite.

Nada existia sem aquele fragmento
batido, sem Ramírez,
sem o homem de roupa rasgada.
Lá estava a pele dos motores,
acumulada em morto poderio,
como negros cetáceos no fundo
pestilento dum mar sem ondulação,
ou montanhas escondidas de repente
sob a solidão dos planetas.



Pablo Neruda -
Canto Geral





ORIENTAÇÕES PARA ENVIO DE ARTIGOS

Todos os integrantes da categoria representados pela APUBH - professores da UFMG ativos e aposentados - podem enviar seus artigos para o e-mail: apubh@apubh.org.br ou através disquete para a sede da APUBH e deverão respeitar as seguintes especificações: fonte Times New Roman, tamanho 12, texto justificado, espaço 1,5, com 25.000 a 35.000 caracteres.

Poderão ser enviados, também, produções literárias e ilustrativas (charges, desenhos, poesias, ensaios, contos etc.) que guardem relação com os temas tratados na Revista.

Os temas abordados deverão estar dentro dos seguintes eixos temáticos:

Carreira e Trabalho Docente;
Ciência e Tecnologia;
Política Educacional;
Universidade e Autonomia;
Mercantilização da Educação;
Universidade e Movimento Docente,
Outros relacionados à academia.

O Conselho Editorial de Caminhos poderá propor modificações formais nos materiais encaminhados que não signifiquem alterações essenciais do conteúdo para melhor adequá-los às exigências editoriais, quais sejam: textos de interesse geral e tratamento acadêmico e que estejam relacionados aos temas propostos acima.





NESTE NÚMERO:

BEATRIZ COUTO

CIOMARA PEREZ NUNES

DÉLCIO VIEIRA SALOMON

FERNANDO MASSOTE

GIOVANE AZEVEDO

JOSÉ ANTÔNIO ARMANELLI

JULIANA VILELA BASTOS

LUCÍLIA MACHADO

MARIA INEZ TOLEDO

OTÁVIA FERNANDES RODRIGUES

RODNEY SALDANHA

ROGÉRIO PARENTONI

ROSÂNGELA CARRUSCA

WILLIAM ROSA ALVES

apubh
Associação Profissional
dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

Rua Artur Itabirano, 70
São José - Belo Horizonte - MG
31275-020
www.apubh.org.br
apubh@apubh.org.br

ISSN 1517-3038